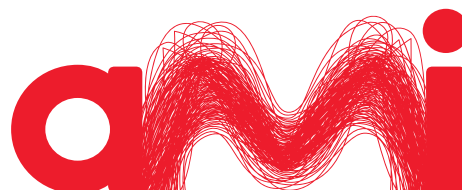




2016
RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
E CONTAS

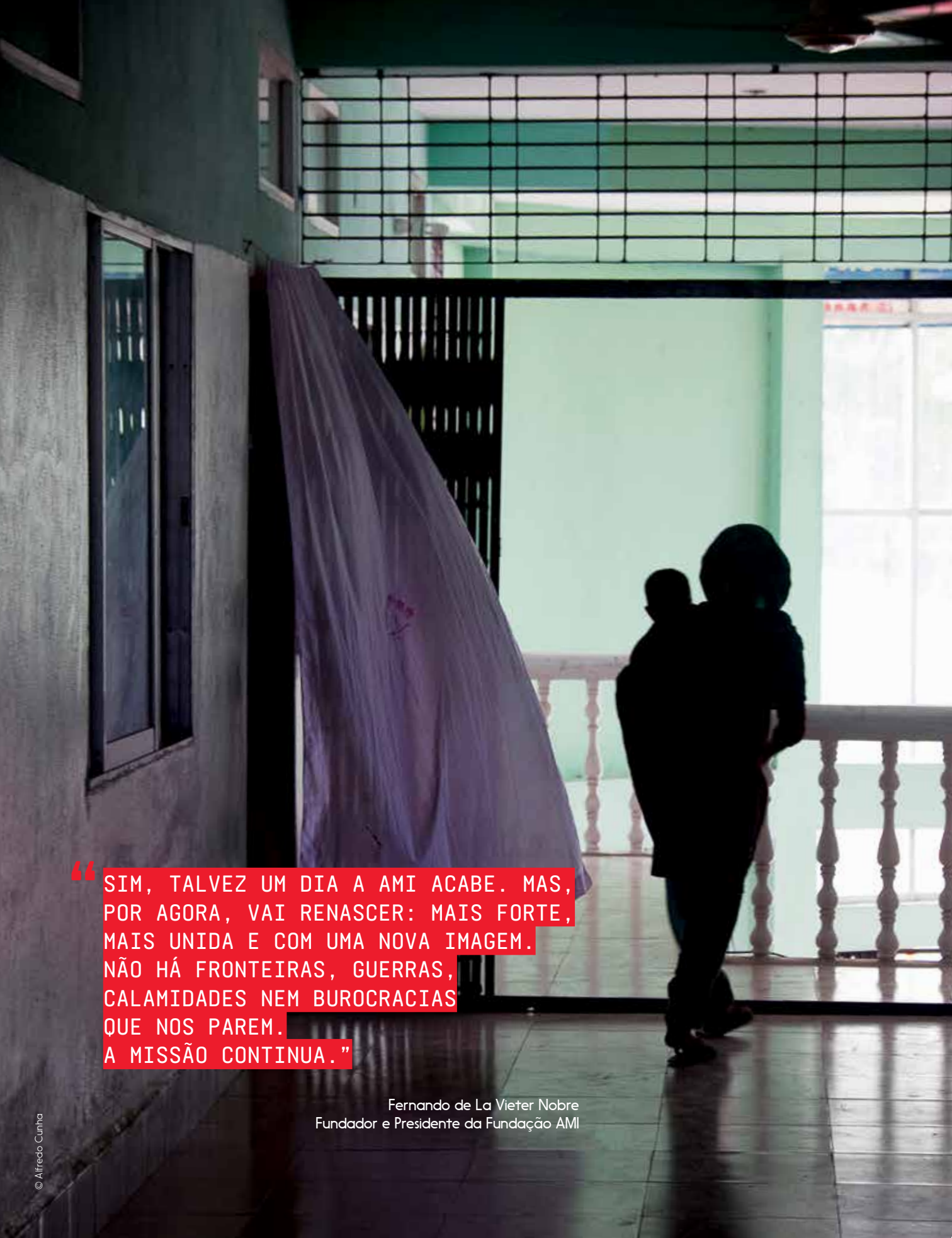
ani

2016
RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
E CONTAS



CAP. 1	04		
PERFIL ORGANIZACIONAL			
1.1 Carta do Presidente	06		
1.2 A AMI	09		
1.3 Objetivos de Desenvolvimento			
Sustentável - O Nosso Contributo			
em Portugal e no Mundo	11		
1.4 Áreas de Intervenção	12		
1.5 Partes Interessadas	14		
1.6 Evolução e Dinâmica	16		
1.7 Reconhecimento	17		
1.8 UN Global Compact	18		
CAP. 2			
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	20		
2.1 Recursos Humanos	24		
• Funcionários	24		
• Voluntários	25		
2.2 Formação e Investigação	27		
CAP. 3	30		
AGIR - MUDAR - INTEGRAR			
3.1 Projetos Internacionais	32		
• Pedidos de Parceria	33		
• Missões Exploratórias e de Avaliação	34		
• Missões de Desenvolvimento com			
equipas expatriadas	34		
• Projetos Internacionais em Parceria			
com ONG Locais (PIPOL)	35		
• Parcerias com Outras Instituições	58		
3.2 Projetos em Portugal	59		
3.2.1 Ação Social	59		
• Intervenção de Emergência	60		
• Caracterização da População	61		
• Trabalho desenvolvido com			
crianças e jovens	63		
• Fundos de Apoio Social	64		
• População Sem-Abrigo	64		
• População Imigrante	67		
		• Equipamentos Sociais – Serviços	67
		Comuns	68
		• Apoio Alimentar	69
		• Abrigos Noturnos	70
		• Equipas de Rua	71
		• Apoio Domiciliário	72
		• Residência Social	72
		• Emprego	73
		• Parcerias com outras Instituições	79
		3.2.2 Ambiente	
		• Recolha de Resíduos para	79
		reciclagem e reutilização	82
		• Floresta e Conservação	82
		• Energias Renováveis	83
		• Projetos Internacionais	84
		3.2.3 Alertar Consciências	
		• Iniciativas AMI	84
		• Apoio a Iniciativas de Terceiros	93
		• Delegações e Núcleos	94
		• Divulgação nas Escolas	98
		• Responsabilidade Social	99
		Empresarial	
		CAP. 4	106
		RELATÓRIO DE CONTAS 2016	
		4.1 Origem de Recursos	108
		Receitas	108
		4.2 Balanço	110
		4.3 Anexo às Demonstrações Financeiras	116
		4.4 Parecer do Conselho Fiscal	140
		4.5 Certificação Legal das Contas	141
		CAP. 5	144
		PERSPETIVAS FUTURAS	
		Calendário 2017	147
		CAP. 6	148
		AGRADECIMENTOS	150

ÍNDICE



“SIM, TALVEZ UM DIA A AMI ACABE. MAS, POR AGORA, VAI RENASCER: MAIS FORTE, MAIS UNIDA E COM UMA NOVA IMAGEM. NÃO HÁ FRONTEIRAS, GUERRAS, CALAMIDADES NEM BUROCRACIAS QUE NOS PAREM. A MISSÃO CONTINUA.”

Fernando de La Vieter Nobre
Fundador e Presidente da Fundação AMI

CAPÍTULO

1

PERFIL ORGANIZACIONAL

1.1 CARTA DO PRESIDENTE



Prof. Doutor Fernando de La Vieter Nobre
Fundador e Presidente da Fundação AMI

O ano de 2016 foi um ano que colocou a Fundação AMI perante desafios de monta que a obrigaram a alterações na sua estrutura organizativa e na sua gestão patrimonial.

Os desafios surgiram face às dúvidas e incertezas fundamentais, tanto quanto ao futuro dos sistemas financeiro e bancário globais e nacionais, como quanto ao futuro político mundial perante as eleições anunciadas (nos EUA em novembro de 2016 e, no início de 2017, na Holanda, França, Bélgica, Alemanha...), às tensões crescentes entre os EUA/ Rússia na Síria, entre os EUA/China no Mar da China, entre os EUA/Coreia do Norte, à instalação paulatina de um regime com tendências ditatoriais na Turquia, à não resolução das guerras no Médio Oriente e ao gravíssimo problema das alterações climáticas, dos refugiados, da insegurança/xenofobia na Europa, ao esgotamento/ burnout psicológico de alguns dos colaboradores perante décadas de esforços constantes, e à constatação de um futuro mundial muito incerto, inseguro, sem garantias e assaz problemático.

Perante as realidades expostas e previsíveis de criarem graves perturbações no sistema financeiro (bancário) e político global, decidiu o Conselho de Administração da Fundação criar dois novos Departamentos:

1. Departamento de Sustentabilidade e Assuntos Jurídicos com a finalidade de implementar uma nova gestão patrimonial, tendo em perspectiva a segurança dos mesmos

(essenciais garantes do seu funcionamento), assim como uma maior rentabilidade e sustentabilidade dos ativos da Fundação, de maneira a possibilitar, da melhor forma, o futuro das suas vastas e diversificadas atividades internacionais e nacionais, nos domínios humanitário, social e ambiental, assim como assegurar a paz social e económica das suas centenas de colaboradores.

2. Departamento de Psicologia, com o objetivo de promover um melhor acompanhamento das situações de stress enfrentadas, quer pelos seus muitos milhares de beneficiários, quer por muitos dos seus colaboradores, a fim de lhes proporcionar as melhores respostas preventivas e terapêuticas.

Simultaneamente a essas alterações estruturais da Fundação que se impunham por prudência de gestão e necessidades humanas constatadas e iniciadas em 2016 com resultados já positivos, a AMI continuou empenhadíssima na resolução das questões humanitárias, sociais e ambientais.

Para isso, não só manteve e reforçou todas as suas inúmeras atividades no Mundo e em Portugal, como este Relatório de Atividades sobejamente demonstra, mas também inovou, bastando para tal referir-me apenas, e "en passant", à criação de dois Fundos distintos de 20.000 euros cada de apoio a estudantes universitários em dificuldades, e a famílias com imensos problemas para fazerem face a custos tais como pagamento de faturas da água, luz, gás, medicamentos...

Também em 2016 decidi a AMI reforçar a sua ação na Guiné, mantendo a parceria com a Unicef que se prolongará até 2018, bem como incentivar e patrocinar a 50% a realização do primeiro encontro das comunidades Luso-descendentes na Ásia (junho/Malaca) que reuniu cerca de 500 participantes de 13 países, tendo sido a conferência inaugurada pelo Senhor Xanana Gusmão e encerrada por mim próprio.

Ainda neste ano, a AMI lançou o seu projeto arquitetónico "Humanitário/Social/Saúde/Educacional e Cultural" no terreno do Bairro das Encostas na freguesia de Carcavelos no Concelho de Cascais, que espera vir a inaugurar por ocasião do seu 35º aniversário em dezembro de 2019 e que, assim pensamos, permitirá posicionar e reforçar a ação da AMI para as próximas décadas... Uma prova de confiança na Humanidade e em Portugal.

Ao terminar, foi com orgulho e satisfação que, em nome da Fundação AMI, e enquanto expert humanitário, fui convidado a participar em vários exercícios da NATO (Holanda, Noruega, Itália...) e fui promovido pela Presidência da República Francesa de Cavaleiro a Oficial da Légion d'Honneur, o mais alto galardão francês.

Enfim, posso afirmar que, contra ventos e marés, graças ao empenho total de toda uma equipa que me orgulho de liderar, a Fundação AMI encerrou mais uma vez o ano com resultados positivos e sustentados em todos os domínios da sua atividade, podendo perspetivar 2017 com confiança e empenho reforçados!

Obrigado!





1.2 A AMI

Fundada em 1984, com o Ser Humano no centro de todas as suas preocupações, a AMI já atuou em 80 países do Mundo, tendo enviado centenas de voluntários e toneladas de ajuda. Na área internacional, a AMI desenvolve três grandes tipos de intervenções, designadamente, Missões de Emergência, Missões de Desenvolvimento com equipas expatriadas e Projetos Internacionais em Parceria com Organizações Locais (PIPOL), procurando adequar a sua atuação às características e necessidades do contexto, de forma a contribuir para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Em 1994, a AMI alargou a sua área de atuação, visando minimizar os efeitos dos fenómenos da pobreza e da exclusão social em território nacional. Deste modo, dispõe atualmente de 17 Equipamentos e Respostas Sociais no país, nomeadamente 9 Centros Porta Amiga (Lisboa – Olaias e Chelas, Porto, Almada, Cascais, Funchal, Coimbra, Vila Nova de Gaia e Angra do Heroísmo); 2 Abrigos Noturnos (Lisboa e Porto); 2 Equipas de Rua (Lisboa e Vila Nova de Gaia/Porto); 1 Serviço de Apoio Domiciliário (Lisboa), 2 polos de receção de alimentos (Lisboa e Porto) e 1 residência social (Ponta Delgada).

Uma terceira vertente do trabalho da AMI é a promoção de uma cidadania ativa na área do ambiente, associativismo, formação, promovendo a participação ativa de jovens e adultos em projetos concretos.



MISSÃO

Levar ajuda humanitária e promover o desenvolvimento humano, tendo em conta os Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nas áreas da saúde, social e ambiental, em qualquer parte do mundo, independentemente de raça, género, idade, nacionalidade, língua, política, religião, filosofia ou posição social, olhando para cada pessoa como um ser único, insubstituível, digno de atenção e cuidado.

VISÃO

Atenuar as desigualdades e o sofrimento no Mundo, tendo o Ser Humano no centro das preocupações. Criar um mundo mais sustentável, mais harmonioso, mais inclusivo, mais tolerante, menos indiferente, menos violento.

VALORES

Fraternidade: Acreditar que "Todos os Seres Humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de irmandade".

Solidariedade: Assumir as preocupações e as necessidades do ser humano como suas causas de ação.

Tolerância: Procurar uma atitude pessoal e comunitária de aceitação face a valores diferentes daqueles adotados pelo grupo de pertença original.

Equidade: Garantir o tratamento igual sem distinção de ascendência, idade, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

Verdade: Procurar sempre a adequação entre aquilo que se faz e aquilo que se proclama.

Frontalidade: Dialogar e falar claro, respeitando os valores do outro, fazendo ao mesmo tempo respeitar os seus.

Transparência: Garantir que o processo de atuação e de tomada de decisão é feito de tal modo que disponibiliza toda a informação relevante para ser compreendido.



1.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – O NOSSO CONTRIBUTO EM PORTUGAL E NO MUNDO

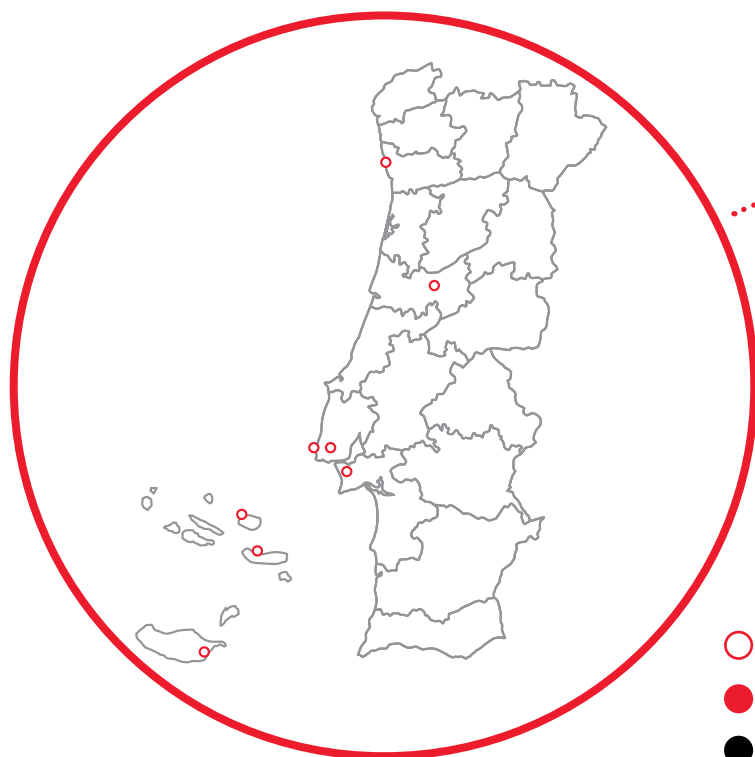
Ciente da sua responsabilidade enquanto agente de mudança, a AMI procurou sempre alinhar os seus projetos de desenvolvimento com a estratégia para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), estando igualmente empenhada em participar na agenda pós-2015, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este foi o nosso contributo em 2016¹.

ODS						
Países	Portugal	Portugal, Brasil, Haiti, STP	Haiti, Madagáscar, Senegal, Tanzânia	Portugal, Gana, Guiné-Bissau	Portugal, Brasil	Tanzânia
ODS						
Países	Brasil, Gana, STP	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	Haiti, Guiné-Bissau	Tanzânia	Guiné-Bissau

1- Refira-se, apenas, que no descritivo de alguns projetos, indicaremos, ainda, o ODM para o qual contribuíram, uma vez que são projetos que tiveram início em anos anteriores.

1.4 ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Em 2016, a AMI apoiou diretamente 12.000 pessoas em Portugal e 160.000 pessoas em 20 países do mundo. No total, o nosso trabalho permitiu alcançar indiretamente 3.301.549 pessoas.



- Ação Social Nacional
- PIPOL – Projetos Internacionais em parceria com organizações locais
- Missões com Expatriados





1.5 PARTES INTERESSADAS

Na prossecução do seu trabalho, pretendendo a evolução e o aperfeiçoamento constantes do mesmo, a AMI procura auscultar as suas partes interessadas, uma vez que considera o seu contributo fundamental.

Nesse sentido, em 2016, a AMI realizou, novamente, um inquérito de satisfação aos seus beneficiários em Portugal, incluindo, desta vez, os beneficiários mais jovens, que frequentam o Espaço de Prevenção da Exclusão Social (EPES-Júnior).

Foram, ainda, aplicados dois inquéritos online a todos os técnicos dos equipamentos sociais da AMI em Portugal, sendo que um deles tem como intuito avaliar os riscos psicossociais (COPSOQ II) e o outro averiguar quais as estratégias de *coping* (*Brief Cope*) que os técnicos utilizam com mais frequência, para combater as situações de stress.

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS

À semelhança do ano anterior, e no sentido de promover a qualidade do trabalho que desenvolve, a AMI voltou a aplicar inquéritos de satisfação em todos os equipamentos sociais, tendo em conta a sua representatividade face à população total apoiada pela AMI em Portugal. Estes inquéritos visam também cumprir orientações das entidades financiadoras dos equipamentos sociais.

Procurou-se, novamente, que estes inquéritos fossem aplicados por uma pessoa externa/nova ao equipamento social, e portanto desconhecida dos

beneficiários, de modo a procurar minimizar alguns constrangimentos e condicionamentos sempre existentes numa situação de avaliação por opinião, decorrentes do fator proximidade com os técnicos do próprio equipamento social. Os inquéritos foram aplicados a um total de 295 pessoas, amostragem que foi calculada com base numa aplicação online (<http://www.raosoft.com/samplesize.html>) que determina a dimensão da amostra total, tendo em conta o número total de pessoas apoiadas, considerando os níveis de confiança, a margem de erro

ou a distribuição das respostas. Destas 295 pessoas, 160 (54%) são homens e 133 (45%) são mulheres.

A maioria das pessoas que participou neste inquérito refere ter chegado à Fundação AMI através de amigos e familiares (35%) e através do encaminhamento da Segurança Social (26%). As principais razões pelas quais procuraram os nossos equipamentos sociais prendem-se com carências/dificuldades económicas (26%), desemprego (19%), com a satisfação de necessidades básicas ao nível da alimentação (16%) e pessoas em situação de sem-

PARTES INTERESSADAS



-abrigo (15%). Das 295 pessoas inquiridas, 92% afirma que os serviços prestados pela AMI contribuíram para a solução do problema que as lá levou e 96% refere que respondeu às suas necessidades.

Na avaliação global, 47% das pessoas afirma estar completamente satisfeita, 19% muito satisfeita, 12% satisfeita e 2% pouco satisfeita, sendo que 20% das pessoas não respondeu a esta questão. No campo "Organização e Ambiente", no item que se refere às condições gerais das instalações, destaca-se que 55% das pessoas inquiridas manifesta estar completamente satisfeita, 23% muito satisfeita, 19% satisfeita e 2% pouco satisfeita.

Em relação ao desempenho geral dos colaboradores, 75% das pessoas afirma estar completamente satisfeita, 16% muito satisfeita e 8% satisfeita. A qualidade geral do serviço de atendimento e acompanhamento social é avaliada pela maioria das pessoas de forma completamente satisfatória (71%), seguida daquelas que manifestam estar muito satisfeitas (16%) e satisfeitas (10%). Quando questionados sobre se recomendariam os serviços da AMI a outras pessoas, os beneficiários responderam maioritariamente que sim (96%).

Foram ainda aplicados inquéritos aos mais jovens que frequentam o Espaço de Prevenção da Exclusão Social (EPES-Júnior), tendo respondido 39 jovens. Na apreciação global que fizeram ao serviço, 69% estão muito satisfeitos, 28% satisfeitos e 3% pouco satisfeitos. Quanto ao desempenho dos profissionais, os resultados indicam que os jovens estão maioritariamente muito satisfeitos (87%), os restantes estão satisfeitos (10%) e pouco satisfeitos (3%).

Os jovens do EPES sugeriram ainda algumas atividades que gostariam de realizar neste espaço, sendo que, idas à praia e à piscina, idas ao cinema, visitar um estádio de futebol e acampar, foram as mais referidas.

AVALIAÇÃO E PREVENÇÃO DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS

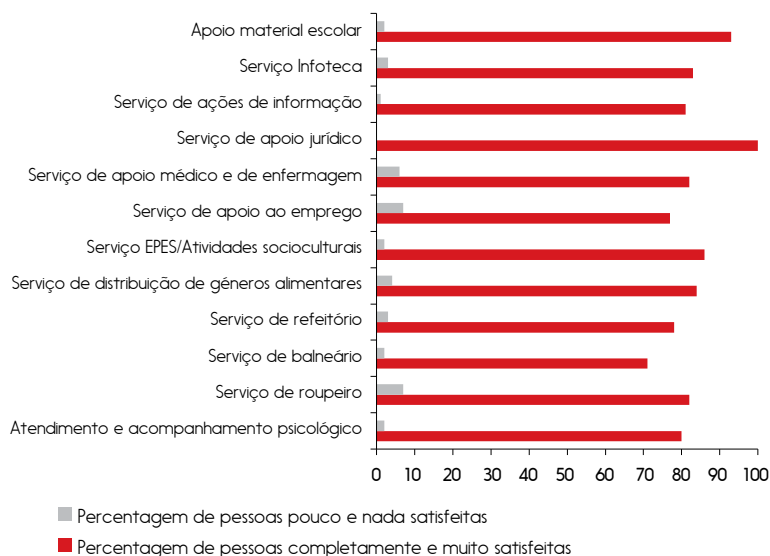
Nos últimos anos, a saúde e o bem-estar no trabalho têm sido alvo de discussão, sendo considerados pela Organização Mundial de Saúde como um direito fundamental de todos os cidadãos e, neste sentido, um valor universal a ser partilhado por todos.

As organizações são constituídas e, principalmente, movidas e geridas por pessoas, sendo estas a principal mais-valia de uma organização, pelo que garantir a sua saúde e bem-estar é um investimento fundamental para a manutenção da organização.

Neste sentido, verificou-se a necessidade de avaliar os fatores psicossociais e, consequentemente, delinear um plano de intervenção para os técnicos dos equipamentos sociais da AMI.

Deste modo, foram aplicados dois inquéritos em formato online a todos os técnicos dos equipamentos sociais, sendo que um dos inquéritos pretende avaliar os riscos psicossociais (COPSOQ II) e o outro averiguar quais as estratégias de coping (*Brief Cope*) que os técnicos utilizam com mais frequência para combater as situações de stress. Após a análise dos resultados obtidos nestes inquéritos, será delineado um plano de intervenção que compreende sessões de gestão de stress, desenvolvimento de competências de *coping* adaptativas, técnicas de relaxamento e sessões de *mindfulness*. Nestas sessões, é esperada uma partilha de experiências, situações stressantes e possíveis soluções entre os grupos, fortalecendo, ainda, a coesão grupal.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE GERAL POR SERVIÇO



1.6 EVOLUÇÃO E DINÂMICA

Nascemos como ação médica e temos muito orgulho nisso, mas depois de refletirmos sobre aquilo que somos hoje, a sigla AMI ganhou um novo significado. Mais do que aquilo que fazemos, o que nos torna diferentes é a forma como o fazemos. Algo que na prática se traduz desta forma:

- A **AMI age**: Agir de forma rápida e eficaz é fundamental em qualquer situação de emergência. E a AMI está preparada para agir em situações tão distintas como um terremoto na Ásia, apoio domiciliário a idosos em Portugal, ajuda alimentar a refeitórios, etc.
- A **AMI muda**: A melhoria de competências, o desenvolvimento pessoal e a mudança de comportamentos são essenciais para o progresso

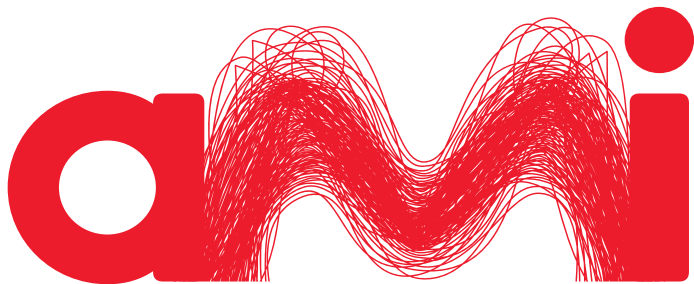
do indivíduo e da sociedade. A AMI apoia projetos ambientais, de alfabetização, emprego, formação profissional, entre outros.

- A **AMI integra**: Porque acredita que só há esperança quando há futuro, a AMI apoia projetos que oferecem ferramentas para permitir a completa autonomia dos indivíduos ou populações: microcrédito, abrigos, hortas familiares, negócios sociais, etc.

No fundo, a AMI está sempre em missão. Este novo posicionamento levou à criação de uma assinatura e de uma ima-

gem que reflete a essência da AMI dos dias de hoje e que contou com o envolvimento de todos os seus colaboradores, pois o novo logotipo inclui um "M" (de Missão) desenhado por cada um dos elementos da AMI, já que cada um tem uma missão e desempenha um papel fundamental na sua história.

O trabalho criativo é da Young & Rubicam, a agência responsável por este rebranding, que acompanha a AMI quase desde sempre e conhece tão bem a organização.



1.7 RECONHECIMENTO

PRÊMIO SUPERBRANDS

No dia 5 de dezembro, data em que celebrou o seu 32º aniversário, a AMI recebeu uma prenda deveras especial, sendo galardoada com o Prémio Especial de Solidariedade Superbrands IRTP+ 2016.

PRESIDENTE DA AMI AGRACIADO PELO GOVERNO FRANCÊS

No dia 13 de setembro, o Embaixador de França em Portugal, Jean-François Blarel, entregou, em nome do Presidente da República francesa, François Hollande, as insígnias de Oficial da Ordem Nacional da Legião de

Honra ao presidente da AMI. Relembre-se que Fernando Nobre já havia sido agraciado por Nicolas Sarkozy como Cavaleiro da Legião de Honra. Com a entrega deste galardão, o governo francês pretendeu homenagear a ação da AMI e do seu presidente na ajuda humanitária em zonas de conflito ou devastadas por catástrofes naturais.

PRÊMIO ULISSES GRANT

No dia 18 de março, a AMI recebeu, na Guiné-Bissau, o Prémio Ulisses Grant 2016. Segundo a Pró-Bolama, entidade que atribuiu este galardão, a AMI recebeu o prémio "pela preciosa ação

humanitária desenvolvida ao longo destes 16 anos no Sector de Bolama e na Guiné-Bissau em geral há 30 anos".

PRÊMIO 5 ESTRELAS

Em 2016, o Kit Salva Livros ganhou o prémio Cinco Estrelas na categoria Produto Escolar Solidário, tendo uma classificação global de 8,63 (numa escala de 1 a 10), ficando em 4º lugar no ranking dos 69 vencedores de todas as categorias. De salientar que o estudo foi desenvolvido para a AMI a título pro-bono. Este produto foi considerado pelos consumidores como muito bom.



1.8 UN GLOBAL COMPACT

Fruto da parceria entre a AMI e a rede portuguesa do Global Compact (UN Global Compact Network Portugal), decorreu no dia 26 de outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian, a quarta edição dos "Encontros Improváveis", este ano subordinada ao tema "Boa Governação – Alicerce para um Futuro Sustentável".

Numa conferência com convidados de origens e contextos muito diferentes, o Primeiro Painel – Transparência e Rigor – Instrumentos de Boa Governação – foi dividido em duas partes pela sua natural complexidade. Na primeira, moderada pelo jornalista João Adelino Faria, discutiu-se se estamos mais perto de uma boa governação, se o acesso à informação está ou não

a contribuir para essa realidade ou se a sociedade civil, com mais meios que tem ao seu alcance, pode contribuir para uma melhor governação. Luís Campos e Cunha (Professor na Universidade Nova de Lisboa) foi o primeiro dos convidados a intervir, adiantando que a internet traz muita informação mas também muito "ruído". E o excesso de informação pode confundir. Muita discussão não significa forçosamente maior transparência. É necessário que haja objetivos e meios para selecionar o essencial.

Carl Dolan (diretor do Gabinete da Transparência Internacional na UE) acrescentou que a questão não está na necessidade de endurecer as regras, mas na necessidade de alterar as nor-

mas sociais. A transparência por si só não é suficiente. A informação nunca é demasiada – mas tem de se tornar útil e credível. E essa informação é importante e o acesso à mesma é também importante porque é necessário colocar pressão nos governos. E a sociedade civil e os jornalistas, com essa informação, podem fazê-lo. Outras questões foram entretanto postas à mesa: haverá meios para construir uma maior transparência? O poder corrompe as pessoas? É possível às pessoas no poder manter a ética? Será mesmo o Sul mais corrupto que o Norte?

Para Luís Campos e Cunha, estamos a viver um período em que os atores políticos chave são *personae non gratae*. E ninguém confia nas instituições. Tem



havia um declínio de confiança dramático em Portugal. Há casos, países, em que a situação se altera. Mas é necessária a mobilização da sociedade civil. E hoje há muita gente empenhada nisso; e a nível local há municípios que dão exemplo de inovação institucional e de boa governação. Já para Carl Dolan, a visão internacional de Portugal é que há de facto bastante lavagem de dinheiro, por exemplo, mas o certo é que a questão norte vs sul não passa de um cliché. Os países do norte também exportam a corrupção através das ações das suas empresas nos países mais pobres – como alguns casos de empresas alemãs... Há que promover uma cultura de honestidade e abertura no local de trabalho. Não se pode ter medo. Há programas para reportar algumas situações e é fundamental proteger quem reporta uma situação quer no sector público, quer no privado. Na segunda parte do Painel, onde estiveram Gualter Crisóstomo (CEIIA), Margarida Cunha (Siemens) e João Pedro Lopes (JP), o foco moveu-se para o ambiente empresarial e para o papel que as empresas devem ter. Natal Marques (presidente da EMEL e da SEFIN) foi o moderador. A crescente importância dos Códigos de ética nas empresas foi realçada por Margarida Cunha, com a promoção de ações coletivas que fomentem a luta contra a corrupção que promovem. A internacionaliza-

ção das regras materializada nas políticas de compliance, a necessidade da criação de fundos para a promoção do combate à corrupção e a agilização dos mecanismos de denúncia foram outros dos temas mais focados por todos os intervenientes.

Mercedes Guinda foi a oradora convidada para encerrar os trabalhos da manhã. A diretora de Marketing e Comunicação da Fundação Lealtad explicou o propósito desta ONG pioneira que tem como principal objetivo potenciar a confiança entre a sociedade civil e as ONG através da promoção da transparência e das boas práticas e do trabalho de parceria e de rede entre elas. No segundo painel do dia, dedicado à relação entre Boa Governação e Desenvolvimento e mediado pelo jornalista António Perez Metelo, Victor Ângelo (ex-sub-secretário-geral da ONU) lembrou que boa governação não é só ausência de corrupção, é também legitimidade democrática e integridade dos valores da soberania, ao mesmo tempo que questionava se este conceito não será excessivamente euro-centrado ou com tiques neocoloniais. Por seu turno, Paula Barros (Instituto Camões) levantou dúvidas sobre se se deve ou não, no contexto da cooperação, olhar para as questões da boa-governação ou até que ponto seremos responsáveis pelos governos

dos países que apoiamos, para depois realçar a importância da cooperação entre instituições parceiras e da representatividade. Pedro Madeira Rodrigues (secretário-geral da ICC) alertou que a paz está longe de estar garantida e que cabe também às empresas garantir responsabilidade corporativa das suas ações. Eduard Ivanov (Academia Internacional Anticorrupção) adiantou uma possível explicação para o porquê da boa-governação falhar: más leis, défice na educação dos funcionários públicos e das instituições, falta de confiança entre os sectores público e privado e entre o estado e os cidadãos. Em 2016, a iniciativa contou com o apoio de vários parceiros, designadamente, Adega Mãe, Clube Viajar, Companhia das Cores, Escola de Comércio de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Gergran, Manchete, Novo Dia Cafés, Premium Tours e VER.

Ao longo das 4 edições, de 2013 a 2016, participaram na iniciativa, mais de 500 pessoas, de vários quadrantes da sociedade, designadamente universidades, empresas, instituições públicas, organizações da economia social, entre outras, e colaboraram na concretização da mesma, mais de 50 parceiros.

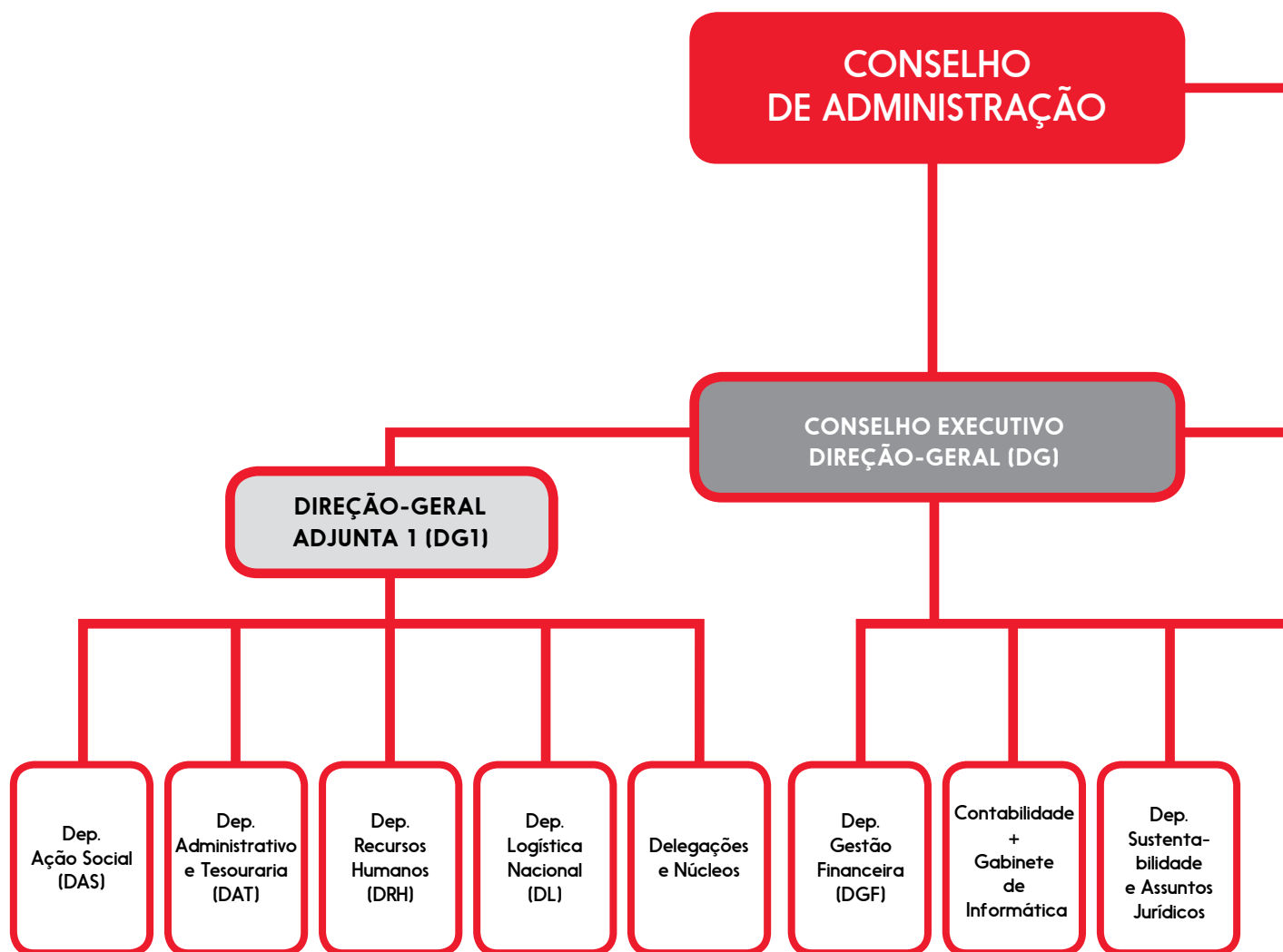
“A AMI PROCURA APOSTAR NA CONSTITUIÇÃO DE UMA EQUIPA COESA, MOTIVADA E ORIENTADA PARA UM OBJETIVO COMUM, INVESTINDO NAS NOVAS GERAÇÕES DE PROFISSIONAIS E PROMOVENDO A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES.”

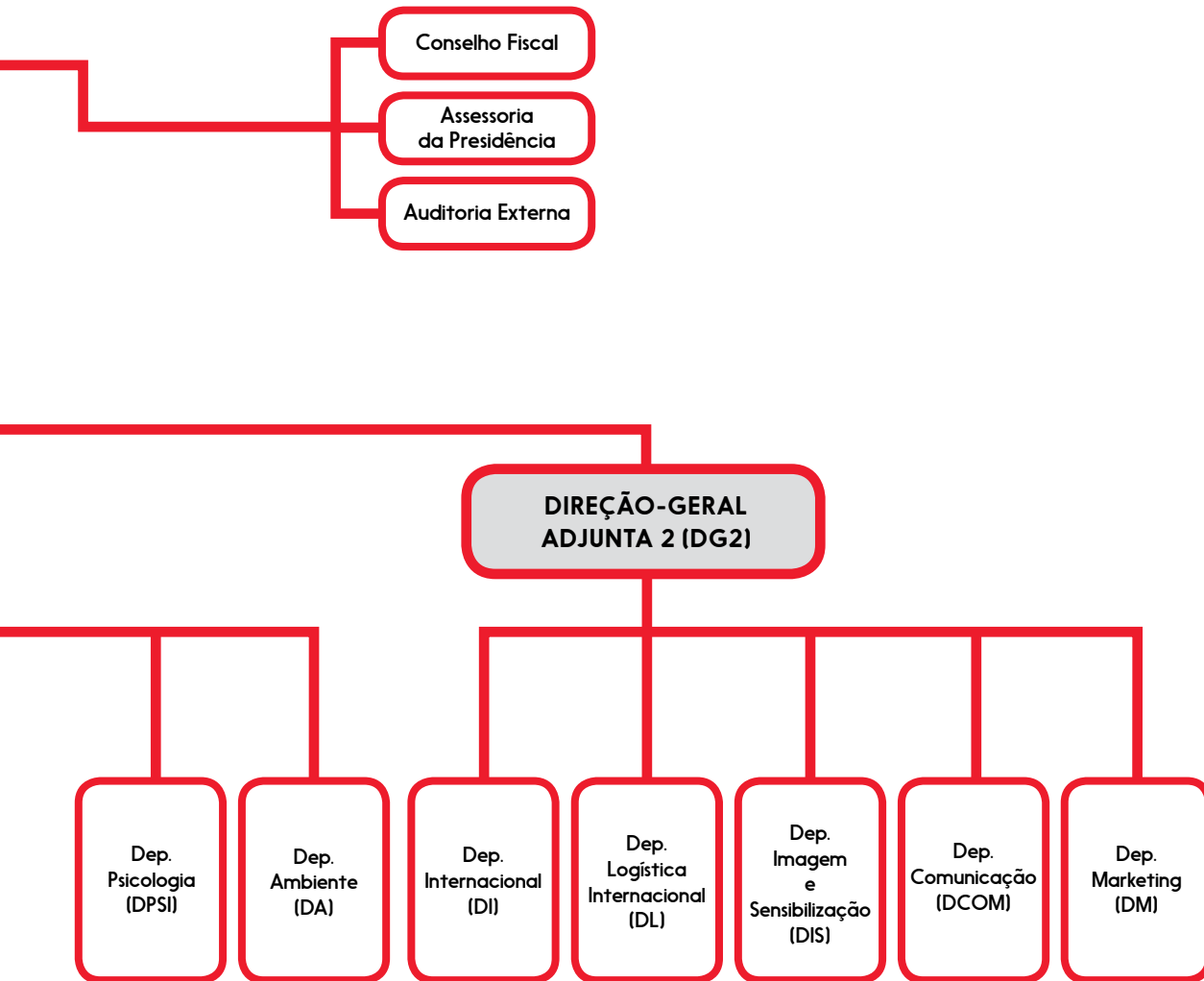


CAPÍTULO 2

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





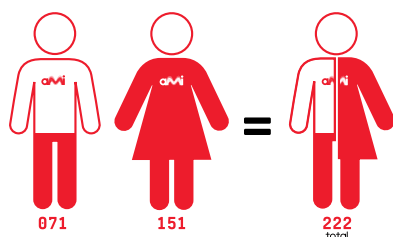
2.1 RECURSOS HUMANOS

FUNCIONÁRIOS

A AMI procura apostar na constituição de uma equipa coesa, motivada e orientada para um objetivo comum, investindo nas novas gerações de profissionais e promovendo a igualdade de oportunidades.

A instituição conta com a dedicação e o empenho de 222 profissionais assalariados, dos quais, 68% possuem um contrato sem termo. Do universo de 222 funcionários, 68% são mulheres e 26% têm entre 31 e 40 anos de idade.

Funcionários



Vínculo Contratual

Contrato Sem Termo	152
Contrato Termo Certo	18
Prestação de Serviços	6
Estágios Profissionais	11
Contratos	9
Emprego-Inserção	
Outros Colaboradores	26

Faixa Etária

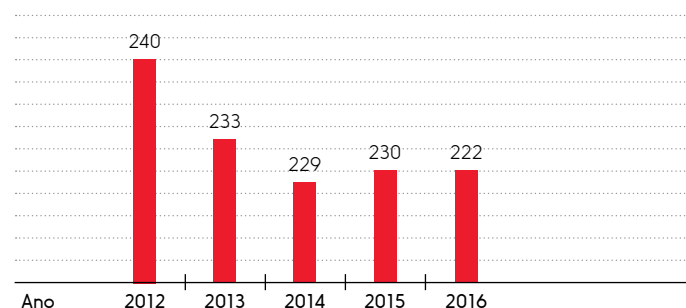
< 30 anos	28
31-40 anos	57
41-50 anos	61
> 51 anos	76

Formação

Total de horas de formação	4065*
----------------------------	-------

*Ver algumas das entidades formadoras parceiras em "Responsabilidade Social Empresarial" – p. 99

EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS



Relativamente ao pessoal local, foram contratados ou subsidiados 26 profissionais locais.

PESSOAL LOCAL INTERNACIONAL

Missão	N.º	Tipo
Guiné-Bissau	19	<p>Bolama: 1 empregada, 2 logísticos, 3 guardas.</p> <p>Quinara: Projeto "Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara 2014-2016" (desde maio 2014) – 1 empregada, 1 motorista, 2 guardas, 1 contabilista (em part-time), 1 logístico, 1 gestor de dados, 6 supervisores operacionais.</p>
Senegal	7	<p>3 guardas *</p> <p>1 Costureiro*</p> <p>*Em permanência</p> <p>1 cozinheira**</p> <p>2 logísticos**</p> <p>**Afetos aos projetos da Aventura Solidária na semana de realização da mesma.</p>

Nota: No projeto de Quinara / Guiné-Bissau, a AMI trabalha ainda com 208 agentes de saúde comunitária que não são pessoal local contratado pela AMI, mas são recursos humanos locais que participam voluntariamente enquanto elementos da comunidade e que têm um papel-chave no projeto. Recebem incentivos financeiros mensais assegurados pela AMI através do Projeto "Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara", cofinanciado pela Unicef Guiné-Bissau.

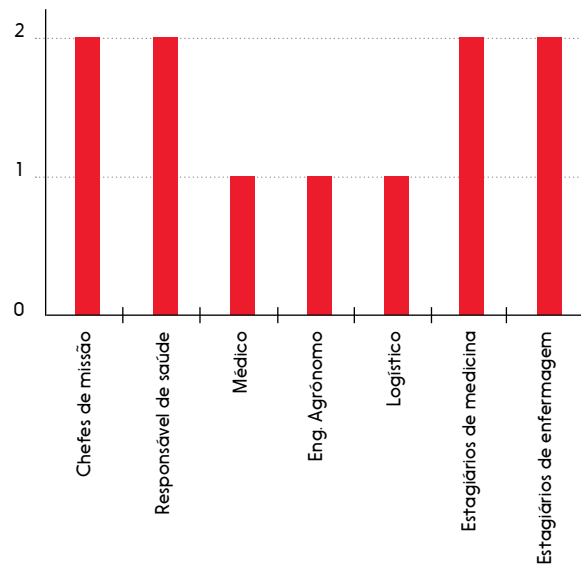
VOLUNTÁRIOS

Em 2016, a AMI registou 114 novos **voluntários internacionais** disponíveis para partir em missão. No total, inscreveram-se 17 médicos, 16 enfermeiros, 8 técnicos de outras áreas de saúde, 66 coordenadores de projeto e 7 de outras áreas.

Deslocaram-se ao terreno **109 pessoas** em missões exploratórias, de avaliação, implementação de projetos ou no âmbito da Aventura Solidária, das quais:

- **11 Expatriados** que integraram os projetos em curso:
 - 2 coordenadores de projeto/chefes de missão
 - 1 médico
 - 1 engenheiro agrônomo
 - 2 responsáveis de saúde
 - 2 estagiários de medicina
 - 2 estagiários de enfermagem
 - 1 logístico
- **44 Aventureiros Solidários**
- **54 Supervisores** da sede da AMI em missão exploratória, de avaliação ou de implementação de projetos.

EXPATRIADOS ENVIADOS EM 2016



Brasil



Portugal



Em 2016, a AMI contou, mais uma vez, com a generosidade e disponibilidade de mais de 200 voluntários benévolos, que colaboraram nos equipamentos sociais e delegações da AMI em Portugal, (apoio aos serviços gerais, atividades de animação e eventos, ações de sensibilização, apoio médico e de enfermagem, apoio técnico e ações de ensino e formação) nas mais variadas áreas, e que participaram, ainda, em diferentes iniciativas promovidas pela AMI ou nas quais a instituição foi convidada a participar.

ESTÁGIOS		
Número	Âmbito	Iniciativa
4	Internacional	AMI/NBUP AMI/Move-te Mais
14	Nacional	Estágios curriculares nos equipamentos sociais

Portugal



2.2 FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

FORMAÇÃO CERTIFICADA

A AMI é uma entidade formadora certificada pela DGERT nas seguintes áreas: Alfabetização (080); Desenvolvimento Pessoal (090); Trabalho Social e orientação (762); Saúde (729); Informática na ótica do utilizador (482).

No ano de 2016, foram desenhados na estratégia de desenvolvimento do Plano de Formação os projetos abaixo indicados.

GESTÃO E CULTURA ORGANIZACIONAL

Este projeto de formação teve início em 2006 e surgiu no seguimento da observação das equipas técnicas nos Centros Sociais e através de reuniões de avaliação e acompanhamento das áreas de formação e de intervenção social. O conteúdo programático das ações formativas foi realizado tendo em conta as necessidades de desenvolvimento de competências pessoais e atualização de conhecimentos no âmbito do trabalho social, dos vários elementos das equipas que realizam a intervenção social nos Equipamentos e Projetos Sociais da AMI.

FORMAÇÃO

Projeto	Número de Formandos	Tipo de Formação
"Gestão e Cultura Organizacional" (Indiferenciados e Técnicos)	37	Interna
Formação a Voluntários Internacionais (Geral)	20	Externa e Interna
Curso Básico de Socorrismo	12	Externa e Interna
Ações de Formação/Informação e Sensibilização nos equipamentos sociais em Portugal	+ de 400	Externa
Infotecas contra a Infoexclusão	28	Externa

Em 2016, estando já implementadas as principais alterações respeitantes à melhoria de qualidade e dos seus instrumentos formativos, procurou-se diversificar e aprofundar as temáticas das ações de formação, integrando-as cada vez mais na perspetiva geral

da formação certificada da Fundação AMI. Esta ação de formação interna, certificada pela DGERT, beneficiou diretamente 36 pessoas. Realizaram-se 3 ações de formação que contaram com 37 participantes.

FORMAÇÃO A VOLUNTÁRIOS INTERNACIONAIS

A AMI deu continuidade às ações de formação dirigidas aos voluntários internacionais, com o objetivo de os preparar melhor para integrar as missões e dar-lhes algumas ferramentas para que possam conhecer melhor os trâmites da ação humanitária e da cooperação para o desenvolvimento.

Neste âmbito, foram implementadas a 11.ª edição da Formação a Voluntários Internacionais (Geral), em Lisboa, nos dias 3 e 4 de outubro, que contou com a participação de 20 formandos.

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Disciplina de Medicina Humanitária na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

Realizaram-se em 2016 mais duas edições, em fevereiro e setembro, da disciplina de "Medicina Humanitária" na Faculdade de Medicina de Lisboa da qual o Presidente da AMI, Professor Doutor Fernando Nobre, é o regente. A disciplina é optativa para os alunos de medicina do 3.º, 4.º e 5.º ano e pretende sensibilizar estes estudantes

para as problemáticas e desafios da prática da medicina no contexto dos países em desenvolvimento e em ação humanitária.

Participaram 55 alunos na disciplina.

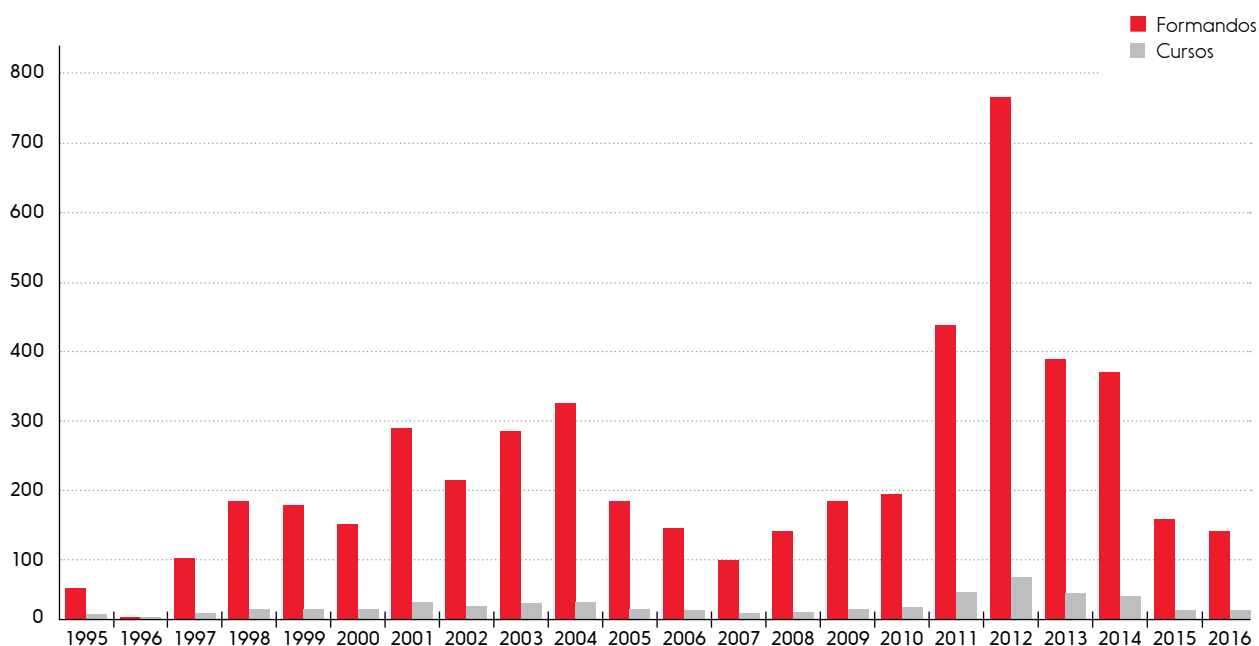
INVESTIGAÇÃO

Em 2016, a AMI continuou a apoiar a realização de investigações no âmbito de temáticas inerentes ao trabalho que desenvolve, de projetos interna-

SOCORRISMO

Em 2016, foram lecionados **12 Cursos Básicos de Socorrismo** (8 em Lisboa e 4 no Funchal) a 131 formandos.

CURSOS DE SOCORRISMO



cionais e da elaboração de trabalhos e teses de mestrado e de doutoramento nas áreas da cooperação para o desenvolvimento e da ação humanitária.

Investigação sobre o fenómeno da violência doméstica

No âmbito desta temática, e decorrente da participação da AMI no 1º Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, da Câmara Municipal de Lisboa, a AMI está a desenvolver uma investigação sobre o fenómeno da violência doméstica, cujo objetivo principal reside em perceber a imagem que as pessoas em situação de pobreza têm do fenómeno da violência doméstica no universo da população apoiada pela AMI em Portugal. Pretende igualmente definir o universo dos sentimentos associados a esse fenómeno e compreender como é que homens e mulheres se projetam ao nível da violência doméstica.

Pressupõe três fases, tendo sido já concretizadas as duas primeiras: 1) realização de dois focus group para testar o guião e alguns conceitos e abordagens do estudo, em Lisboa e Porto com 18 pessoas; 2) realização de 44

entrevistas individuais nos Centros Porta Amiga em Portugal Continental – 88% da amostra prevista, segundo critérios de amostragem estratificada correspondentes a diferentes variáveis: representatividade dos centros, género, idade, situação socioeconómica e escolaridade. A última fase desta investigação, que se prende com a análise, interpretação e apresentação pública dos resultados, está prevista para o ano 2017.

Projeto Destriero

O projeto Destriero é uma ferramenta de software de suporte para intervenção em cenários de catástrofe, 72h após a ocorrência da mesma, de forma a permitir uma coordenação eficaz e apoio à tomada de decisão para mitigar o impacto económico e

potencializar a intervenção humanitária, acelerando o processo de reconstrução.

A demonstração do software decorreu no dia 9 de junho, em Madrid, com a presença de potenciais utilizadores ligados à área de proteção civil e de prevenção e recuperação de catástrofes de Portugal, Espanha, Reino Unido, Hungria e Polónia.

O desenvolvimento do projeto envolveu 13 parceiros, entre os quais a AMI, de 8 países, nomeadamente Espanha, Reino Unido, Irlanda, França, Polónia, Itália, Alemanha e Portugal.

Com uma duração de 36 meses e financiado pela Comissão Europeia, o projeto contou com um orçamento de 4,1 milhões de euros.

ELABORAÇÃO DE TRABALHOS E TESES

Tema	Âmbito da parceria
Logística Humanitária Internacional: Ajuda de Emergência no Nepal	Mestrado em Engenharia Industrial na Universidade do Minho
"A internacionalização das ONG pela atuação conjunta com Forças Nacionais destacadas. O impacto da liderança e da motivação"	Mestrado em Liderança – Pessoas e Organizações na Academia Militar



“AGIR É ATUAR EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. MUDAR É ACOMPANHAR E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E COMUNIDADES. INTEGRAR É DAR AS FERRAMENTAS PARA UMA AUTONOMIA TOTAL.”

CAPÍTULO

3

**AGIR
MUDAR
INTEGRAR**

3.1 PROJETOS INTERNACIONAIS

Em 2016, a AMI desenvolveu um total de **36 projetos internacionais**, dos quais 1 com equipes expatriadas no terreno (Guiné-Bissau) e **35 PIPOL** (Projetos Internacionais em Parceria com Organizações Locais), com 29 organizações locais, em 20 países do mundo.

Com os seus projetos internacionais, a AMI abrangeu em 2016 um total de 3.301.549 pessoas. Dos projetos enquadrados em missões com equipes expatriadas (na Guiné-Bissau) beneficiaram diretamente 13.802 pessoas e indiretamente 64.192 pessoas.

Dos PIPOL beneficiaram, pelo menos, 3.223.555 pessoas, das quais 145.553 diretamente e 3.078.002 indiretamente.

PROJETOS INTERNACIONAIS

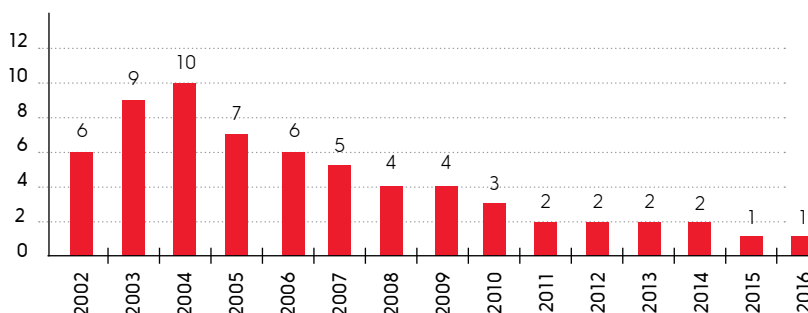
Região	N.º de países	Projetos com ONG Locais	Projetos com equipes expatriadas	Países
África	11	18	1	Burundi (1) ; Chade (1); Gana (2); Madagáscar (2); Moçambique (2); Ruanda (1); São Tomé e Príncipe (2); Tanzânia (1); Uganda (2); Aventura Solidária Senegal (1); Aventura Solidária Guiné-Bissau (2); Guiné-Bissau (2)
América	6	14	-	Brasil (3); Colômbia (1); Chile (2); Equador (1); Haiti (4); Nicarágua (3)
Ásia	3	3	-	Bangladesh (1); Malásia (1); Sri Lanka (1)
Total	20	35	1	

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Saúde Bangladesh Burundi Brasil Chade Chile Colômbia Equador Guiné-Bissau Haiti Madagáscar Moçambique Nicarágua Senegal Uganda	Pobreza (Educação / Nutrição) Brasil Colômbia Gana Guiné-Bissau Moçambique Sri Lanka	Pobreza (Negócios Sociais) Brasil Haiti São Tomé Sri Lanka Uganda	Ambiente Guiné-Bissau Nicarágua Tanzânia
---	---	---	--

Tem sido estratégia da AMI diminuir o número de missões com expatriados e favorecer a atuação através de financiamentos e apoio técnico a organizações locais (PIPOL) como forma de melhorar e fomentar a sustentabilidade dos projetos.

MISSÕES DE DESENVOLVIMENTO NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

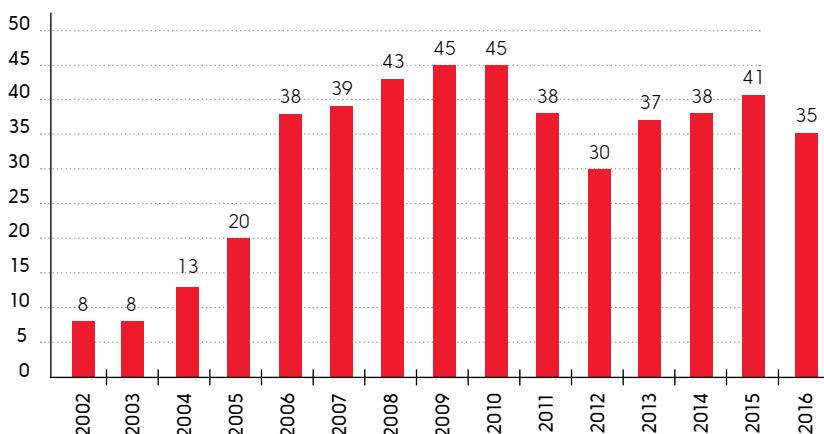


PROJETOS INTERNACIONAIS EM PARCERIA COM ONG LOCAIS (PIPOL) NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

PEDIDOS DE PARCERIA

Além de financiador, a AMI é um doador ativo que trabalha com as organizações parceiras a gestão do projeto, desde o desenho à implementação e monitorização. Anualmente, a instituição recebe dezenas de pedidos de financiamento de projetos de organizações locais de países em desenvolvimento que pedem apoio e financiamento para implementar projetos em áreas diversificadas como a saúde, a nutrição e segurança alimentar, a educação, a água e saneamento, entre outros.

Até ao final de dezembro de 2016, foram recebidos 65 pedidos de ajuda de organizações locais, dos quais 36 evoluíram para (ou foram já apresentados sob a forma de) *concept note* ou proposta de projetos concretos apresentados à AMI para financiamento total ou parcial, distribuídos da seguinte forma:



PEDIDOS DE AJUDA DE ONG LOCAIS (PIPOL)

Área Geográfica	N.º de Pedidos de ajuda	N.º de <i>Concept Notes</i> / Projetos Recebidos
Ásia	3	27
África	12	4
América	4	5
Total	19	36

GUINÉ-BISSAU

MISSÕES EXPLORATÓRIAS E DE AVALIAÇÃO

Durante o ano de 2016, efetuaram-se 53 missões exploratórias e de avaliação envolvendo a participação de 20 profissionais da AMI, em 14 países de 3 regiões do mundo (África, Ásia e América Latina).

Bangladesh (4), Brasil (2), Chile (1), Gana (3), Guiné-Bissau (15), Índia (6), Madagascar (2), Malásia (2), Moçambique (3), Nicarágua (4), São Tomé e Príncipe (3), Senegal (4), Tanzânia (2), Uganda (2)



MISSÕES DE DESENVOLVIMENTO COM EQUIPAS EXPATRIADAS

Na Região Sanitária de Quinara, Guiné-Bissau (constituída por 6 áreas sanitárias), deu-se continuidade à implementação do projeto "Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara", com o cofinanciamento da UNICEF.

Inserida no âmbito da estratégia nacional de saúde da Guiné-Bissau, a intervenção visa facilitar a implementação da vertente de saúde comunitária prevista no POPEN (Plano Operacional de Passagem à Escala Nacional) das Intervenções de Alto Impacto Para a Redução da Mortalidade Materno-Infantil, bem como contribuir para o fortalecimento da Estratégia Avançada (com a deslocação dos enfermeiros às comunidades) na Região de Quinara, visando a redução da morbilidade e mortalidade materno-infantil na região.

Região	Região Sanitária de Quinara
Projeto	Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara
Parceiro	Unicef
Objetivo Geral	Contribuir para a disponibilidade de serviços de saúde de proximidade às grávidas e crianças abaixo dos 5 anos de idade, da RS de Quinara
Objetivos Específicos	1) Disponibilizar um Kit de Materiais e Medicamentos Essenciais a cada Agente de Saúde Comunitária (ASC) formado, para a Promoção das 16 Práticas Familiares Essenciais (PFE); 2) Promover as Práticas Familiares Essenciais (PFE) nas comunidades da Região Sanitária de Quinara, incluindo a prevenção do Ébola; 3) Promover a estratégia avançada nas comunidades da Região Sanitária de Quinara; 4) Reforçar a capacidade de gestão em saúde na Região Sanitária de Quinara, para a implementação da saúde comunitária.
Beneficiários	2.889 grávidas e 10.913 crianças menores de 5 anos e, indiretamente, os 64.192 habitantes da região de Quinara
Duração	2014-2018
Orçamento	593.142,68€

Para o efeito, continuou a ser feito um trabalho de estreita coordenação com os agentes de saúde comunitária que promovem práticas de saúde adequadas nas comunidades, junto das mães e crianças, com os enfermeiros dos centros de saúde das 6 áreas sanitárias da região, e com a Direção Regional de Saúde de Quinara.

Durante o ano de 2016 verificou-se a necessidade de aumentar o número de agentes de saúde comunitária para fazer face à mobilização/ alterações registadas nos agregados familiares da região, sendo atualmente 208. Realizou-se também nova formação a todos os agentes, tendo esta focado as práticas curativas que implicam a gestão e utilização de medicamentos.

O **objetivo geral** do projeto é, assim, "Contribuir para a disponibilidade de serviços de saúde de proximidade, às grávidas e crianças abaixo dos 5 anos de idade, da RS de Quinara" e os seus **objetivos específicos** são: 1) Disponibilizar um Kit de Materiais e Medicamentos Essenciais a cada Agente de Saúde Comunitária (ASC) formado, para a Promoção das 16 Práticas Familiares Essenciais (PFE); 2) Promover as Práticas Familiares Essenciais (PFE) nas comunidades da Região Sanitária de Quinara, incluindo a Prevenção do Ébola; 3) Promover a estratégia avançada nas comunidades da Região Sanitária de Quinara; 4) Reforçar a capacidade de gestão em saúde na Região Sanitária de Quinara, para a implementação da saúde comunitária.

O projeto está a ser implementado na região de Quinara desde finais de maio de 2014 e deverá prosseguir até 2018. Beneficia, diretamente, cerca de 2.889 grávidas e 10.913 crianças menores de 5 anos e, indiretamente, os 64.192 habitantes da região de Quinara.

O orçamento total deste projeto é de 593.142,68€, sendo que a AMI financia 148.285,67€ e a UNICEF 444.857,01€.

PROJETOS INTERNACIONAIS EM PARCERIA COM ONG LOCAIS (PIPOL)

Com o objetivo de fortalecer o papel das organizações locais, através da promoção de projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em diversas áreas de atuação, preferen-

cialmente saúde, embora sejam consideradas também outras áreas, a AMI tem apoiado desde 1989 inúmeros projetos, através de financiamento e trabalho conjunto de gestão, com vista à promoção do papel dos atores locais. Os PIPOL são atualmente o principal eixo estratégico da intervenção da AMI no plano internacional, sendo que a sua ação visa proporcionar parcerias de financiamento, de atuação conjunta e de envio de expatriados para organizações locais que estão sedeadas nos países em desenvolvimento.

Em 2016, a AMI apoiou 35 projetos desenvolvidos por 29 organizações locais em 20 países, de 3 áreas geográficas, beneficiando 3.223.555 pessoas, das quais 145.553 diretamente e 3.078.002 indiretamente.

PROJETOS INTERNACIONAIS

Região	Nº Países	Projetos com organizações locais	Países
África	11	18	Burundi (1); Chade (1); Gana (2); Madagáscar (2); Moçambique (2); Ruanda (1); São Tomé e Príncipe (2); Tanzânia (1); Uganda (2); Aventura Solidária Senegal (1); Aventura Solidária Guiné-Bissau (2); Guiné-Bissau (1)
América	6	14	Brasil (3); Colômbia (1); Chile (2); Equador (1); Haiti (4); Nicarágua (3)
Ásia	3	3	Bangladesh (1); Malásia (1); Sri Lanka (1)
Total	20	35	

BANGLADESH



A AMI mantém desde 2009 a sua presença e intervenção no Bangladesh, país do sul da Ásia, onde a maioria da população vive em pobreza extrema e está altamente vulnerável aos efeitos das catástrofes naturais e, em particular, à subida do nível das águas que ameaça submergir um terço do país até 2050.

Shyamnagar – Saúde

**A parceria da AMI com a ONG
DHARA teve início em 2009.**

**O projeto "Extension and Integration
of Dr. Fernando Nobre General Hospi-
tal & Training Institute in Shyamnagar:**

**A 25-bed Hospital", implementado
entre 2014 e 2016, consistiu na cons-
trução de um hospital geral com 25
camas, que inclui um departamento
especializado em saúde materno-
-infantil, na cidade de Shyamnagar, a
cerca de 15Km de Atulia, onde se loca-
liza um outro hospital também apoiado
pela AMI.**

Os recursos disponíveis no Hospital em Shyamnagar foram integrados no Hos-
pital localizado em Atulia, tendo sido
introduzido um serviço de transporte
de ambulância entre os dois hospitais.
O Hospital em Atulia serve 150.000 pes-
soas em 5 Unions (freguesias), sendo que

o Hospital em Shyamnagar abrange
200.000 pessoas nas restantes 7 Unions.
O projeto teve um orçamento total de
105.200€, contou com o financiamento
da AMI de 100.200€, para o qual contri-
buiu o apoio da empresa Biscana.e con-
tribuiu para os ODM 4, 5 e 6.

BRASIL



Milagres – Agricultura

Iniciou-se em 2014 a parceria entre a AML e a Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Sítio de Genipapeiro II (ACOPEAG), localizada no município de Milagres, que se caracteriza por ter uma economia baseada na agricultura de sequeiro e cuja grande maioria da população sobrevive através da prestação de pequenos serviços, uma vez que há falta de investimentos governamentais para o desenvolvimento agro-comunitário.

O "projeto de Apoio ao Desenvolvimento Agro-Comunitário no Sítio Genipapeiro II" teve como objetivo proporcionar através da perfuração

de um poço profundo, construção de uma pocilga e implantação de um pomar de hortifruticultura, condições de produção, geração de rendimento, fortalecimento do associativismo e melhoria da qualidade de vida, saúde e nutrição dos associados e comunidade.

Cajazeiras – Economia Solidária

O projeto "Formação, produção e comercialização nos empreendimentos de economia solidária: uma abordagem agroecológica de gênero e técnico-operativa" está a ser implementado pelo Instituto Maria José Batista Lacerda, com o apoio da AML.

O local de intervenção é o município de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, com o objetivo de promover a sustentabilidade das organizações locais, através da capacitação dos seus membros, do fornecimento de ferramentas de apoio à produção e também da promoção da dinamização comunitária e da igualdade de gênero.

Beneficiam diretamente da intervenção 48 membros de grupos de trabalho organizados e indiretamente 2248 famílias que residem na zona.

No final do projeto, pretende-se que os empreendimentos de economia solidária nas quatro comunidades estejam a funcionar plenamente, de forma autónoma e sustentável e que os grupos de mulheres tenham adquirido ferramentas que lhes permitam melhorar a produção e venda dos seus produtos.

O projeto tem uma duração de 12 meses, até setembro de 2017, e um orçamento total de 19.312€, contando com o apoio da AML em 17.549€.

Os beneficiários diretos do projeto foram os 25 associados da ACOPEAG e os beneficiários indiretos foram 152 pessoas, famílias e moradores da comunidade.

A intervenção contribuiu para o ODM 1, reduzir a pobreza extrema e a fome. Este projeto teve a duração de um ano e nove meses com um orçamento de 17.232,60€, contando com o financiamento a 100% da AML.

Milagres – Envio de estagiários de medicina

No âmbito dos protocolos de estágios estabelecidos entre a AMI e o Novo Banco e a AMI e a Associação Move-te Mais, foi possível garantir a realização de dois estágios de Medicina no PIPOL da AMI no Brasil com a ONG ACOM – Associação Comunitária do Município de Milagres, integrando estagiários na equipa do Hospital e Maternidade Madre Rosa Gattorno, por um período de dois meses. Foram assim enviados dois estagiários entre julho e setembro de 2016.

Os estagiários expatriados foram integrados como estagiários em várias atividades do hospital e de outras infraestruturas de saúde da região, trabalhando a promoção da saúde, quer ao nível do tratamento de doenças, quer ao nível da prevenção, e aprendendo a pôr em prática os conheci-

mentos de saúde num contexto social e cultural tão diferente do seu, onde os desafios relacionados com a escassez de recursos se destacam.

No Hospital e Maternidade Madre Rosa Gattorno, passam ainda por serviços tão diversos como a obstetrícia, a cirurgia, a geriatria e a medicina geral e familiar.

Assume-se que o principal impacto do envio de estagiários, para além do apoio à estrutura local, se prende com as competências que estes jovens desenvolvem para si próprios e para o seu futuro profissional e ainda o contributo que a AMI dá na sensibilização e alertar de consciências à sociedade civil portuguesa, ao enviar estágios para missão.

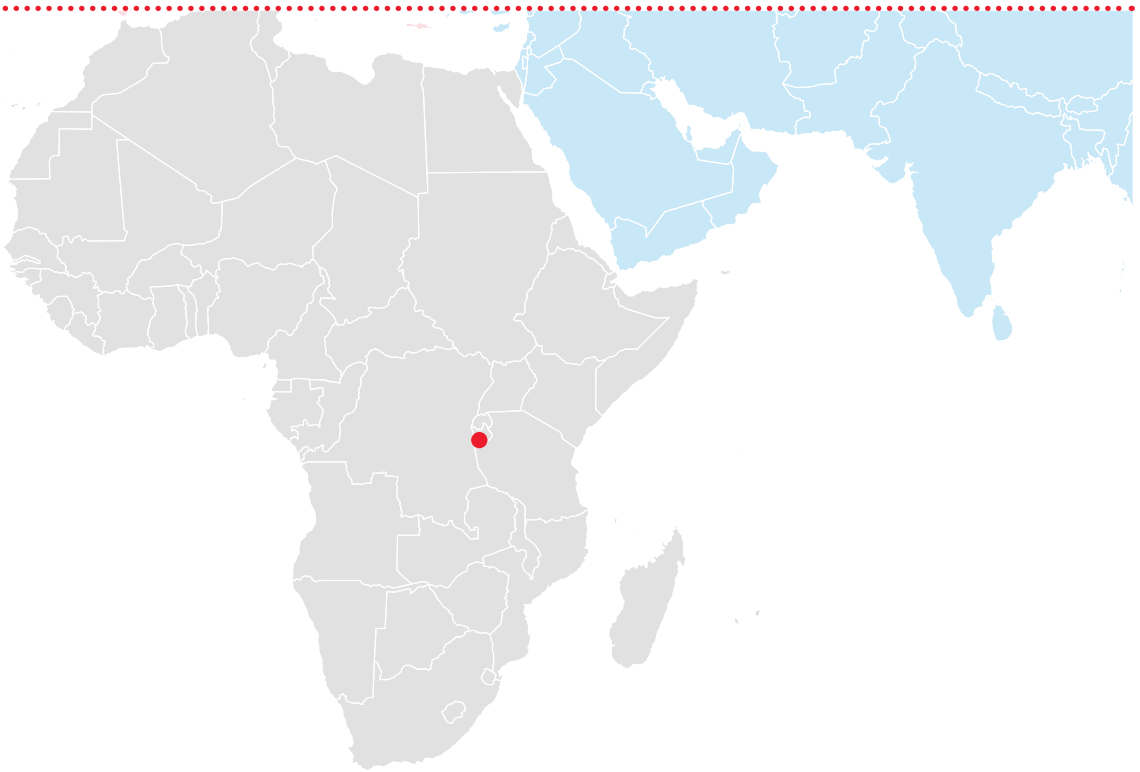
Rio de Janeiro – Integração social

A parceria da AMI com a ONG Metamorfose foi estabelecida em 2012, na sequência de um pedido de financiamento de projeto. A organização trabalha na favela de Xerém, no Rio de Janeiro, com uma comunidade com enormes carências onde o salário mínimo é a base de rendimento e onde a maioria da população não completou o ensino básico e em que se verificam elevadas taxas de incidência de alcoolismo, de gravidez precoce e ainda de infeções sexualmente transmissíveis.

O projeto "Tá ligado na prevenção" teve a duração de 4 anos, até 2016, e trabalhou as questões da integração social de jovens, formando e capacitando 30 jovens que são hoje agentes multiplicadores em atividades de promoção da cidadania e da saúde. Teve um orçamento total de 21.942,40€, dos quais a AMI financiou 15.000€.



BURUNDI



Até 2016, a AMI manteve a sua presença no Burundi, onde esteve pela primeira vez em 1994 a financiar projetos de organizações locais.

O Burundi é o 19º país do mundo com mais mortes provocadas pelo VIH/SIDA e com uma população numerosa e muito pobre, que continua muito dependente de programas de prevenção e apoio a portadores de VIH/SIDA, bem como às suas famílias e comunidades.

Província de Rutana – Saúde (VIH/Sida)

A AMI mantém uma parceria com a ONG SOSPED desde 2006.

O projeto "*Soutien et Protection sociale des enfants en difficulté dans les communes Musongati et Rutana de la province de Rutana*" começou em 2012 com a finalidade de criar fontes de rendimento para famílias e comunidades com pessoas que vivem com VIH/SIDA, prestando especial atenção aos Órfãos e outras Crianças Vulneráveis devido ao VIH/SIDA. Esta intervenção visava também a proteção do acesso à saúde deste grupo através da criação

e gestão de mutualidades de saúde e ainda, a realização de atividades de promoção da saúde e da educação de jovens e crianças seropositivas. Contribuiu para o ODM 6 – Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças. Teve a duração total de pouco mais de 3 anos, até 2016, e um orçamento de 79.771€, contando com o financiamento da AMI a 100%.

CHADE



Em 2016, a AMI manteve a sua presença no sul do Chade, onde continuou a apoiar o Hospital de Dono Manga, gerido pela organização BELACD (Bureau d'Etudes de Liaison des Actions Caritatives et de Développement), na Diocese de Lai, na sequência de uma parceria iniciada durante a missão exploratória realizada em abril de 2013.

Diocese de Lai – Saúde

O projeto "Apoio ao Hospital de Dono Manga" pretende contribuir para a melhoria da saúde da população do Distrito Sanitário de Dono Manga e tem como objetivo específico garantir o fornecimento e a organização das farmácias do Hospital de Dono Manga, gerido pela BELACD. As atividades consistem na aquisição de medicamentos, na realização de inventários farmacêuticos, na elaboração de estudos dos perfis de consumos medicamentosos no hospital e nos centros de saúde, assim como na realização de jornadas de formação para técnicos farmacêuticos.

Com uma duração inicial prevista de 3 anos (2013-2016), estendida até 2017, a intervenção está a beneficiar diretamente, os 10.389 utentes do hospital e indiretamente, as 114.319 pessoas que habitam no distrito sanitário de Dono Manga. A ação está orçamentada em 121.577€ e é cofinanciada pela AMI em 60.000€.



CHILE



A presença da AMI neste país da América do Sul iniciou-se em 2000 com um projeto de saúde na zona de Los Angeles, a 500 km de Santiago.

O Chile é um país multiétnico, com cerca de 15 milhões de pessoas, uma economia de mercado com forte componente externa e onde o turismo vai ganhando um maior peso. Neste sentido, uma das principais atividades da população na zona de intervenção, é o pequeno comércio, particularmente a venda ambulante.

Sector Norte de Santiago do Chile – Saúde

Em 2014, a AMI estabeleceu uma parceria com a FAM - *Fondation de Bien-faisance Auxilio Maltés*, que construiu o único centro no Chile que se dedica a reabilitar e/ou melhorar a qualidade de vida dos doentes respiratórios graves, já que não existem outras ações públicas ou privadas destinadas a favorecer a reabilitação das pessoas que sofrem de doenças pulmonares.

O centro situa-se no Hospital de São José numa zona populosa da capital do Chile e recebe os utentes do sector

norte. A população estimada na zona é de 650.000 habitantes, sendo composta maioritariamente por famílias de baixos rendimentos e pessoas desempregadas.

O projeto em curso, designado "*Renforcement de la Réhabilitation dans le Centre Respiratoire Auxilio Maltés*" tem como objetivo geral contribuir para a redução da prevalência das complicações resultantes das doenças respiratórias da população do sector norte de Santiago do Chile e como objetivo específico melhorar a disponibilidade e o acesso aos serviços do centro de reabilitação, incluindo os serviços ao domicílio. Visa melhorar a vida de 112 utentes por mês com doenças respiratórias, aumentando o número de atendimentos, sobretudo para os dependentes de oxigénio; reforçando os equipamentos disponíveis no centro e permitindo que alguns utentes possam fazer a reabilitação no domicílio; reforçando a capacidade de transporte dos doentes entre o domicílio e o centro; capacitando os técnicos do centro e melhorando a gestão do mesmo.

O projeto, com duração de 36 meses, até agosto de 2018, tem um orçamento total de 45.015€.

Santiago do Chile – Apoio a pessoas com incapacidade ou deficiência

A deficiência, especialmente em pessoas adultas, é muito negligenciada na realidade chilena, sendo a capacidade de resposta do sistema de saúde insuficiente e mais focada no número de atendimentos do que na qualidade dos mesmos.

A CETRAM acompanha pessoas com deficiência física há mais de uma década, através da sua Unidade de Apoios Técnicos, pioneira no país ao introduzir o conceito de assistência tecnológica de baixo custo, desenvolvendo um manual de ajudas técnicas e assistência tecnológica e capacitando as equipas de reabilitação do Chile, em parceria com o Serviço Nacional de Incapacidade.

O atual projeto intitulado "Formação em ajudas técnicas com alta tecnologia e fácil acesso para pessoas com deficiência" tem como objetivo geral permitir que os membros das equipas de reabilitação e centros de inclusão laboral da Região Metropolitana consigam avaliar e implementar de forma participativa o uso de tecnologias, software e hardware a baixo custo no desempe-

nho de pessoas portadoras de deficiência. Os objetivos específicos pautam-se por promover a utilização correta e socioculturalmente adaptada das ajudas técnicas de baixo custo e facilitar um espaço de intercâmbio das experiências de uso e aplicação de tecnologias a baixo custo no campo da deficiência e da inclusão. O projeto pretende, ainda, melhorar a vida de 50 utentes por ano, com a criação de uma rede social de agregação, avaliação e disseminação de soluções tecnológicas de baixo custo no apoio à pessoa com deficiência; com a criação de um plano de formação para os quadros da instituição e cuidadores dos utentes; com a capacitação de 50 profissionais, técnicos, pessoas com deficiência e/ou cuidadores de pessoas com deficiência para o uso e

avaliação de tecnologias de baixo custo. Espera-se um forte impacto no desempenho das pessoas portadoras de deficiência que são atendidas ou acompanhadas pelos técnicos capacitados, no que diz respeito à sua independência e autonomia e também uma replicação destes impactos positivos na comunidade que será facilitadora de um maior acesso à plataforma tecnológica e à sua utilização.

O projeto tinha uma duração inicial de 12 meses, desde 2015, mas foi alargado até 2017. O orçamento total é de 24.335€, dos quais 15.000€ são financiados pela AMI.



COLÔMBIA



A primeira intervenção da AML na Colômbia remonta a 1998, tendo regressado ao país em 2014, numa parceria com a *Fundación Hogar Juvenil (FHJ)*, com a qual a AML estabeleceu uma primeira parceria no ano de 2000.

Cartagena - Nutrição Infantil

Inserida no Bairro de San Pedro Mártir, na cidade de Cartagena das Índias, constituído por 200.000 habitantes divididos por 20 bairros onde vivem muitos deslocados, a FHJ implementa um projeto de nutrição infantil com o apoio da AML. O projeto *"Un barullo por la Nutrición de la Primera Infancia en la Ciudad de*

Cartagena" arrancou em julho de 2014 e até 2017 pretende contribuir para o fortalecimento da nutrição de 400 crianças e respetivas famílias. Além do acompanhamento do estado nutricional das crianças, 9 famílias carenciadas estão a ser acompanhadas e preparadas para criar hortas produtivas nos seus quintais.

O projeto alcançou diferentes resultados: 400 crianças e respetivas famílias e 15 docentes foram capacitados em educação nutricional; foi feita uma avaliação do estado nutricional de 83% dos beneficiários previstos (400 crianças) detetando-se 7 crianças

em risco de desnutrição aguda, 33 com peso abaixo da média e 1 criança com excesso de peso; consequentemente foram informados os pais de famílias, especificando o estado nutricional dos filhos, assim fortalecendo nutricionalmente 83% da população atendida e fornecendo um seguimento multidisciplinar para recuperar os 17% detetados. Para além disso, foram realizadas três campanhas de higiene oral, desparasitação intestinal e para a pediculose, 3 oficinas com gestantes e lactantes. O projeto, que contribui para o ODM 1 no combate à pobreza e à fome, tem um orçamento total de 154.571€, contando com o cofinanciamento da AML de 60.000€ (20.000€ por ano).

Em 2016, a AML enviou para o terreno um engenheiro agrônomo por um período de 5 meses, que, para além de colaborar num projeto de agricultura desenvolvido pela FHJ, participou no desenho de um projeto a implementar brevemente no terreno.

Ao abrigo do Programa de Estágios AML – NBup, enviou-se ainda uma estagiária de enfermagem por um período de 2 meses.

Esta estagiária conduziu uma revisão e preparação de dossier das crianças beneficiárias da FHJ, com avaliação do seu estado de saúde e nutricional, em dois bairros, onde a FHJ estendeu o seu programa de apoio.

EQUADOR



Desde 2013 que a AMI mantém a parceria com o Centro Internacional para as Zoonoses, o Centro de Biomedicina da Universidade Central do Equador em Quito e o Centro Kivin para o Estudo de Doenças Tropicais e Infeciosas da Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel.

Quito – Saúde (Leishmaniose)

A AMI está a financiar um projeto de investigação sobre a leishmaniose no Equador, cujos beneficiários diretos são cerca de 10.000 pessoas, das quais 32-37% (3200-3700) são crianças com idade inferior a 14 anos.

No âmbito deste projeto, intitulado "Control Integrado de la leishmaniosis en el Ecuador", os investigadores esperam

diagnosticar e tratar pelo menos 1500 casos de leishmaniose cutânea. Estão ainda a formar cerca de 45 trabalhadores de saúde e um número similar de trabalhadores da área do saneamento (ação ambiental), que ajudam a prevenir a ocorrência de um maior número de infeções (cerca de 2500).

Até ao início de 2016, foram alcançados os seguintes resultados:

a) estabelecidas parcerias com centros de saúde e divulgação nas comunidades do projeto na área geográfica delimitada entre as localidades de Mashpi, Milpe Km 91, Via al Progreso (Pedro Vicente Maldonado) e Puerto Rico Km 147;

b) diagnosticados, examinados e tratados 68 pacientes com leishmaniose cutânea;

c) diagnosticados e tratados 172 pacientes com outras doenças da pele;

Esta intervenção contribuiu para o ODM 6 – Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças.

Está, ainda, por redigir uma estratégia de intervenção ambiental a ser implementada pelas comunidades afetadas.

O projeto tinha uma duração inicial de 3 anos (2013 a 2016), alargada até 2017, e um orçamento total de 188.472€, cofinanciado pela AMI em 46.115€.

GANÁ



A AMI iniciou a sua presença no Gana em 2013.

Cape Coast – Integração profissional

Face à pobreza na região, à escassez de oportunidades de emprego e à elevada taxa de criminalidade, Cape Coast é uma das cidades mais pobres do país, com uma economia assente nas atividades pesqueiras e na agricultura de subsistência.

Neste contexto, a *Samaria Gospel of Love Mission*, com quem a AMI criou uma parceria, dispõe de um centro de formação onde disponibiliza formação profissional às mães e crianças da cidade, sobretudo nos subúrbios de Ola e Duakor e, em paralelo, desenvolveu

um projeto de escolas de futebol para ocupar as crianças e retirá-las das ruas pelo maior tempo possível no seu dia-a-dia. A AMI apoiou o parceiro, entre 2013 e 2016, na criação de um centro de formação e na organização das escolinhas de futebol, com o valor de 13.600€, num projeto com um orçamento total de 30.000€.

O projeto permitiu formar jovens mulheres através das aulas de costura, bem como 15 estudantes através das aulas de música. Nas escolas de futebol, inscreveram-se 97 jogadores.

Face aos bons resultados do primeiro projeto, a AMI decidiu financiar, em 2016, o projeto *“Continuing Skills Acquisition Pro-*

ject for the People of Cape Coast”, que pretende reforçar a intervenção, através da melhoria das competências profissionais de grupos de alto risco, como as crianças de rua.

Nesse sentido, é proporcionada formação em futebol, costura e música (piano, guitarra e bateria) a cerca de 140 crianças e adolescentes.

O projeto tem uma duração de 2 anos, até 2018, e conta com o financiamento total da AMI no valor de 30.048€.

GUINÉ-BISSAU



A AMI intervém na Guiné-Bissau desde 1987, tendo permanecido com missões com equipas expatriadas na Região Sanitária de Bolama (Arquipélago dos Bijagós) entre 2000 e 2014.

Em 2014, a AMI iniciou uma nova missão com equipas expatriadas na Região Sanitária de Quinara, onde decorre desde então um projeto de desenvolvimento na área da saúde materno-infantil, tendo-se mantido, em simultâneo, a implementação de projetos em áreas variadas na Região Sanitária de Bolama.

Na sua estratégia, a AMI assume-se como um ator impulsionador do desenvolvimento da Guiné-Bissau, quer através da implementação de projetos de desenvolvimento, sobretudo ao nível da saúde e da água e saneamento, quer através do estabelecimento de parcerias com associações locais, nomeadamente através dos Projetos Internacionais em Parceria com Organizações Locais (PIPOL) e da realização de Avenças Solidárias.

Bolama – Educação Ambiental

O projeto "Nô Cunsi Riqueza de Nô Terra Pa Nô Protegel" promoveu a realização de uma visita de estudo que pretendeu despertar o interesse dos jovens guineenses sobre áreas protegidas e sobre a importância dos ecossistemas para o desenvolvimento humano, fomentando

a mudança de atitudes e a tomada de consciência sobre o perigo da degradação ambiental.

Os beneficiários diretos deste projeto foram 25 jovens estudantes de Bolama que, durante 4 dias, realizaram uma visita de estudo e pesquisa ao Parque Natural de Cacheu.

Durante esta atividade, os jovens realizaram diversas visitas relacionadas com a proteção do ambiente, nomeadamente: Parque Natural de Cacheu; projetos ligados à proteção do meio ambiente (Escola EVA (Escola de verificação ambiental); sistema meteorológico de apoio na sensibilização de camponeses para um melhor aproveitamento da atividade agrícola; Rádio EVA: Programas de sensibilização da população local sobre proteção e conservação do meio

ambiente; Casa de Cultura e Ambiente; Museu do Mar; Centro da Associação "Ação para o Desenvolvimento" - rádio comunitária; televisão comunitária; carpintaria; oficina e centro de formação; Porto de São Domingos (erosão acentuada); Praia de Varela (medição da altura do mar e distância de erosão).

Foram alcançados os resultados esperados com a implementação deste projeto, nomeadamente, 25 jovens sensibilizados e informados sobre as vantagens da proteção do ambiente; formados como ambientalistas comunitários; conscientes e preocupados com o meio que os rodeia; e formados no domínio da educação ambiental.

O projeto teve um custo total de 945€, tendo a AMI financiado 100%. Contribuiu para os ODS 4, 12, 13 e 15.

Bolama – Educação

No seguimento do projeto de construção de 2 salas de aulas em Wato, na Ilha de Bolama, que tinha sido implementado em 2015, optou-se por continuar a reabilitação da escola básica do Wato, entre agosto e dezembro de 2016, no âmbito do projeto Aventura Solidária.

Este projeto teve como objetivo geral, melhorar as estruturas de ensino básico na tabanca do Wato e, como objetivo específico, reabilitar uma sala de aula (não abrangida no projeto de 2015), bem como assegurar a pintura de todas as salas da escola básica da Tabanca do Wato que, devido às condições climáticas da ilha de Bolama, necessitavam de reabilitação ao nível da pintura. Os beneficiários deste projeto foram as cerca de 100 crianças que frequentam as aulas do 1º ao 6º ano na escola do Wato, contribuindo esta ação para os ODS 4 e 11.

O projeto teve um custo total de 8.500€, dos quais, 4.200€ foram financiados por 14 aventureiros solidários e 4.300€ pela AMI.

Ilha das Galinhas – Educação

O projeto **"Um sonho da Ilha das Galinhas - Construção de uma Escola Básica em Ametite"** teve como objetivo geral, contribuir para a melhoria da disponibilidade do ensino básico na Ilha das Galinhas e, como objetivo específico, melhorar as estruturas de ensino básico na tabanca de Ametite, com vista ao alcance dos ODS 4 e 11. Os beneficiários diretos deste projeto

foram 177 pessoas (2 professores e 175 crianças), sendo os beneficiários indiretos os restantes cerca de 1650 habitantes da Ilha das Galinhas.

A intervenção ocorreu na Tabanca de Ametite, localizada na Ilha das Galinhas e decorreu entre junho e novembro de 2016, ao abrigo da Aventura Solidária. O projeto teve um custo total de 9.800.19€, tendo a AMI conseguido angariar 8.054€, através de diversos apoios, nomeadamente a Aventura Solidária, a Plataforma de angariação

de fundos AMI "Doar para um Mundo Melhor", o Clube VII e a empresa Biscana.

Bolama – Outros apoios

Em 2016, a AMI apoiou a reparação da viatura de patrulhamento do Comissário Regional da Polícia da Ilha de Bolama no valor de 1.151€.

Deu ainda um pequeno contributo para a festa de entrega dos diplomas aos alunos do 12º ano do Liceu Regional José Marti em Bolama, através da Comissão Organizadora da mesma.

IX AVENTURA SOLIDÁRIA À GUINÉ-BISSAU

N.º Beneficiários	Reabilitação da escola básica do Wato
N.º Aventureiros	100 crianças que frequentam as aulas do 1º ao 6º ano na escola do Wato
Duração	15
Custo do projeto	26 de novembro a 5 de dezembro
Custo total do projeto	€8.500

IX AVENTURA SOLIDÁRIA À GUINÉ-BISSAU

N.º Beneficiários	Um sonho da Ilha das Galinhas - Construção de uma Escola Básica em Ametite
N.º Aventureiros	Diretos: 177 (2 professores e 175 crianças) Indiretos: cerca de 1650 habitantes da Ilha das Galinhas
Duração	9
Custo do projeto	8 a 18 de dezembro
Custo total do projeto	9.800.19€

HAITI



A presença da AMI no Haiti iniciou-se em 2009, poucos meses antes da ocorrência de um sismo devastador que derrubou a capital Port-au-Prince e afetou gravemente muitas regiões do país. Durante mais de 1 ano, entre 2010 e 2011, a AMI manteve uma missão de emergência com equipas de saúde no terreno e iniciou um conjunto de parcerias de financiamento com organizações haitianas, que mantêm até hoje.

Desde 2009 e até ao final de 2016, a AMI investiu no Haiti 1.024.264€ em ação humanitária e cooperação para o desenvolvimento.

La Saline (Port-au-Prince) – Saúde

A parceria com a organização haitiana CDS (*Centre pour le Développement de la Santé*) foi iniciada no ano de 2011. Esta organização gere um conjunto de centros e infraestruturas de saúde nos bairros mais críticos da cidade de Port-au-Prince.

Uma das intervenções que já tinham sido apoiadas pela AMI entre 2011 e 2013, consistiu num programa de saúde comunitária na zona de La Saline, com uma abordagem de proximidade dos agentes de saúde comunitária junto das pessoas e nas suas casas e uma estratégia de prevenção em saúde que contava com o envolvimento dos líderes e pessoas influentes nas comunidades.

Em 2016, a CDS retomou o programa de saúde comunitária, após alguns anos de suspensão, intitulado "*Renforcement du Programme d'Intervention Communautaire à la Saline*", que pretende melhorar as respostas em saúde em La Saline, através da implementação de

estruturas comunitárias adequadas junto das famílias para prestação de serviços como a pesagem das crianças menores de 5 anos, a vacinação, a distribuição de vitamina A, entre outros.

Os grupos-alvo prioritários são crianças menores de 5 anos e mulheres em idade fértil, incluindo as mulheres grávidas.

O projeto tem uma duração de 1 ano, até setembro de 2017, e um orçamento de 73.498€, sendo o apoio da AMI de 13.300€.

Port-au-Prince – Igualdade de género

Em 2009, foi iniciada a parceria com o apoio a projetos na área de prevenção e combate a desastres naturais, através de programas de rádio, apresentados por mulheres. A Refraka é uma rede de rádios com 27 estações associadas em todo o país.

O projeto intitulado "*La participation active de femmes comme actri-*

***ces et communicatrices sociales dans les radios communautaires*" trabalha a promoção da igualdade de género através das rádios comunitárias.**

Iniciado em 2014, o projeto tem a duração de 3 anos até 2017 e um financiamento total por parte da AMI de 56.318€.

Port-au-Prince – Ajuda de emergência

A passagem do furacão Matthew, em outubro de 2016, gerou uma situação socioeconómica de ainda maior instabilidade no Haiti. A zona do "Grand Sud" foi muito afetada, verificando-se um rasto de destruição ao nível de plantações, pecuária e comércio. De acordo com o rela-

MADAGÁSCAR



tório apresentado pelo Ministro do Interior Haitiano, mais de 175.000 pessoas ficaram em 224 abrigos temporários, depois de perderem as suas habitações.

O projeto intitulado *«Intervention urgente en solidarité avec les animatrices et les radios communautaires dans le grand sud»* e implementado pela organização haitiana REFRAKA, consistiu na distribuição de 50 kits de alimentos na zona do Grand Sud, bem como na realização de formação em técnicas de produção agrícola em período pós-catástrofe e ainda na sensibilização para travar a propagação de doenças infecciosas, através de doze emissões rádio.

O projeto teve uma duração de 3 meses, entre outubro 2016 e janeiro 2017, e contou com um financiamento da AML de 15.000€.

A intervenção da AML em Madagáscar iniciou-se em 2014, com uma parceria com a organização Change Onlus.

Na região de Itasy, onde se localiza Andasibe-Ampefy, a situação de extrema pobreza adicionada às condições socio-ambientais favorece a presença de doenças como a Tuberculose, a Malária, as parasitoses intestinais e de pele, as doenças pulmonares e as doenças gastrointestinais e oculares, odontológicas e otorrinolaringológicas. Verificou-se também na região elevadas taxas de desnutrição infantil, aguda ou crónica.

Andasibe – Ampefy – Saúde

Em Andasibe-Ampefy, a única unidade de saúde existente foi construída e inaugurada em 2014 pela Change Onlus. Esta inclui um pequeno dispensário-enfermaria construído em 2008 e está equipada com clínicas especializadas (odontologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, ginecologia), equipamentos de diagnóstico (radiologia e outros equipamentos especiais), sala de amostragem e um laboratório de testes. No Centro de Saúde há uma unidade cirúrgica que abriu em maio de 2015, e que apesar de estar operacional, é limitada à pequena cirurgia devido à falta de sistema de aspira-

ção e distribuição de gás cirúrgico, em particular oxigénio e ar comprimido.

O projeto intitulado *“Installation du système de distribution des gaz chirurgicaux dans le service de chirurgie et formation du personnel préposé au service auprès du Centre Sanitaire St. Paul d’Ampefy”* pretende, por isso, fornecer e instalar os equipamentos para os gases medicinais e formar pessoal para a utilização dos mesmos, tornando assim a unidade completamente operacional.

Tem uma duração de 4 meses entre 2016 e 2017 e um orçamento total de 28.257€, contando com um cofinanciamento da AML de 14.656€.

Anteriormente, a AML havia já apoiado, desde o final de 2014, o projeto da Change Onlus na implementação de um serviço de radiologia no centro de saúde, assegurando os custos de transporte e instalação deste equipamento e a formação de pessoal técnico para o funcionamento do departamento de radiologia. Com este apoio, contribuiu para o ODM 6 - Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças.

O projeto tinha uma duração inicial de 4 meses até 2015, mas acabou por estender-se até 2016. Teve um orçamento total de 500.000€, dos quais a AML financiou 15.000€.

MOÇAMBIQUE



A AML já atuou em Moçambique por diversas vezes na resposta às vítimas da Guerra Civil, entre 1991 e 1992 e, desde então, tem intervindo na área da saúde e nutrição através do apoio a organizações locais e tem ainda dado resposta às cheias que anualmente assolam o sul do país, nomeadamente as de 2000 e 2014.

Províncias de Nampula e Cabo Delgado – Água potável e saneamento básico

A falta de água é um problema muito grave no norte de Moçambique, o que leva a que as crianças, sobretudo as meninas, deixem de ir à escola para ir buscar água para as tarefas domésticas. Com o fornecimento de água nas escolas, através da captação das águas das chuvas dos telhados e canalizadas por cauleiras para depósitos de 5000 litros de capacidade, o problema é minimizado, enquanto alunos e pais sentem uma motivação maior para cumprir os deveres escolares. Além disso, o acesso à água nas escolas permite que as crianças possam beber água e tratar de questões básicas de higiene, como lavar as mãos, com muito menos riscos para a saúde.

O projeto implementado pela Organização HELPO e intitulado "Abastecimento de água a escolas primárias e pré-primárias do norte de Moçambique" está a instalar 12 Sistemas de Aproveitamento de Águas Pluviais (SAAP) em escolas primárias, escolinhas comunitárias, num centro de atividades infantis e num centro de dia, onde existem problemas graves de abastecimento de água. Durante o primeiro

ano de atividade foram alcançados os seguintes resultados: na Escola Primária Completa (EPC) de Matibane foi instalado o SAAP no início do ano letivo (a percentagem de desistência de alunos foi de 3%, bastante reduzida face aos 8% do ano anterior). Graças aos depósitos foi possível arrancar com o projeto de lanche escolar nesta escola, que foi outra forma de conseguir melhorar o desempenho da mesma. Na EPC de Impire e na Escolinha Comunitária de Micolene, o SAAP foi instalado muito perto do final do ano letivo.

O projeto tem um orçamento total de 54.903,75€, sendo o financiamento da AML de 41.177,81€ e está a ser implementado ao longo de 4 anos, até 2018, estando prevista a instalação de 3 SAAP por ano.

Em 2016, contou com o apoio do grupo Petrotec.

Chokwé – Saúde

Na província do Chokwé, uma parte considerável da população vive com VIH/SIDA.

As Irmãs "Filhas da Caridade" gerem um Hospital que acolhe, aconselha e trata a população da região, vítima deste flagelo. A AML está a apoiar a gestão diária do Hospital, bem como as bases para a construção de um novo laboratório de análises clínicas.

O projeto "Construção de um novo laboratório no hospital Carmelo em Chokwé", cuja inauguração decorreu em março de 2016, pretendeu assegurar a totalidade dos exames clínicos necessários à população que acede ao Hospital, melhorando a qualidade de vida da mesma.

Depois de ativado, o laboratório está a beneficiar diretamente 13.241 pessoas e os 215.000 habitantes do distrito de Chokwé, de forma indireta. Contribui, assim, para o ODM 6 - Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças.

O projeto teve uma duração de 5 anos (até 2016) e contou com um financiamento da AML de 100.000€ para a construção do laboratório.

NICARÁGUA



A AMI iniciou a sua presença na Nicarágua em 2014, numa região com um dos maiores valores de incidência de pobreza extrema da macro-região Pacífico, Central e Caraíbas, e com um elevadíssimo risco de furacões.

Bacia Média de Prinzapolka – Saúde Materno-infantil

O projeto *"Fortalecimiento de la Red de Parteras Tradicionales de 8 Comunidades del río Prinzapolka, Región Autónoma Atlántico Norte (RAAN)"* implementado pela organização Acción Médica

Cristiana (AMC), pretendeu reforçar a capacidade de resolução comum e da rede de parteiras comunitárias no curso médio do rio Prinzapolka em cuidados para mulheres grávidas e para a prevenção da mortalidade materna em coordenação com o MINSA municipal.

Para tal, beneficiou diretamente 521 mulheres em idade fértil, gestantes, mães e recém-nascidos de oito comunidades, 21 parteiras comunitárias em 8 comunidades para além de 8 comitês comunitários de saúde.

O projeto iniciado em 2014 terminou em 2016. O orçamento total foi de 32.158€ e contou com o apoio da AMI em 20.000€.

A intervenção obteve bons resultados, permanecendo em zero a mortalidade materna na bacia média do rio Prinzapolka. No entanto e face à necessidade de reforçar os cuidados aos recém-nascidos, com a expansão do número de comunidades abrangidas e de parteiras treinadas e equipadas, e ainda com a intenção de melhorar a coordenação com o Ministério da Saúde, implementou-se também, a partir de dezembro de 2015, o projeto *"Fortalecimiento de la Red de Parteras Tradicionales de 11 Comunidades - Región Autónoma de la Costa Caribe Norte"*.

O projeto assegurou a formação de 40 parteiras, com a distribuição de material formativo às mesmas, e a articulação delas com o sistema de saúde comunitária. Prevê-se que termine no primeiro semestre de 2017. O orçamento total é de 28.212,73€, dos quais 20.000€ são financiados pela AMI.

Bacia Média de Prinzapolka – Prevenção de catástrofes

A Costa das Caraíbas da Nicarágua é caracterizada por uma maior incidência de pobreza extrema severa, um elevado índice de necessidades básicas insatisfeitas e é uma das zonas mais afetadas por inundações, fruto de chuvas intensas, ondas tropicais, tempestades e furacões. Face a este cenário, a AMI apoiou o projeto *"Fortaleciendo la capacidad de preparación y respuesta a desastres en COMUPRED y 8 comunidades de la Cuenca Media del río Prinzapolka, Región Autónoma Caribe Norte (RACN)"* implementado pela AMC no terreno.

Com o objetivo de reforçar a capacidade organizacional da COMUPRED (Comissão Municipal de Prevenção de Catástrofes) e do sistema de comunicação do "sistema de alerta precoce"

(SAT) a partir de 8 comunidades para uma adequada resposta ao desastre, pretendeu-se fortalecer, por um lado, a capacidade de preparação e resposta a catástrofes no município de Prinzapolka e, por outro, o sistema de comunicação para a devida articulação e o SAT em oito comunidades próximas do rio Prinzapolka e do rio Bamana.

Através do projeto, foi reativada a estrutura municipal COMUPRED e comunitária de 8 COLOPRED (comités locais de emergência). O diagnóstico efetuado ajudou a fortalecer o SAT e as capacidades de resposta das comunidades. Foram reabilitadas 3 rádios de comunicação e equipado com computador o escritório do COMUPRED nas comunidades da bacia média do rio

Prinzapolka e do rio Bambana, beneficiando 2.861 habitantes e 53 membros da COMUPRED.

O projeto foi implementado entre 2015 e 2016, teve um orçamento total de 35.686€ e contou com o apoio da AMI de 20.000€.

Alamikamba – Envio de expatriados

O envio de expatriados na Nicarágua continua a ser uma ação importante, com vista ao fortalecimento da parceria entre a AMI e a AMC e na medida em que se trabalha a capacitação ou o reforço de competências do parceiro. Por isso mesmo, **a AMI enviou em 2016 uma médica por um período de 5 meses, que colaborou no projeto desenvolvido pela AMC.** Durante a sua missão, a médica expatriada da AMI formulou importantes recomendações para melhorar o desempenho do parceiro sobre a necessidade de separar o processo de formação das parteras e a formação inerente ao Sistema de Informação Comunitário (SICO) e sobre a coordenação com o hospital de Alamikamba (que representa o MINSA) durante as sessões de formação.



O apoio da AML a São Tomé e Príncipe iniciou-se em 1988, tendo sido mantidas missões com pessoal expatriado até final de 2013. Desde 2014, após o encerramento da missão, a AML tem continuado a sua intervenção com o financiamento de projetos de organizações locais.

Distrito do Caué – Criação de animais e geração de rendimentos

A Associação Solidária do Cão Grande (ASCG) foi criada no âmbito do último ciclo de projeto da AML com equipas expatriadas que decorreu entre 2011 e 2013 e durante o qual se trabalhou o desenvolvimento cívico e a constituição de um grupo numa organização juridicamente criada.

O projeto "Porto de Partida", iniciado em dezembro de 2013, desenvolve-se em todo o distrito de Caué (no sul da ilha de São Tomé), apesar de a ASCG estar sediada na comunidade de Porto Alegre a cerca de 96km da capital do país, onde leva a cabo a atividade geradora de rendimento (criação e abate de animais e venda de ovos).

O Distrito de Caué é o maior do país, embora a sua população seja reduzida (cerca de 7.000 habitantes). É considerado o distrito mais pobre e apresenta uma série de carências das quais se destacam a precariedade e/ou inexistência de infraestruturas, o frágil tecido económico, os baixos rendimentos da população e a iliteracia, que conduzem a uma economia de subsistência, baseada na agricultura, pesca, pecuária e turismo.

O objetivo geral do projeto é contribuir para a redução da pobreza no distrito, através da melhoria das condições higié-

nico-sanitárias e da promoção da literacia nas áreas da saúde e saneamento do meio e o objetivo específico consiste em implementar intervenções promotoras de desenvolvimento local, através da aplicação de 50% do lucro da atividade geradora de rendimento criada em 2014. O projeto "Porto de Partida" é, assim, um negócio socialmente responsável.

Para além da gestão do próprio negócio, o projeto permite a realização de atividades de educação para a saúde, sensibilizações sobre alcoolismo, saneamento do meio e apoio aos mais idosos do distrito.

Os beneficiários diretos da intervenção são 6 membros da associação, 15 associados, 5 idosos do Lar de Malanza e os indiretos, 7.000 habitantes do Distrito de Caué.

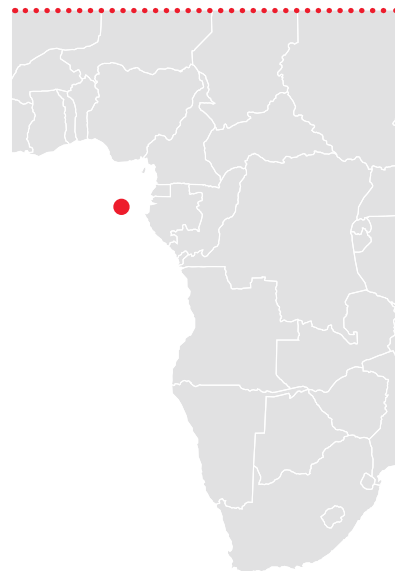
A duração inicial do projeto era de 13 meses, entre 2013 e 2014, mas acabou por se estender até 2017. Tem um orçamento total de 32.737,05€ e conta com o financiamento da AML em 27.569,63 €.

Cidade de São Tomé – Apoio Social

A parceria com a Associação dos Amigos do Sagrado Coração de Jesus (ASCOJES) surgiu em 2014. Esta associação presta apoio aos mais carenciados da Ilha de São Tomé, particularmente as crianças, portadores de deficiência ou incapacidade e idosos que habitam na cidade capital, sujeitos a uma cultura de abandono.

O projeto "Apoio institucional ao Centro de Fraternidade" tem como objetivo geral contribuir para a melhoria das condições de assistência e acolhimento das

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



pessoas idosas e portadoras de deficiência em situação de vulnerabilidade na cidade de São Tomé e como objetivo específico promover o funcionamento do Centro de Fraternidade situado no Bairro Riboque, como Centro de Dia.

Visa melhorar as condições do Centro de Fraternidade da ASCOJES para atender a população vulnerável identificada, apoiando-a com assistência médica e medicamentosa e fornecendo-lhe alguns produtos de primeira necessidade como alimentos e produtos de higiene, bem como vestuário e agasalho, para além de uma refeição quente diária. Os beneficiários diretos são 98 idosos e deficientes carenciados apoiados pela instituição e os indiretos os seus familiares em número não especificado.

O projeto tinha uma duração inicial de 8 meses, entre 2015 e 2016, mas foi alargado até 2017. Tem um orçamento total de 18.000€, dos quais 15.000€ são financiados pela AML.

SENEGAL



O Senegal é um país da África Ocidental, onde cada vez mais se verifica a importância da descentralização da saúde para que todas as populações, quer em áreas urbanas, quer em áreas rurais, tenham acesso a cuidados de saúde de forma equitativa. Além disso, o Governo senegalês tem entendido e acordado que a saúde é uma responsabilidade que deve ser transferida para as autoridades locais. Apesar de todas estas medidas, a saúde ainda não tem uma resposta eficiente ao nível social/comunitário, devido à falta de recursos. Perante este cenário, é mais necessário do que nunca que os parceiros e a sociedade civil intervenham para preencher a lacuna, permitindo a existência de um serviço de saúde com uma resposta mínima aceitável.

Réfane – Saúde

A parceria da APROSOR remonta a 1996, sendo a intervenção desta organização senegalesa na zona de Réfane. No âmbito da Aventura Solidária, que a AMI implementa no Senegal desde 2007, foi financiado em 2016 o projeto de "Reabilitação da casa de saúde NDIEFFOUNE Parba".

XV AVENTURA SOLIDÁRIA AO SENEGAL

N.º Beneficiários	Reabilitação da casa da saúde NDIEFFOUNE Parba
N.º Aventureiros	Diretos: 371 habitantes da localidade de Ndiéfoune Parba Indiretos: 500 pessoas de 5 aldeias da região.
Duração	14
Custo do projeto	22 de abril a 1 de maio
Custo total do projeto	3.602€

O objetivo geral residiu em melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis e facilitar o acesso aos serviços básicos sanitários, e o objetivo específico consistiu em reabilitar a casa de saúde, permitindo um acesso de proximidade aos cuidados primários de saúde da população da aldeia de Parba.

Beneficiaram diretamente com este projeto os 371 habitantes da localidade de Ndiéfoune Parba e indiretamente 500 pessoas de 5 aldeias da região. O projeto teve a duração de 2 meses e um custo total de 3.602€, tendo sido financiado pelo projeto Aventura Solidária da AMI.

SRI LANKA



A AMI está presente no país desde dezembro de 2004, após os vários sismos seguidos de Tsunami que ocorreram no sudeste asiático, tendo um efeito devastador em 11 países do Oceano Índico e causando milhares de mortos, desaparecidos, deslocados e sem abrigo. Por essa altura, a AMI desenvolveu uma missão de emergência às vítimas da calamidade e iniciou parcerias de apoio ao desenvolvimento do país que mantém até hoje.

específicos, proporcionar a 60 crianças que vivem nas favelas de Colombo, apoio na educação; permitir um maior acesso à alimentação e saúde; e fortalecer a capacidade de 70 pais proporcionarem melhores condições de vida para as suas famílias.

Pretende melhorar as condições de vida nos bairros de lata da capital do país, onde as comunidades são afetadas por práticas de risco, tais como o con-

sumo de substâncias aditivas, a prostituição forçada e o jogo compulsivo, sendo as crianças o grupo mais vulnerável e exposto a estes problemas.

O projeto é uma continuação da intervenção anterior e o novo ciclo tinha uma duração inicial de 12 meses entre 2015 e 2016 sendo, no entanto, alargado até 2017. Tem um orçamento de 15.000€ totalmente financiado pela AMI.

Colombo – Apoio social a crianças marginalizadas

A parceria com o *Centre for Society and Religion* mantém-se desde 2007 e o projeto atualmente em curso intitulado *"Enhancing the Quality of Life of Children and Adults in Two Marginalized Urban Communities"* tem como objetivo geral contribuir para que crianças e pais das duas favelas identificadas de Colombo melhorem os seus padrões de vida através do acesso à educação, saúde e nutrição, e como objetivos



TANZÂNIA



Rufiji – Mafia Seascap – Proteção Ambiental

A AMI iniciou a sua presença na Tanzânia em 2016.

O Rufiji - Mafia Seascap na Tanzânia central é rico em biodiversidade marinha e é um ponto que suporta uma das maiores atividades de pesca costeira do país. No entanto, os meios de subsistência baseados na pesca estão cada vez mais ameaçados pela má gestão do meio ambiente marinho. Os resíduos sólidos são frequentemente despejados nas praias locais e nos cursos de água. Essas ações representam um risco grave para a saúde humana e degradam os próprios ecossistemas de que as comunidades de pescadores dependem. A pesca com dinamite é outro dos problemas graves que ameaçam a biodiversidade.

O projeto da organização Sea Sense, intitulado "Waste to better Health in the Rufiji-Mafia Seascap" tem como objetivo geral contribuir para a redução da degradação ambiental e ameaças à saúde humana causadas por más práticas de gestão de lixo, e como objetivo específico, facilitar a adoção de práticas eficazes de gestão de resíduos nas comunidades pesqueiras no Rufiji - Mafia Seascap, em benefício da saúde humana e para a preservação da biodiversidade marinha.

Pretende promover a boa gestão ambiental, através de atividades relacionadas com o controle da poluição, a gestão de resíduos e a educação ambiental para a mudança de com-

portamento da sociedade civil, reduzindo as ameaças para a saúde humana e criando comunidades mais resilientes.

Os beneficiários diretos da intervenção são 5.280 pessoas e os indiretos 7.500 pessoas.

Prevê-se a duração do projeto até 2017, com um orçamento total de 40.273€, sendo o financiamento da AMI de 15.000€.

UGANDA



A presença da AMI no Uganda começou em 2013. O país apresenta elevadas taxas de mortalidade infantil, razão pela qual a AMI decidiu dar continuidade à intervenção do parceiro MCODE.

Najja e Ngogwe subcounties - Saúde Infantil

A AMI mantém uma parceria com a organização *Mission for Community Development (MCODE)* para a implementação do projeto "Melhoria da Saúde Materna na Região Rural do Uganda", num país onde mais de 200.000 crianças morrem por ano de doenças como a cólera, febre tifóide, malária e sarampo.

A MCODE implementou em 2016 o projeto "*Strengthening Community Hygiene and Improved Child Health in Bulikwe*" para combater e reduzir a mortalidade infantil nas áreas rurais onde o acesso aos cuidados de saúde e serviços de informação é limitado, beneficiando diretamente 500 famílias.

Com o objetivo de contribuir para a construção de comunidades saudáveis nas zonas rurais do Distrito de Bulikwe e Najjain, o projeto permitiu reforçar o acesso à água potável através da reparação e construção de 2 fontes de água; distribuir 14.000 pastilhas de purificação de água e 100 recipientes para beber, construir 400 dispositivos de lavagem de mãos e estabelecer dois comités de gestão. A intervenção melhorou e reforçou ainda a higiene das comunidades através de parcerias entre os promotores e formadores de saúde comunitária (100 redes mosquiteiras distribuídas, 23 mulheres grávidas referenciadas para o sistema de saúde comunitário e distribuição de 25 "kits maternos"; 217 crianças foram imunizadas, 2000 crianças receberam desparasitantes, 150 pessoas foram formadas em nutrição sustentável, e foram distribuídos 200 kg de sementes).

O projeto tinha uma duração inicial de 1 ano, até 2016, mas foi estendido até

2017. Tem um orçamento de 20.923€ e conta com o cofinanciamento da AMI em 15.000€.

Nangabo e Gombe sub-county, Wakiso district – Saúde

A organização *Action for Disadvantaged People*, está a implementar, desde 2015, um novo projeto com o apoio da AMI, cujo objetivo é reduzir o número de novas infeções pelo VIH, abordando as causas centrais desta doença e aumentando os cuidados das famílias afetadas pelo vírus. A abordagem integrada aumentará o acesso e a utilização dos serviços de prevenção do VIH, através da sensibilização, aconselhamento e despieste, prevenção da transmissão mãe-filho, circuncisão masculina, promovendo referências e programas sobre o VIH a nível escolar.

O projeto pretende ainda melhorar as capacidades empreendedoras/empresariais de 35 famílias infetadas e/ou afetadas pelo VIH/SIDA e apoiá-las no estabelecimento de atividades geradoras de rendimento. **Durante um ano, foram alcançados os seguintes resultados: 1) Mudança comportamental das mulheres e grupos vulneráveis e sensibilização sobre o VIH/SIDA nos distritos-alvo; 2) Para 50 famílias Nangabo, o acesso e utilização de serviços de prevenção do VIH aumentou em 25%; 3) Cerca de 80% dos beneficiários consolidaram os próprios negócios; 4) Há evidência sobre o aumento da cultura de poupança entre os beneficiários, que se reflete no aumento da escolaridade entre as crianças.**

O projeto tinha uma duração inicial de 1 ano, até maio de 2016, mas foi estendido até 2017, e um orçamento total de 16.321€, dos quais a AMI financiou 15.000€.



PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

PORTUGAL

Centro de Saúde da GNR

No âmbito do protocolo estabelecido com o Centro de Saúde da GNR, em 2016 foram realizadas 14 consultas do viajante. Desde o início da parceria, em 2009, foram realizadas 177 consultas de início e fim de missão.

Cooperação Civil e Militar

Desde há alguns anos, a AMI participa nos cursos CIMIC destinados a preparar oficiais das Forças Armadas portuguesas (Exército, Marinha e GNR) para integrar missões de manutenção ou construção da paz. Nesse sentido, a AMI foi uma vez mais convidada a lecionar no Instituto de Estudos Superiores Militares em Pedrouços, em março, com o objetivo de transmitir a sua visão na cooperação entre organizações humanitárias e os militares. Esta palestra teve uma assistência de aproximadamente 25 participantes.

3.2 PROJETOS EM PORTUGAL

3.2.1 AÇÃO SOCIAL

F., jovem mulher, acompanhada pela AMI desde 2013, surge em completa desorganização emocional após ter saído de casa da mãe. Inicialmente, não explicava bem a razão daquela decisão e o único rendimento de que dispunha no momento era a pensão de sobrevivência deixada pelo pai no valor de 41,73€.

F. requereu RSI e fazia as refeições numa cantina social suportada pela segurança social. A AMI fornecia a alimentação para os fins de semana. Vivía num quarto alugado. Conseguiu um emprego mas não foi cumprido o que fora estabelecido com ela, para além de ter sofrido assédio, pelo que teve de sair. Foi informada que o RSI iria ser indeferido por desatualização da composição do agregado familiar no sistema. A AMI ajudou-a a redigir o requerimento de regularização da situação, articulou com a assistente social da Segurança Social e encaminhou a beneficiária para uma psicóloga, a pedido da própria.

Porém, algum tempo depois, a AMI foi informada de que a beneficiária teria tentado suicidar-se e veio a ter conhecimento que seria resultado de ter sido vítima de maus-tratos por um familiar durante muitos anos e desde a infância. A AMI procurou reforçar a sua auto estima ao incentivá-la a apostar nos seus estudos, pois tinha imensa capacidade e traços de personalidade que lhe garantiam honestidade e força para continuar. A F. começou a aceitar olhar o presente de uma forma menos negativa. Candidatou-se ao ensino superior e conseguiu entrar na Universidade. A AMI ajudou-a a conseguir uma bolsa de estudo e um computador e a F. fez um percurso escolar exemplar. Realizou um estágio curricular num hotel num país do norte da Europa, onde ficou a trabalhar, auferindo agora 2000€ mensais.

História de vida de um entre tantos outros beneficiários da AMI.

A intervenção social da AMI não se cinge, de todo, ao apoio às necessidades mais básicas. Para se conseguirem efetivamente resultados que se traduzam na melhoria das situações de vida das pessoas que recorrem aos seus serviços, é necessário investir tempo, recursos, conhecer e procurar as respostas existentes, perceber que cada situação é única e respeitar o tempo dos beneficiários. Este é um trabalho que não se reduz a números estatísticos, que se tornam redutores para a compreensão de todo o trabalho desenvolvido. Exemplo disso é o facto de o acompanhamento a cerca de 6.500 pessoas que frequentaram o apoio social em 2016 se traduzir em mais de 24.000 atendimentos sociais.

A AMI conta atualmente com 17 equipamentos sociais que se dividem por 9 Centros Porta Amiga, 2 Centros de Alojamento Temporário, 1 Residência Social e 2 polos de receção de alimentos, e que desenvolvem um conjunto de respostas sociais como 2 equipas de rua, 1 serviço de apoio domiciliário, 5 Infotecas, 12 centros de distribuição alimentar, 11 refeitórios sociais, entre outras. Por sua vez, estes equipamentos e respostas sociais prestam mais de 36 serviços sociais (ex.: atendimento/acompanhamento social, apoio ao emprego, etc) por todo o país.

No ano de 2016, a AMI apoiou 11.741 pessoas em Portugal.

Desde 1994, ano de inauguração do primeiro centro Porta Amiga, já foram apoiadas 70.397 pessoas em situação de pobreza. Recorreram, em 2016, ao apoio social direto da AMI menos 14% que o valor registado no ano anterior. Considera-se que contribuíram para esta diminuição, vários fatores, designadamente a situação socioeconómica do país, o reforço do trabalho em rede e a ausência do programa FEAC (Fundo Europeu de Auxílio aos mais Carenciados).

Isto, porque, apesar de Portugal ser um país que se mantém com uma taxa de risco de pobreza extremamente elevada, têm vindo a sentir-se pequenos sinais de recuperação que fazem com que algumas das pessoas afe-

tadas pela crise possam, de alguma forma, ter conseguido reorganizar a sua vida, deixando, por isso, de recorrer aos apoios sociais.

Por outro lado, o aparecimento de instituições sociais tem sido uma constante nos últimos anos com especial enfoque para os apoios ao nível das necessidades mais básicas. Nesse sentido, tem-se apostado cada vez mais na articulação de parcerias de forma a potenciar os recursos existentes na sociedade e a não duplicar apoios, traduzindo-se também na diversificação das respostas sociais. Finalmente, sendo o serviço de distribuição de géneros alimentares um dos

mais procurados, o facto de não ter havido, durante o ano de 2016, o programa FEAC, contribuiu para a ausência de resposta às necessidades de apoio alimentar de grande parte das famílias em acompanhamento, sendo que as mesmas viram-se na obrigação de procurar soluções alternativas.

Porém, importa reforçar que a diminuição da frequência da população não se traduz numa diminuição do volume de trabalho. Pelo contrário, constituiu-se como uma oportunidade de trabalhar cada vez mais numa lógica de qualidade e diferenciação dos serviços prestados.

INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA

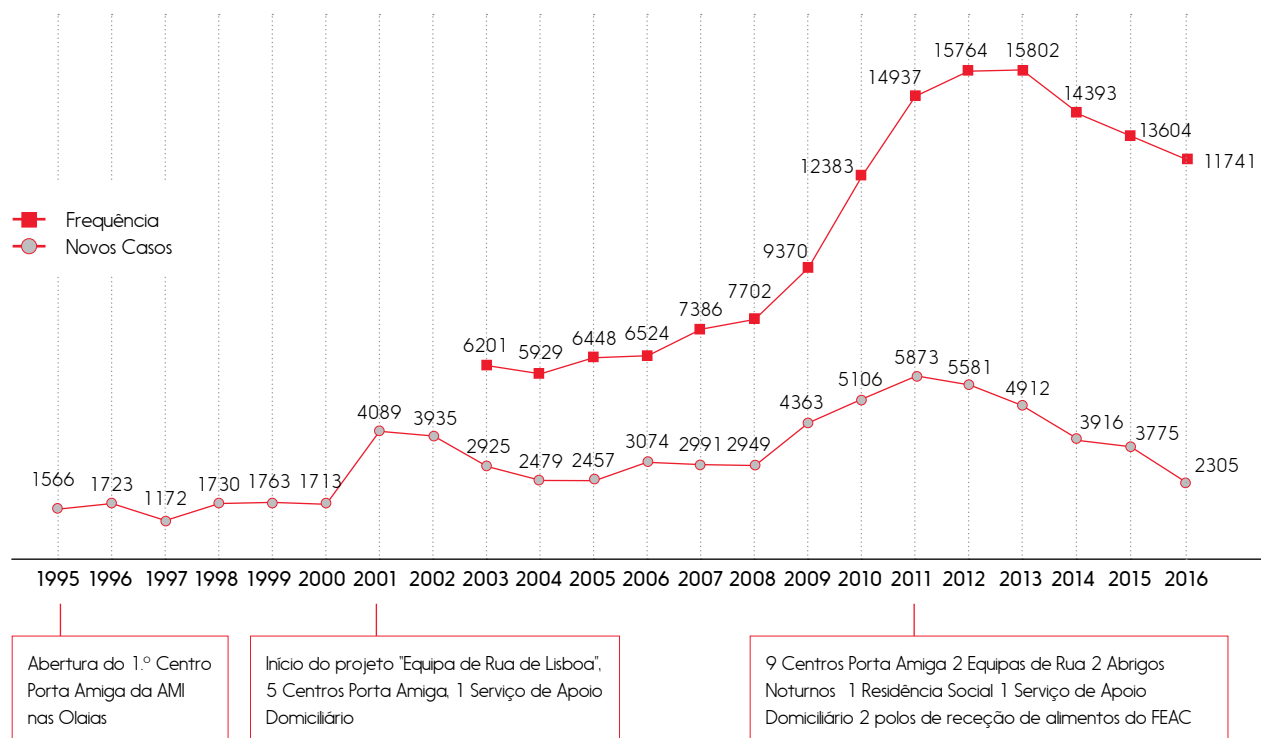
Funchal, Ilha da Madeira – Incêndios

A 9 de agosto deflagraram incêndios em vários locais na Madeira, sendo que o maior ocorreu na cidade do Funchal, tendo alastrado para o centro da cidade, provocando o caos e algum pânico.

A delegação da AMI também foi ameaçada, mas escapou incólume.

Durante os dias em que a Delegação esteve encerrada, a equipa da AMI esteve presente no Comando Militar do Funchal, onde foram alojados os deslocados de várias freguesias do Funchal, tendo prestado apoio psicossocial, encaminhado voluntários na área

EVOLUÇÃO GLOBAL DOS NOVOS CASOS DESDE 1995



de enfermagem e medicina, e distribuindo donativos de higiene pessoal.

A AMI articulou com a Segurança social, a Cruz Vermelha e o Hospital dos Mar-meiros que teve de deslocar doentes para o Comando Militar.

No rescaldo da catástrofe, a AMI prestou apoio às vítimas que já eram beneficiárias do Centro Porta Amiga do Funchal, na aquisição de equipamentos domésticos e pequenas reparações com os €5.764,07 de donativos que recebeu da Campanha Emergência Madeira.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Em 2016, procuraram pela primeira vez os apoios sociais da AMI 2.305 pessoas (20% da população total), tendo os equipamentos sociais da AMI atendido uma média de 3.459 pessoas por mês, com uma média mensal de 192 novos casos de pobreza.

Nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto recorreram aos serviços sociais

da AMI 6.619 e 3.560 pessoas, respetivamente. Em Coimbra recorreram ao Centro Porta Amiga 430 pessoas, sendo que no Funchal e em Angra do Heroísmo foram 446 e 713 pessoas respetivamente que recorreram ao apoio da AMI.

EVOLUÇÃO DA FREQUÊNCIA ANUAL (2011-2015) DA POPULAÇÃO POR ÁREA GEOGRÁFICA

Área Geográfica	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Lisboa – Olaias	2481	2708	2756	2610	2446	2511	15512
Lisboa – Chelas	1389	1387	1378	1253	1186	1147	7740
Lisboa – A. Graça	65	56	63	71	58	69	382
Almada	1688	2058	2127	2366	2219	1976	12434
Cascais	1269	1406	1447	1258	1228	985	7593
Grande Lisboa	7252	9021	7771	7558	7137	6688	45427
Porto	3662	3603	3372	2657	2254	2027	17575
A. Porto	74	75	56	39	60	62	366
Gaia	2331	2160	2185	1763	1788	1533	11760
Grande Porto	6.067	5.838	5.613	4.459	4102	3622	29701
Coimbra	373	438	511	519	506	430	2777
Funchal	973	902	753	630	587	446	4291
Angra Heroísmo	893	838	900	958	1109	713	5411
S. Miguel	3	398	515	462	379	58	1815
Coimbra e Ilhas	2242	2.576	2.679	2.569	2581	1647	14294
Total	12383*	14937*	15764*	15802*	13604*	11741*	89422*

* O valor indicado não corresponde à real soma dos totais, uma vez que existem beneficiários que foram atendidos em mais do que um equipamento social da AMI.

Em 2016, da população que frequentou os equipamentos sociais da AMI, 51% eram mulheres, sendo que os escalões etários com maior peso permanecem a situar-se entre os 30 e os 59 anos (41%), continuando também a ser a população em idade ativa (65%) quem mais recorre aos centros sociais. De referir, no entanto, que há nos últimos anos, um aumento do número de crianças e jovens apoiadas com menos de 16 anos (28%) bem como uma população mais jovem, com menos de 30 anos (47%) havendo assim uma tendência de mudança de perfil, de quem procura o apoio da AMI.

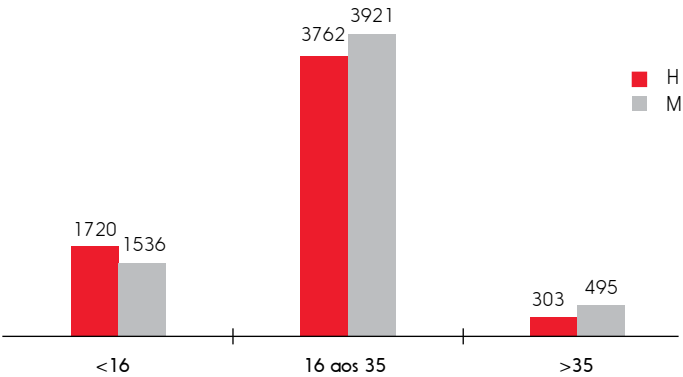
A naturalidade mais significativa continua a ser a portuguesa (86%), sendo que 56% não pertence às zonas de implementação do equipamento social a que recorrem. Da restante população, destacam-se os naturais dos PALOP (10%).

A baixa escolaridade continua a ser uma característica dominante, sendo que a maioria da população apoiada tem habilitações ao nível do 1º ou 2º ciclo (48%), 14% tem o 3º ciclo e 6% tem o ensino secundário, e destes níveis de literacia mencionados, o género mais representativo são as mulheres (53% e 55% respetivamente). O número de pessoas com habilitações ao nível do ensino superior diminuiu em relação ao ano passado tendo passado de 137 em 2015 para 114 em 2016. De referir que 6% da população não tem qualquer grau de escolaridade, uma percentagem com tendência para diminuir nos últimos anos, sendo que destas, 59% são mulheres,

e 61% não tem qualquer grau de formação profissional. Estas baixas qualificações constituem um dos maiores aspetos de fragilidade, condicionando as possibilidades de integração no mercado de trabalho e consequentemente de ultrapassar uma situação de vulnerabilidade social. Os recursos económicos provêm sobretudo de apoios sociais como o RSI (Rendimento Social de Inserção) (25%), seguindo-se as pensões e reformas e

os subsídios e apoios institucionais (17% cada). 14% tem rendimentos provenientes de trabalho, mas que se revelam precários e insuficientes, e 24% não tem qualquer rendimento formal. Observa-se também o recurso a apoios informais, como sejam as redes de familiares e amigos e o recurso à economia informal. Essas redes têm um papel importante no acesso a alguns recursos (géneros alimentares, habitação e dinheiro), como se verifica pelos

POPULAÇÃO ATENDIDA EM 2016 POR ESCALÃO ETÁRIO



HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

1.º ou 2.º ciclo	48%
3.º ciclo	14%
Ensino Secundário	6%
Ensino Superior	1%
Sem grau de escolaridade	6%

36% que recorrem ao apoio de familiares e 10% ao apoio de amigos. A mendicidade é o recurso de 3% da população.

Relativamente às redes familiares, 74% mantêm contacto com a família, 26% tem filhos, e a maioria dos que vivem sozinhos (19%) são homens (57%).

Como principais motivos verbalizados pelas pessoas que recorreram aos apoios dos serviços sociais da AML, estão a precariedade financeira (74%) e o desemprego (54%). Seguem-se a doença física (19%), os problemas familiares (16%) e os problemas relacionados com saúde mental e a falta de habitação/desalojamento (7% cada). Do total de beneficiários que evocaram a habitação como motivo de recurso aos apoios da AML, 76% são homens.

Foram, ainda, referidos episódios de violência doméstica por 208 pessoas, das quais a grande maioria são mulheres (83%). As mulheres que mencionaram estes episódios encontram-se maioritariamente entre os 30 e os 49 anos (55%), e estão divorciadas (34%) ou casadas/união de facto (24%). O agressor é na maior parte dos casos o cônjuge/namorado (41%), registando-se também agressões por parte dos pais ou outros familiares (8%).

No que diz respeito à habitação, das pessoas que recorrem aos serviços sociais da AML, 7.539 moram em casa alugada (64%), sendo que destas, pelo menos 2.933 são de habitação social (39%), e 1.157 possuem habitação própria (10%). Relativamente às que

vivem em casa própria ou casa alugada, apurámos que 289 (menos 24% que em 2015) não têm acesso a água canalizada ou têm, mas de forma ilegal, 562 (menos 7% que em 2015) não têm acesso a eletricidade ou têm, mas de forma ilícita, 67 não têm ligação à rede de esgotos, 66 não têm cozinha (destas, 13 têm acesso a cozinha coletiva); 70 não têm retrete (17 têm acesso a retrete coletiva).

Dos dados apurados, observa-se que as despesas mensais com rendas/amortizações de 1.673 pessoas (14%) são inferiores a 100 euros, e embora não seja um valor elevado, pode, mesmo assim, constituir um peso elevado no orçamento de algumas famílias, o que levou a que esta despesa passasse a ser também contemplada pelo Fundo para o Desenvolvimento Pessoal e Social da AML. Das pessoas que procuram o apoio da AML, 848 referiram tê-lo feito por necessidades relacionadas com o alojamento, no entanto, esta necessidade foi diagnosticada, em contexto de atendimento social, em 1.341 pessoas. Houve ainda 413 pessoas que referiram situações de endividamento por rendas em atraso ou crédito à habitação que não conseguem cumprir.

Trabalho desenvolvido com crianças e jovens

Durante o ano de 2016, foram apoiadas pelos equipamentos sociais da AML 3.923 crianças e jovens com idade igual ou inferior a 18 anos. A ajuda à esta população é feita, maioritariamente, de forma indireta através de apoio social e com bens de primeira necessidade que é prestado aos pais, ou seja, as crianças e jovens beneficiam dos apoios da AML enquanto membros de um agregado familiar.

No entanto, a AML desenvolve ainda respostas que são dirigidas diretamente a esta população, de que são exemplo o apoio com material escolar e o Espaço de Prevenção da Exclusão Social (EPES) - crianças.

O apoio com material escolar é fruto de uma campanha de parceria entre a AML e o grupo Auchan, desde 2009, dirigido às crianças e jovens em idade escolar inseridas em agregados familiares que frequentam os equipamentos sociais da AML. No ano de 2016 beneficiaram deste apoio cerca de 3.500 crianças e jovens dos 6 aos 18 anos.

O EPES-criança dedica-se a promover as competências pessoais e sociais, bem como a motivação e autoestima daqueles que o frequentam, de modo a prevenir futuras situações de exclusão. As crianças que frequentam o EPES são crianças consideradas de risco devido a diversos fatores de ordem sistémica, provindo, de um modo geral, de famílias desestruturadas, muitas vezes marcadas por abandono parental e/ou competências parentais desadequadas. Parte destas crianças provém ainda de minorias étnicas, o que pode reforçar situações de exclusão. Uma

das problemáticas evidenciadas neste grupo é o insucesso escolar, sendo que, para o combater, o EPES presta um serviço de apoio escolar e psicopedagógico. Desenvolve ainda atividades lúdicas e recreativas, onde as crianças têm oportunidade de despertar e estimular a criatividade, bem como celebrar datas festivas que assinalam marcos culturais. Assim, este espaço procura promover, deste modo, a inclusão e integração social e funciona em três Centros Porta Amiga (Cascais, Chelas e Vila Nova de Gaia) tendo apoiado em 2016, 113 crianças e jovens.

FUNDOS DE APOIO SOCIAL

Fundo para o Desenvolvimento e Promoção Social

Tendo em conta as dificuldades expressas, em contexto de atendimento social, para fazer face a pagamentos de despesas correntes relacionadas com habitação (água, luz, gás) e tendo em conta dados acima referidos onde são mencionadas situações de falta de acesso ou um acesso ilegal a água e luz, a AMI criou em 2015 o Fundo para o Desenvolvimento e Promoção Social que procura apoiar no pagamento de algumas destas despesas de modo a evitar que os serviços sejam cortados ou que se avolumem dívidas. No decurso do primeiro ano de funcionamento, foi possível perceber outras necessidades fundamentais para as quais este apoio poderia ser canalizado. Assim, procedeu-se a uma alteração de regulamento, passando

este Fundo a abranger necessidades como medicamentos, transportes, rendas, entre outros. Os critérios foram redefinidos no regulamento e prevê-se um montante máximo de 100,00 euros por família, apenas sendo ultrapassado em situações muito excecionais. No ano de 2016, através deste serviço, foram apoiados 107 agregados familiares, abrangendo 278 pessoas, que o utilizaram por 468 vezes, o que dá uma média de 1,7 utilizações por pessoa. O apoio mais solicitado foi para pagamento de água, luz e gás, despesas de formação e apoio para o pagamento de renda de casa /quarto.

Fundo Universitário AMI

Desde 2015 que a AMI coloca à disposição dos estudantes o Fundo Universitário.

Em 2016, foram atribuídas bolsas a 32 jovens estudantes universitários, que os ajudará no pagamento das suas propinas. Relativamente a 2015, foram aprovadas 19 novas candidaturas e 13 renovações de bolsas.

O Fundo Universitário é uma bolsa de apoio social para o pagamento de propinas e tem como objetivo apoiar a formação académica de jovens que não disponham dos recursos económicos necessários para o prosseguimento de estudos no ensino superior (licenciatura ou mestrado integrado) ou que, no decurso da sua licenciatura, se encontrem subitamente numa situação financeira crítica. Em 2015, a AMI apoiou ao abrigo deste projeto, 24 estudantes de todo o país, dos quais 19 a frequentar cursos de licenciatura

e 5 a frequentar cursos de mestrado, nas áreas da Saúde, Ciências Sociais, Direito e Engenharia.

Em 2016, à semelhança do ano anterior, o período de candidaturas decorreu entre 1 de setembro e 31 de outubro, tendo concorrido a esta bolsa 36 estudantes.

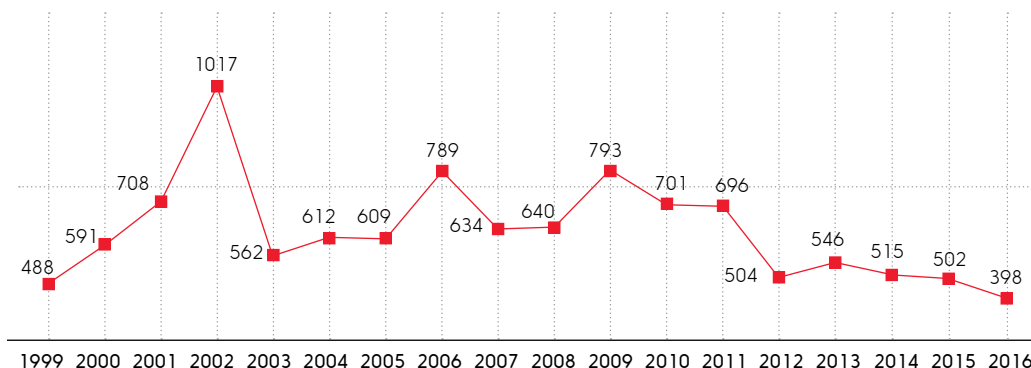
População Sem-Abrigo

Em 2016, foram atendidas pela primeira vez 398 pessoas, menos 21% que em 2015, que se enquadram na tipologia de Sem-Abrigo definida pela Federação Europeia das Organizações que Trabalham com a População Sem-Abrigo (FEANTSA). Esta diminuição poderá estar relacionada com a reorganização da intervenção, que tem ocorrido nos últimos anos através da constituição dos NPISAS e que tem promovido uma maior articulação entre as diversas respostas sociais existentes em cada território. Deste número, 28% são mulheres. Desde 1999 (ano em que se começou a fazer esta contagem), já foram apoiadas 11.305 pessoas em situação de sem-abrigo.

Frequentaram os equipamentos sociais, 1.441 pessoas em situação de sem-abrigo, representando 12% da população total atendida. Distribuem-se principalmente pelos grandes centros urbanos, Grande Lisboa (54%) e Grande Porto (39%) tendo-se verificado, na região da Grande Lisboa, uma ligeira subida face a 2015 (2%).

São na sua maioria homens (75%) predominantemente entre os 40 e os 59 anos (52%), seguido dos 30 aos 39 anos (15%). A naturalidade da população

EVOLUÇÃO DOS NOVOS CASOS DA POPULAÇÃO SEM-ABRIGO



QUANTO AOS LOCAIS DE PERNOITA, E POR ORDEM DECRESCENTE:

Local de Pernoita	Percentagem de população
Rua (escadas/átrio, prédios/carros abandonados, contentores e estações)	27% (32% homens e 12% mulheres)
Quartos ou pensões	16%
Pernoita temporária (pessoas a residir temporariamente em casa de familiares ou amigos)	15% (25% de mulheres e 12% de homens)
Sem-casa (alojamento temporário, de emergência ou destinado a vítimas de violência doméstica)	13%
Habitação inadequada	7%
Casa alugada*	7%
Outros Locais	15%

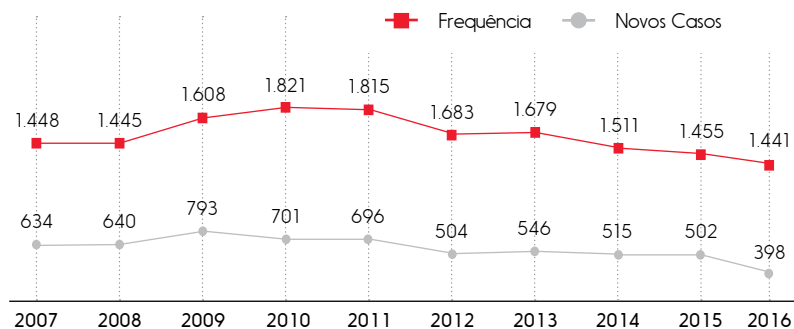
*Pertencem ao grupo dos sem-abrigo, porque se encontram sob ameaça de ações de despejo e/ou expulsão, sendo a sua situação habitacional insegura.

sem-abrigo que procurou apoio nos equipamentos sociais é sobretudo portuguesa (81%), seguindo-se os naturais dos PALOP (12%), de outros Países da União Europeia (3%) e do grupo Outros Países (2%), onde se inclui o Brasil e Índia. Em termos de habilitações literárias, verifica-se que estas são baixas, já que a maioria tem o 1º ou 2º ciclo de escolaridade (50%). Com frequência do 3º ciclo, encontram-se 16%, 6% tem frequência do ensino secundário e 2% com ensino médio ou superior. Acrescenta-se que 4% não tem qualquer escolaridade e 56% não possui formação profissional. Em relação ao estado civil, a grande maioria da população em situação de

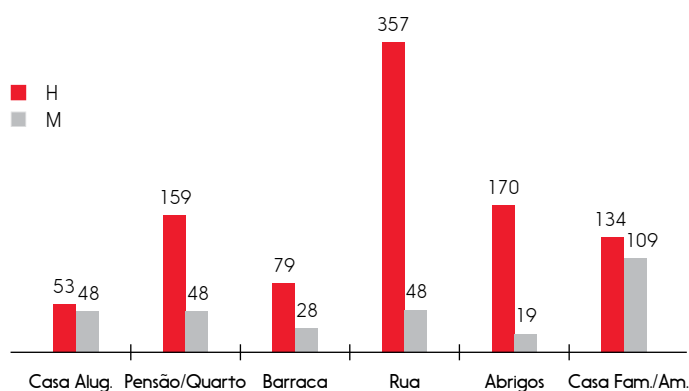
sem-abrigo encontra-se sozinha (66%) (solteira, divorciada ou viúva) e 12% é casada ou vive em união de facto. O grupo das mulheres regista uma maior percentagem de casadas e em união

de facto (28%) do que o grupo dos homens (9%). Por outro lado, o grupo dos homens regista uma maior percentagem de solteiros, divorciados e viúvos (77%) do que o das mulheres (57%).

EVOLUÇÃO DA FREQUÊNCIA E NOVOS CASOS DA POPULAÇÃO SEM-ABRIGO



LOCAL DE PERNOITA DA POPULAÇÃO SEM-ABRIGO



Refira-se que a mendicidade é um recurso mais frequente nos homens (17%) do que nas mulheres (8%).

Importa ainda realçar que a maior parte da população sem-abrigo que recorreu à ajuda da AMI refere encontrar-se nesta situação há mais de 4 anos (31%) ou entre 1 e 2 anos (9%).

No que diz respeito à procura dos serviços da AMI por questões de saúde, os números não têm variado muito nos últimos anos. Assim, em 2016, os problemas de saúde física eram referidos por 217 pessoas e os problemas de saúde mental eram referidos por 137. Em relação ao consumo de álcool e drogas, observa-se (em relação ao ano passado) uma diminuição em ambos os casos (consumidores de álcool 2015, 195; 2016, 156); (consumidores de drogas 2015, 205; 2016, 195). Em contexto de atendimento social, diagnosticou-se que 33% apresentava necessidades de uma consulta médica, 26% de apoio a nível de medicação, 10% necessitava de apoio psicológico e 7% necessitava de acompanhamento psiquiátrico.

RECURSOS ECONÓMICOS

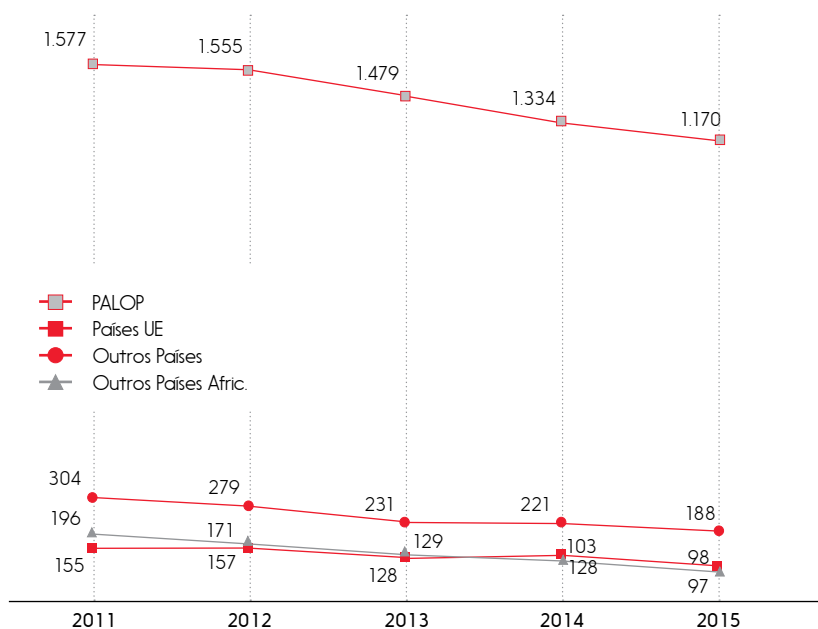
Recurso	Formal	Informal	Percentagem da população
RSI	X		23%
Apoios / subsídios institucionais	X		11%
Pensões e reformas	X		10%
Ausência de qualquer recurso formal	-	-	30%
Apoio de familiares e amigos		X	41%
Mendicidade		X	15%

POPULAÇÃO IMIGRANTE

Ao longo dos anos, a proveniência da população imigrante tem-se alterado. Atualmente, as maiores frequências são dos PALOP e de Outros Países onde se encaixam o Brasil e alguns países Asiáticos. O número de naturais de outros países da UE também aumentou com os alargamentos da União Europeia em 2004 e 2007, mas tem diminuído nos últimos anos.

A expressão da população imigrante, relativamente ao total de pessoas apoiadas pela AMI, tem vindo a diminuir. Em 2012, eram 15% e este ano a população imigrante representa 14% da população total atendida. A representatividade manteve-se igual à dos últimos dois anos, mas o número de pessoas diminuiu 13% em relação ao ano anterior. Da população imigrante, 72% são provenientes dos PALOP e 12% do grupo "Outro País", que engloba países como o Brasil (8%) e Índia (1%). De seguida, surgem os naturais de Países da União Europeia e Outros Países Africanos (6% cada).

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE



Equipamentos Sociais

- Serviços Comuns

As 11.741 pessoas que recorreram aos equipamentos sociais da AMI em 2016, tiveram ao seu dispor vários serviços no âmbito da intervenção social, como o apoio no desenvolvimento e acompanhamento do seu plano de inserção social, e no âmbito da satisfação das necessidades básicas.

Os serviços mais solicitados foram o apoio social, atendimento e acompanhamento no apoio à elaboração de um projeto de vida (55%), tendo-se registado mais mulheres (56%) do

que homens (44%) a procurar este serviço. Subsequentemente, surge a satisfação de necessidades básicas, o refeitório (16%), o roupeiro (35%) e os géneros alimentares (59%).

Pela primeira vez, dispomos da contagem da utilização dos vários serviços, o que permitiu verificar que **as 6.510 pessoas que beneficiaram do serviço de apoio social (atendimento, acompanhamento e encaminhamento) utilizaram-no 24.151 vezes (média 3,7/pessoa); o apoio psicológico, frequentado por 181 pessoas, foi utilizado 1.306**

vezes (média 7,2/pessoa). Já os serviços de apoio médico e apoio de enfermagem, totalmente assegurados por voluntários, apoiaram respetivamente 302 e 515 pessoas, tendo sido utilizados 857 (2,8/pessoa) e 3.162 vezes (6,1/pessoa).

No que diz respeito à satisfação de necessidades básicas importa referir que o roupeiro foi utilizado 22.874 vezes por 4.132 (5,5/pessoa) pessoas e a distribuição de géneros alimentares apoiou 6.878 pessoas tendo tido 54.222 utilizações (7,9/pessoa).

APOIO ALIMENTAR Refeitórios

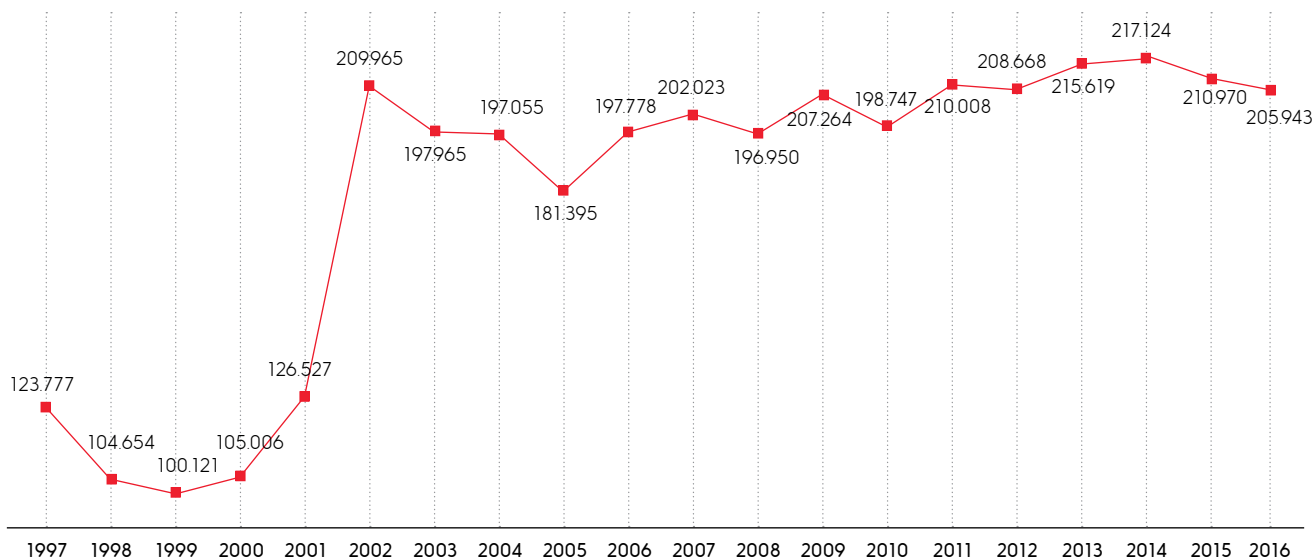
O serviço de refeitório foi frequentado em 2016 por 1.893 pessoas sendo utilizado maioritariamente por homens (58%). As pessoas que frequentaram os refeitórios sociais da AMI têm maioritariamente entre os 40 e os 59 anos (46%) e 60 anos ou mais (23%). Nos equipamentos sociais e através do Apoio Domiciliário foram servidas mais de 205 mil refeições. **Desde 1997, já foram servidas cerca de 3.617.186 refeições.**

Distribuição de Géneros Alimentares

No ano de 2016 foram apoiadas com géneros alimentares 6.878 pessoas, uma diminuição de 16% em relação ao ano anterior. Esta diminuição justifica-se pela inexistência, em 2016, do programa alimentar comunitário FEAC (Fundo Europeu de Auxílio aos mais Carenciados) que permitia suprimir grande parte das necessidades da população apoiada nessa área. Assim, procurou-se colmatar esta falha com mais campanhas junto de várias entidades, com o objetivo de angariar bens alimentares para os fazer chegar aos beneficiários. Através de duas grandes campanhas a nível nacional com o grupo Sonae e com a Kelly Services

foi possível recolher mais de 25,5 toneladas de alimentos. Na campanha de Natal levada a cabo pela AMI e com o apoio de diversas empresas foi possível entregar cabazes de Natal (bacalhau seco, azeite, açúcar, frutos secos, enlatados, farinha entre outros) a mais de 1900 famílias que representam mais de 6100 pessoas apoiadas nos equipamentos sociais da AMI, como se pode verificar na rubrica "Responsabilidade Social Empresarial" na página 99. Para além destas campanhas a nível nacional, decorreram outras a nível local com o mesmo objetivo, tendo sido possível contar com a colaboração de várias entidades locais como empresas e escolas.

EVOLUÇÃO ANUAL DAS REFEIÇÕES DISTRIBUÍDAS



Abrigos Noturnos

A AMI tem atualmente 2 equipamentos com a nomenclatura de Centro de Alojamento Temporário, vulgarmente designados de Abrigos Noturnos, localizados nos dois maiores centros urbanos do país, designadamente Lisboa e Porto.

Em Lisboa existe um protocolo de financiamento com a Câmara Municipal de Lisboa e no Porto existe um acordo de cooperação atípico com a Segurança Social.

Estes equipamentos têm como objetivo, proporcionar alojamento temporário a homens em situação de sem-abrigo que, em idade ativa, dispõem de condições para a sua reinserção socioprofissional, e um espaço de promoção, em que se pretende que o beneficiário perceciona a sua situação como sendo de mudança.

A admissão nestes equipamentos faz-se, regra geral, por contacto/enca-minhamento de instituições e organizações que trabalham com situações que se podem definir como de sem-abrigo (de que são exemplo as Equipas de Rua e os Centros Porta Amiga da AMI).

Desde 1997, o Abrigo da Graça já deu apoio a 829 pessoas, número a que crescem as 380 pessoas apoiadas pelo Abrigo do Porto desde 2006. Assim, desde 1997, os Abrigos apoiaram 1.209 homens sem-abrigo em situação de inserção socioprofissional.

Foram apoiados pela primeira vez 72 homens em situação de sem-abrigo em 2016, 41 no Abrigo da Graça e 31 no Abrigo do Porto. No entanto, para além dos que entraram este ano, foram

apoiados outros beneficiários que estavam nos Abrigos desde 2015, ou que já tinham saído e regressaram. Assim, o número total de pessoas apoiadas por estes dois equipamentos sociais em 2016 foi de 131.

Os escalões etários predominantes situam-se entre os 40 e os 59 anos (56%) e entre os 30 e os 39 (20%). A maioria (73%) é natural de Portugal e 26% de outros países. Como se verifica para a população em geral, a população imigrante apoiada pelos Abrigos, é maioritariamente oriunda dos PALOP (49%) seguida dos naturais de países da União Europeia e Outros Países (18% cada). As habilitações literárias são baixas, sendo que a maioria dos homens tem o 2º ciclo (32%) ou 3º ciclo (26%), seguindo-se o 1º ciclo (18%). Comparando com a população geral apoiada pela AMI, observa-se um paradoxo, pois estes homens apresentam habilitações literárias mais elevadas, estando, no entanto, em situação

de sem-abrigo. Verifica-se ainda que cerca de 57% tem formação profissional, o que mais uma vez supera em muito o valor observado na população geral (16%).

De referir ainda que 23% destes homens referiu não ter qualquer recurso formal. A nível de recursos informais, salientam-se como mais frequentes o recurso ao apoio de familiares (17%) e amigos (15%) e à mendicidade (6%).

Para além da precariedade financeira em que se encontram, dos motivos verbalizados que levaram estes homens a procurar apoio nos Abrigos, foi o desemprego (74%), a falta de alojamento (69%) e os problemas familiares (35%) os que registaram maior peso.

Os Abrigos prestaram apoio, proporcionando alojamento, apoio social e apoio psicológico, vestuário, alimentação, cuidados de higiene e serviram 41.897 refeições durante o ano de 2016.

Dos 131 homens que estiveram nos Abrigos, registaram-se **85 saídas**

OS RECURSOS ECONÓMICOS FORMAIS PROVÊM DO ACESSO A VÁRIOS SUBSÍDIOS:

Rendimento Social de Inserção	29%
Apoios Institucionais	6%
Pensão / Reforma	2%
Salário estável ou temporário*	19%

* Precário, pois não permite a saída imediata desta situação.

das quais: 35 homens conseguiram alguma autonomia financeira e mudaram-se para quartos ou apartamentos alugados, 7 saíram dos Abrigos para ir viver com familiares ou amigos e 8 saíram para outra resposta institucional (outro tipo de abrigo ou comunidades terapêuticas), 3 emigraram e outros 3 saíram para trabalhar fora da região de Lisboa ou Porto. Houve ainda 13 homens que saíram por incumprimento das regras ou inadaptação às mesmas com prejuízo para o bom funcionamento dos Abrigos e 16 saíram sem qualquer aviso. **Será, ainda, importante salientar, que, destes homens, 36 saíram com colocação no mercado de trabalho, de forma mais ou menos precária, com vínculos laborais de maior ou menor segurança, mas o tempo que passaram nos Abrigos e o apoio que aí tiveram permitiu-lhes organizar a sua vida em prol da sua autonomia.**

Equipas de Rua

As Equipas de Rua da AMI são equipas técnicas que prestam apoio social, psicológico e ainda apoio médico e de enfermagem, serviços para os quais contam com a colaboração de técnicos contratados, profissionais voluntários e estagiários nas respetivas áreas. Estes dois projetos de dois Centros Porta Amiga (a Equipa de Rua de Lisboa, do Centro Porta Amiga das Olaias e a Equipa de Rua de Gaia e Porto, do Centro Porta Amiga de Gaia) têm como objetivo melhorar a qualidade de vida da população-alvo, promovendo respostas integradas de várias áreas que vão de encontro às dificuldades que enfrentam. Procuram ainda complementar a intervenção realizada pelos Centros Porta Amiga e prestar um apoio psicossocial contínuo de forma a evitar regressões, prevenindo, deste modo, futuras formas de exclusão social.

Durante o ano de 2016, as Equipas de Rua no seu conjunto, acompanharam um total de 389 pessoas em situação de sem-abrigo, um número ligeiramente inferior ao registado no ano passado (menos 12 pessoas). Foram atendidas pela primeira vez 202 pessoas (91 pela Equipa de Rua de Gaia e Porto; 111 pela Equipa de Rua de Lisboa), menos 5% que no ano anterior.

A maioria dos beneficiários são homens (81%). Os escalões etários com maior peso situam-se entre os 50 e os 59 anos (29%) e entre os 40 e os 49 (26%). São, na sua maioria, naturais de Portugal (82%), sendo 18% natural de outros países. Relativamente à população imigrante, a maioria encontra-se no grupo de naturais dos PALOP (52%), seguindo-se os naturais de Países da União Europeia (18%) e Países da Europa de Leste (15%). Em relação ao emprego, uma clara maioria (82%) não tem qualquer atividade atualmente. Relativamente aos recursos (formais e informais), o principal meio de subsistência é a mendicância (20%), seguindo-se o RSI (18%), o apoio de familiares/amigos (17%), a pensão/reforma (10%) e os subsídios e apoios institucionais (8%). Acrescenta-se que 26% não tem qualquer rendimento formal.

As pessoas apoiadas pelas Equipas de Rua da AMI têm como principais locais de pernoita a rua (36%), abrigos (temporários ou de emergência) para sem-abrigo (14%), casa de familiares/amigos e pensão/quarto (12% cada). Dos motivos verbalizados que levaram esta população a procurar o apoio das Equipas de Rua, pode con-



siderar-se que a precariedade financeira (57%), o desemprego (55%) e a falta de alojamento (37%) foram aqueles que mais se identificaram, seguindo-se os problemas familiares (27%) e os comportamentos aditivos (alcoolismo e toxicodependência) (14% e 13% respetivamente).

Ao nível das necessidades básicas, as mais evidentes foram a alimentação (76%), o vestuário (66%) e o alojamento (55%). Ao nível das necessidades de saúde, 38% necessitava de uma consulta médica e 18% de medicamentos.

Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta que a AML disponibiliza à população mais idosa de Lisboa, com especial enfoque na zona onde o cen-

tro Porta Amiga das Olaias está implementado. Iniciado no ano 2000 como Empresa de Inserção e com o nome "Simpatia à Porta" este projeto tinha como objetivo inicial fornecer refeições à população que não conseguia deslocar-se ao Centro Porta Amiga.

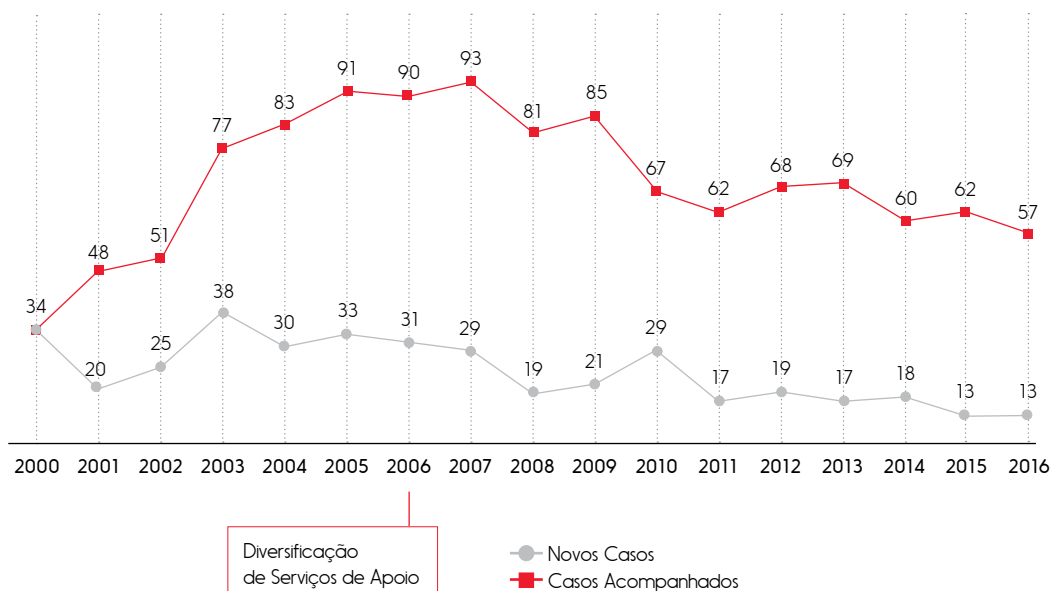
Em 2006, com a criação da resposta de Serviço de Apoio Domiciliário, através da formalização de um acordo típico com a Segurança Social, passou a incluir outros serviços. Esta resposta proporciona um conjunto de serviços à população que, quer pela sua idade, quer pela sua dependência, não consegue deslocar-se a entidades da comunidade para obter resposta às suas necessidades, tais como Apoio Social, Alimentação, Higiene pessoal, Higiene habitacional, Tratamento de roupa,

Animação e Socialização, entre outros. No ano de 2016, prestou apoio a 57 pessoas, 15 homens e 42 mulheres, dos quais 13 são novos casos. Das 57 pessoas que beneficiaram deste serviço, 46 receberam refeições em casa, 41 utilizaram o serviço de higiene da habitação, 38 pessoas utilizaram o serviço de higiene pessoal, e 36 o serviço de tratamento de roupa.

Desde 2000 já foram apoiadas 404 pessoas. Entre 2000 e 2016 já foram distribuídas 257.520 refeições através do Serviço de Apoio Domiciliário. Durante o ano de 2016 foram distribuídas 15.774 refeições.

Este serviço é constituído por uma equipa de 2 técnicas, 5 ajudantes familiares, 2 motoristas e 1 auxiliar de serviços gerais.

EVOLUÇÃO DA FREQUÊNCIA E DOS NOVOS CASOS DE APOIO DOMICILIÁRIO



RESIDÊNCIA SOCIAL

A Residência Social em Ponta Delgada, nos Açores, surgiu no âmbito da estratégia de combate à pobreza e exclusão social desenvolvida pela AMI. Este equipamento, inaugurado a 5 de dezembro de 2011, destinou-se essencialmente a apoiar doentes e respetivos acompanhantes que necessitassem de se deslocar da sua ilha para receber cuidados de saúde na Ilha de São Miguel e não dispusessem de recursos financeiros para a sua estadia.

Em setembro de 2015, o protocolo existente com a entidade SaúdeAçor, que financiava este equipamento social, cessou, pelo que, face à dificuldade em manter a Residência em funcionamento sem qualquer financiamento externo, a AMI viu-se obrigada a encerrar o mesmo em junho de 2016.

A Residência Social apoiou, desde a sua abertura em 2011, mais de 1.500 pessoas.

EMPREGO

Uma das áreas desenvolvidas no serviço de apoio social de todos os equipamentos sociais da AMI é a (re)inserção profissional, uma vez que o desemprego é um dos fenómenos que contribui para causar e/ou agravar situações de pobreza e exclusão social.

Além deste apoio, decorrente do processo de atendimento social, existem, em cinco dos centros sociais da AMI, gabinetes específicos de apoio ao emprego que complementam a integração social do(a)s beneficiário(a)s. A AMI possui um contrato com o Instituto de Emprego da Madeira que financia o Polo de Emprego no Centro Porta Amiga do Funchal, sendo os restantes garantidos pela AMI. No total, e apesar da difícil conjuntura económica, de perfis desajustados às necessidades atuais do mercado de trabalho e da dificuldade em obter dados de todas as pessoas atendidas², conseguiu-se apurar que mais de **75 pessoas conseguiram trabalho** na sequência do apoio que receberam por parte

dos serviços da AMI. Foram ainda efetuados mais de 200 encaminhamentos para formação.

O serviço de apoio ao emprego tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional da pessoa em situação de desemprego, promovendo a sua integração no mercado de trabalho. Recorreram aos serviços de apoio ao emprego 377 pessoas desempregadas ou com trabalhos precários, ou ainda pessoas que procuravam aumentar as suas qualificações. Foram realizados mais de 1.900 atendimentos, que incidiram sobre a procura ativa de emprego e informação/encaaminhamento para respostas formativas existentes.

A maioria da população que recorreu a este serviço encontra-se entre os 40 e os 59 anos (56%) seguindo-se o escalão entre os 30 e os 39 anos de idade (21%). As habilitações literárias são de um modo geral baixas, sendo que a maioria possui o 1º ou 2º ciclo (25% cada), 24% tem o 3º ciclo e 10% o ensino secundário. De referir que também pessoas com licenciatura (3%) procuraram soluções no apoio ao emprego. As baixas habilitações juntamente com a idade (acima dos 40 anos, 61% da população) representam, na maior parte das vezes, um entrave à reinserção no mercado laboral.



2 - Existem beneficiários que, após entrevistas profissionais, não comunicam que foram selecionados e deixam simplesmente de comparecer no GAE. Outros alteram os contactos telefónicos e não informam a AMI.

PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Um Click

Pela Inclusão Social

Quero vir a ser fotojornalista. Comecei a pesquisar e a aprofundar e os meus conhecimentos ao longo da formação e agora tenho a certeza que quero seguir este ramo."

Jocelino Neves, 18 anos

A AMI, com o financiamento da Fundação Auchan para a Juventude, desenvolveu em 2016 o projeto formativo "Um Click pela Inclusão Social". Tendo como parceiro de formação a Restart - Instituto de Criatividade, Artes e Novas Tecnologias, este projeto visou promover a inclusão social de 6 jovens, dos 16 aos 27 anos (iniciaram a formação 9 jovens mas 3 desistiram, não tendo concluído a formação), aliando o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais à fotografia. Com um percurso de 7 meses e 108h de formação realizadas, o plano formativo integrou várias componentes, nomeadamente, formação socio-cultural (Comunicação e trabalho em equipa; Organização pessoal e Gestão do tempo; Empreendedorismo social; etc), formação científico-tecnológica (História da fotografia; Noções de composição fotográfica; etc) e formação em contexto de trabalho (cobertura fotográfica de atividades e eventos promovidos pela AMI como Encontros Improváveis; Festa de Natal da AMI; etc). Em paralelo, foi ainda realizado o seminário temático "Diferentes olhares sobre a fotografia", com a participação dos fotógrafos Ângelo Lucas e Luís Godinho, e a startup Book in Loop, que apresentou a sua visão empreendedora aos participantes. Realizou-se

também um workshop de Fotografia de Rua com o fotógrafo Luís Godinho. O percurso formativo termina em janeiro de 2017 e será assinalado com a exposição dos trabalhos realizados pelos formandos.

Para a conclusão deste projeto, decorrerá ainda durante o primeiro semestre de 2017 um plano de follow-up, com periodicidade mensal, de forma a acompanhar os formandos que pretendam dar continuidade a este projeto de forma pessoal e autónoma. Prevê-se também a replicação do projeto em 2017 no Centro Porta Amiga de Gaia.

BIP/ZIP

Projeto + Comunidade

No início do ano de 2016 foi cedido à AMI, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, um espaço não habitacional no Bairro das Olaias, cujo pedido tinha sido realizado em 2014, numa zona considerada como prioritária para intervenção na cidade de Lisboa.

Perante a cedência deste espaço, cuja necessidade estava identificada há muito tempo, foi realizada uma candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa 2016 – Parcerias Locais, da Câmara Municipal de Lisboa. A edição de 2016 deste programa contou com 42 projetos em que participaram 186 entidades (52 promotoras e 134 parceiras) que se propõem promover cerca de 250 atividades em 53 territórios BIP/ZIP da cidade de Lisboa.

A AMI foi uma das entidades vencedoras com o Projeto + Comunidade, tendo ficado em 17º lugar entre 122 proje-

tos a concurso. O projeto conta com a parceria da Associação VOXLisboa, e pretende fomentar a melhoria da qualidade de vida e a coesão social da comunidade, através da criação de um espaço que possibilite a dinamização de atividades que fundamentam a sua intervenção nos princípios do Desenvolvimento Comunitário.

A escassez de instituições e equipamentos sociais capazes de fazer face às necessidades sentidas no Bairro Portugal Novo, fez-nos chegar a um projeto que assenta em 3 grandes dimensões:

- A reabilitação e requalificação de um espaço não habitacional em benefício dos residentes por forma, não só a melhorar, mas também aumentar a qualidade dos serviços prestados à Comunidade;
- A promoção da cidadania e participação ativa dos moradores na identificação e resolução dos próprios problemas através da dinamização de atividades lúdicas que melhoraram a convivência intergeracional e intercultural; reuniões comunitárias; ações de sensibilização e criação de um gabinete de mediação comunitária. Consequentemente, o levantamento de dados biográficos concretos dos habitantes do bairro de forma a aprofundar o nosso conhecimento sobre as problemáticas existentes;
- A melhoria da vida e imagem do Bairro numa lógica de inclusão e prevenção, através da concretização de passeios, atividades e rastreios de saúde preventivos de comportamentos de risco e promotores de integração social dos mais vulneráveis.

FEANTSA - Federação Europeia de Associações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo

Criada em 1989 como Organização Não-Governamental europeia, com o objetivo de prevenir e aliviar a pobreza e exclusão social de pessoas ameaçadas ou a viver em situação de sem-abrigo, a FEANTSA é a maior rede europeia que focaliza o seu trabalho na situação de sem-abrigo. Trabalha de perto com instituições da União Europeia e tem estatuto consultivo no Conselho da Europa e nas Nações Unidas. No âmbito da sua associação à FEANTSA, a AMI acompanhou discussões de órgãos europeus relacionadas com a temática da pobreza e dos sem-abrigo, e colaborou com a FEANTSA, sempre que solicitada, na prestação de informação sobre a realidade dos sem-abrigo em Portugal.

Anualmente, a FEANTSA organiza uma conferência na qual a AMI tem participado. Este ano, a conferência realizou-se em Bruxelas, Bélgica e foi subordinada ao tema: Valorizar consensos europeus para vencer a situação de sem-abrigo. Esteve ainda presente na Assembleia Geral da FEANTSA, onde foram eleitos novos representantes nacionais da FEANTSA, tendo por Portugal sido eleita a Associação Norte Vida para o biénio 2016/2018. A AMI esteve representada pela Diretora do Centro Porta Amiga de Chelas.

EAPN (European Anti-Poverty Network) - Rede Europeia Anti-Pobreza

A EAPN tem como missão, defender os direitos humanos fundamentais e garantir que todos tenham as condi-

ções necessárias para o exercício da cidadania e para uma vida digna, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade civil. A AMI faz parte da Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) que representa em Portugal, desde 1990, a *European Anti-Poverty Network (EAPN)*, uma associação sem fins lucrativos, sediada em Bruxelas, com representação em cada um dos Estados-Membros da União Europeia por Redes Nacionais.

Em 2016, a AMI participou em 4 reuniões do núcleo de Lisboa da EAPN.

INFOTECAS FNAC/AMI contra a Infoexclusão Centros Porta Amiga de Gaia, Cascais, Porto, Funchal e Almada

O espaço das Infotecas desenvolve fundamentalmente três tipos de ativida-

des: a formação em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) que se destina a crianças e jovens, adultos desempregados e seniores, e o acesso livre e atividades transversais que consistem em ações de sensibilização/informação com recurso às TIC. Os 5 espaços foram criados à razão de um por ano, a partir de 2007, pelo que se verifica um desgaste grande dos equipamentos, o que inviabiliza o desenvolvimento de novas e mais diversificadas ações de formação.

No ano de 2016 decorreram nas Infotecas 4 ações de formação em TIC que se desenvolveram ao longo de 264 horas de formação. No total, estiveram envolvidas nestas ações 28 participantes, sendo a maioria mulheres (75%). A maioria das pessoas encontra-se entre os 40 e os 60 anos (46%). Verifica-se que a maior parte se encontra em plena idade ativa (86%). As baixas habilitações literárias são característi-



**FORMAÇÃO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
E DA COMUNICAÇÃO (TIC) EM 2016**

cas desta população, sendo que 39% possui o 1º ciclo de escolaridade ou menos, 25% o 2º ciclo e 29% o 3º ciclo. O desemprego é transversal a grande parte de quem frequentou estes cursos (89%), havendo, no entanto, algumas pessoas que exercem algum tipo de trabalho de forma precária (11%). O espaço de Acesso Livre das Infotecas permite à população que não tem acesso às TIC, a utilização destas ferramentas informáticas para procura de emprego, elaborar o Curriculum Vitae, realizar trabalhos escolares, efetuar pesquisas, ler notícias, procurar casa, consultar o e-mail ou para realizar jogos e navegar na internet. Este espaço foi procurado em 2016, por 220 pessoas.

As iniciativas transversais permitem, através da utilização das TIC, complementar e diversificar o serviço já prestado aos beneficiários dos Centros Porta Amiga. Neste âmbito, realizam-se ações de formação, informação e sensibilização relacionadas com temas como a ação social, emprego, saúde, ambiente, cidadania, etc. Decorreu ainda um ciclo de cinema na Infoteca do Centro Porta Amiga do Porto. No âmbito destas iniciativas transversais decorreu na Infoteca do Centro Porta Amiga de Vila Nova de Gaia, um curso de Alfabetização de adultos com duração de 50 horas em que participaram 6 pessoas. Destaca-se esta iniciativa pelo seu caráter regular e por se tratar de uma ação de formação certificada.

CAIS

Em 2016, 10 beneficiários da AMI, na sua maioria homens (70%), fizeram parte do projeto CAIS enquanto vendedores da respetiva revista. Este projeto visa apoiar pessoas socialmente excluídas, como pessoas sem-abrigo, desempregados, indivíduos com problemas de saúde, como alcoolismo

e VIH/SIDA. Devido a uma reorganização do funcionamento do projeto Revista Cais, esta parceria terminou no mês de outubro, sendo que as pessoas que eram acompanhadas pela AMI foram reencaminhadas para a Cais, juntamente com um parecer técnico quanto à sua permanência no projeto.

N.º de ações de formação	4
Temáticas	TIC
N.º de horas de formação	264
N.º de formandos	28 (75% mulheres)
Escala Etária	40 aos 60 anos (46%)
Habilitações Literárias	1.º ciclo (39%) 2.º ciclo (25%) 3.º ciclo (29%)
Situação no mercado de trabalho	Desemprego (89%) Trabalho precário (11%)
Acesso Livre em 2016	
Razões para utilização	Procura de emprego; elaboração do Curriculum Vitae; elaboração de trabalhos escolares; pesquisa; leitura de notícias; procura de casa; consulta do e-mail; entretenimento; realização de jogos e navegação na internet.
N.º de utilizadores	220
Iniciativas Transversais em 2016	
Tipo de iniciativas e temáticas abordadas	Ações de formação, informação e sensibilização, relacionadas com temas como a ação social, emprego, saúde, ambiente, cidadania etc.
N.º de iniciativas	1

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco têm como principais competências desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem. A AMI participa ativamente nestas comissões, nos locais onde estas coexistem com os seus equipamentos sociais, em especial onde desenvolve um trabalho continuado com crianças e jovens. Na qualidade de membro da CPCJ, a AMI participa nas reuniões mensais deste organismo, na modalidade alargada.

Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (PTFC)

– Instituto de Reinserção Social

Esta medida tem por base um protocolo elaborado com o IRS (Instituto de Reinserção Social), que tem como objetivo apoiar a (re)inserção social de indivíduos com penas leves a cumprir. É uma medida legal que prevê o trabalho a favor da comunidade em substituição do cumprimento de penas ou multas. Em 2016, os nossos equipamentos sociais, ao abrigo deste protocolo, acolheram 23 pessoas, das quais 8 com menos de 18 anos.

Rede Social

O programa Rede Social, definido como um fórum de articulação e congregação de esforços, baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que queiram participar, pretende combater a pobreza e a exclusão social e a promoção do desenvolvimento social.

Criada por Resolução do Conselho de Ministros, a Rede Social baseia-se nos valores associados às tradições de entajuda familiar e solidariedade mais alargada, procurando fomentar uma consciência coletiva dos vários proble-

mas sociais e incentivando a criação de redes de apoio social e integrado a nível local. Todos os Centros Sociais da AMI participam nas Redes Sociais Locais e nas Comissões Sociais de Freguesia que desenvolvem um trabalho mais local ao nível de uma ou mais freguesias, seja através da participação nas reuniões plenárias, seja em grupos de trabalho temáticos e mais restritos.





Núcleo de Planeamento e Intervenção com os Sem-Abrigo (NPISA)

O NPISA é uma estrutura que visa a articulação local de respostas e profissionais que trabalham nesta área de parceria da Rede Social.

No âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo, foram constituídos estes núcleos, NPISA, que têm por objetivo implementar localmente esta estratégia sempre que o número de pessoas em situação de sem-abrigo o justifique.

A AMI participa ativamente nestes núcleos, nos concelhos onde estes coexistem com os seus equipamentos sociais, sendo que no Concelho de Almada, o Centro Porta Amiga de Almada, é o coordenador deste

núcleo para 2016/2017 após ter já coordenado esta rede em anos anteriores. Deste modo, o CPA de Almada, enquanto coordenador deste NPISA participou e coordenou diversas reuniões, com periodicidade mensal, entre as instituições que integram o grupo operativo e reuniões trimestrais com o grupo alargado.

Em Coimbra, o grupo que trabalha com pessoas em situação de sem-abrigo, PISAC, também é coordenado pelo Centro Porta Amiga de Coimbra, sendo que este organismo, pela sua antiguidade e por ser posterior à criação dos NPISAS, mantém este seu nome original, funcionando no entanto nos

mesmos moldes que os outros NPISAS. Também em Lisboa, a AMI faz parte do NPISA e integra os eixos do Planeamento e da Intervenção, estando representada pela Equipa de Rua, cujos técnicos são Gestores de Casos. Ainda no Eixo da Intervenção, a AMI integra o sub-eixo do Acolhimento, que diz respeito às respostas de Alojamento e de Reinserção, através do Abrigo da Graça e Portas Amigas. A representação da AMI no Conselho de Parceiros – órgão consultivo integrado no NPISA – é assegurada pela direção do Departamento de Ação Social.

Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (PMPCVDG)

O Município de Lisboa elaborou um Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, tendo como objetivo definir estratégias de intervenção, desenvolver e apoiar medidas que contribuam para o conhecimento, prevenção e combate a estes fenómenos no concelho de Lisboa.

Para o efeito, foi criado um grupo de trabalho responsável pela elaboração do Plano Municipal, coordenado pelo Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Lisboa, e constituído por várias entidades com intervenção e responsabilidade nesta área no concelho de Lisboa, entre

Organizações da Sociedade Civil e Organismos da Administração Local e Central, tendo a AMI sido convidada a integrar este plano.

Neste âmbito, a AMI participou ao longo do ano em reuniões bimensais.

Banco Alimentar Contra a Fome

Em 2016, a parceria com o Banco Alimentar evoluiu para um acordo do tipo A (para além do acordo tipo B que já existia) que consiste na distribuição de uma box semanal de produtos frescos e um cabaz mensal de produtos secos, tendo sido recebido um total de 75 toneladas de alimentos (60 tone-

ladas de produtos frescos e 15 toneladas de produtos secos).

Esta parceria permitiu um apoio regular a 110 famílias (cerca de 500 pessoas) do Centro Porta Amiga de Chelas, tendo-se revelado uma ajuda imprescindível face à inexistência do FEAC.

Como habitualmente, a AMI cedeu viaturas para as iniciativas do Banco Alimentar que decorreram nos supermercados.

Banco de Bens Doados

Em 2016, a AMI recebeu, novamente, bens do Banco de Bens Doados, no valor de 5.488€, designadamente produtos de limpeza, tintas, mobiliário e vestuário.



3.2.2 AMBIENTE

A AMI procura desempenhar o seu papel na construção de um planeta mais sustentável para as gerações futuras, através do desenvolvimento de projetos que visem promover as boas práticas ambientais das empresas, das organizações e dos cidadãos.

Assim, em 2016, a AMI continuou a desenvolver os projetos de reutilização de Consumíveis Informáticos e Tele-móveis, recolha de Óleos Alimentares Usados, reciclagem de Radiografias, reciclagem de Resíduos Elétricos e Eletrónicos, energia Solar e Ecoética.



RECOLHA DE RESÍDUOS PARA RECICLAGEM

Reciclagem de Radiografias

A sustentabilidade económica e financeira foi, desde sempre, uma preocupação da AMI, pelo papel que desempenha na sociedade e por todos aqueles que dependem da sua existência, pelo que a instituição procurou encontrar formas alternativas de financiamento, que possam assegurar a sua independência e a concretização dos seus projetos.

Exemplo disso é o projeto de reciclagem de radiografias, o primeiro em Portugal a aplicar o conceito de recolha de resíduos para angariação de fundos, tendo sido lançado pela AMI em 1996 e replicado desde então também por outras instituições, sendo hoje uma importante fonte de financiamento.

A reutilização da prata contida nas radiografias permite evitar a deposição destes resíduos em aterro, ao mesmo

tempo que evita a extração de prata na natureza e as nefastas consequências que esta atividade tem, quer pela destruição de áreas naturais, quer pela exploração das populações locais, muitas vezes em países em vias de desenvolvimento.

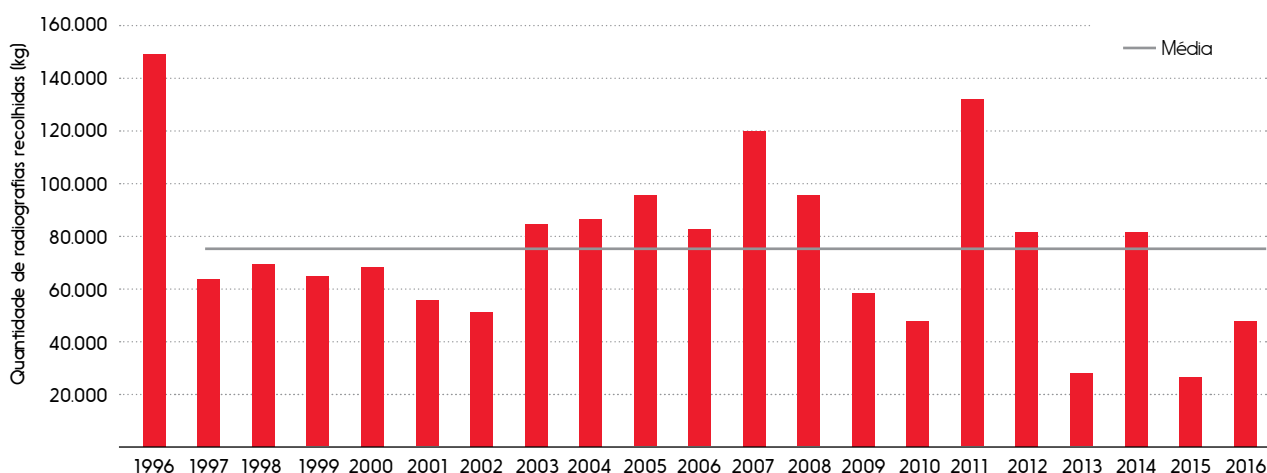
Desenvolve-se uma campanha anual de reciclagem de radiografias, durante a qual a população pode contribuir deixando as suas radiografias, com mais de 5 anos ou sem valor de diagnóstico, nos sacos disponíveis em qualquer farmácia, sem relatórios, envelopes ou folhas de papel. Fora do período da campanha, a população pode questionar em qualquer farmácia se recebe as radiografias ou, em alternativa, pode entregar na sede ou nas delegações da AMI.

A 21ª Campanha de Reciclagem de Radiografias decorreu entre 13 de

setembro e 4 de outubro de 2016 em todas as farmácias do país.

Além da campanha de recolha pública, foi efetuada a recolha de radiografias em hospitais, clínicas de diagnóstico, clínicas veterinárias, clínicas dentárias, centros de saúde e outros estabelecimentos que na sua atividade produzem este resíduo.

Foram recolhidas 72 toneladas de radiografias e encaminhadas para reciclagem 48 toneladas, resultando num valor angariado de 89.761,31 €, através da venda da prata contida nestas películas. Encontra-se ainda, em fase de tratamento, uma quantidade considerável de radiografias provenientes da 21ª campanha que será encaminhada para reciclagem em 2017. Desde o início deste projeto em 1996 foram já recicladas 1.583 toneladas e angariados 2.224.237,55€.

RECICLAGEM DE RADIOGRAFIAS - EVOLUÇÃO DA RECOLHA 1996-2016

Recolha de Óleos Alimentares Usados (OAU) para Transformação

A produção estimada de óleos alimentares usados (OAU) em Portugal por ano é de 43.000 a 65.000 toneladas.

A descarga de OAU na rede de águas residuais afeta o funcionamento das condutas (corrosão das tubagens das redes públicas de esgoto) e das Estações de Tratamento de Águas Residuais, conduzindo também a problemas de entupimentos vários, como a obstrução de canalizações e sistemas de drenagem dos edifícios.

Quando não há tratamento das águas residuais e estes resíduos são lançados diretamente para as linhas de água, ocorre a diminuição de oxigénio presente nas águas superficiais, em virtude da intervenção de substâncias consu-

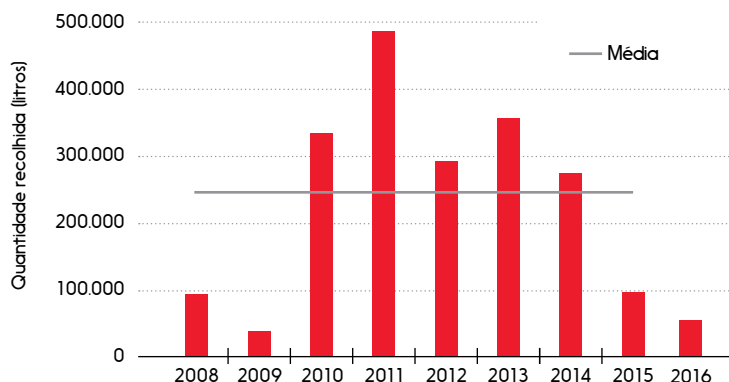
midoras de oxigénio (matéria orgânica biodegradável), conduzindo a uma degradação da qualidade do meio aquático recetor. A presença de OAU pode provocar igualmente, problemas de maus cheiros e impactes negativos ao nível da fauna e flora envolventes.

De referir ainda que a reciclagem de OAU, concretamente com destino à produção de biocombustível (biodiesel), constitui uma importante mais-valia no contexto atual das políticas energéticas nacional e comunitária. O biocombustível produzido permite níveis de emissão de CO₂ abaixo dos conseguidos com os combustíveis fósseis.

Considerando esta situação, a AMI promove a recolha de OAU em todo o país desde 2008.

A recolha é realizada em restaurantes, hotéis, cantinas, escolas e juntas de freguesia que se disponibilizam para oferecer o óleo usado das suas cozinhas e aquele cuja recolha promovem.

Este projeto contou, no ano de 2016, com 378 participantes fixos em todo o país, tendo sido recolhidos 52.411 litros de OAU. Desde o início deste projeto foram já recolhidos 1.928.034 litros, com um resultado total de 98.476,50 €. Desenvolveu-se ainda uma parceria com a Associação de Hotelaria de Portugal, com a qual se prevê a divulgação do projeto de Reciclagem de OAU em cerca de 500 hotéis.

ÓLEOS ALIMENTARES USADOS (OAU) EVOLUÇÃO DA RECOLHA 2008-2016**Reciclagem de REEE -
Resíduos de Equipamentos
Elétricos e Eletrónicos**

A Europa produz anualmente mais de seis milhões de toneladas de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos. A reciclagem destes resíduos permite o aproveitamento de materiais como plástico, chumbo, cádmio e mercúrio, poupando desta forma os recursos naturais e energéticos, e evitando simultaneamente a contaminação ambiental.

A recolha de REEE pela AMI decorre desde 2008 e a entrega destes equipamentos é feita diretamente pelas entidades participantes à AMI, assegurando a AMI a recolha nos casos em que o peso exceda 1 tonelada.

**RECOLHA DE RESÍDUOS
PARA REUTILIZAÇÃO
Reutilização de Consumíveis
Informáticos e Telemóveis**

A reutilização de tinteiros, toners e telemóveis permite poupar recursos naturais essenciais ao seu fabrico, ao mesmo tempo que evita a deposição em aterro destes resíduos que, por conterem materiais perigosos (PCB, chumbo e cádmio, no caso dos telemóveis; pigmentos e pó de toner microfino, no caso dos consumíveis informáticos), são extremamente prejudiciais para o ambiente.

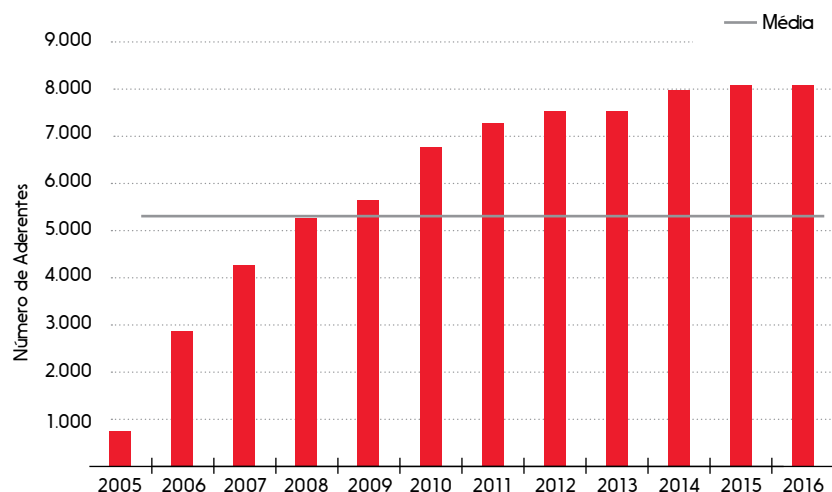
São necessários aproximadamente 5 litros de petróleo para produzir uma nova embalagem de tinteiro ou toner e cerca de 500 anos para ela se degradar. Apesar disso, a reciclagem de consumi-

veis informáticos em Portugal traduz-se apenas em 2 a 4% dos consumíveis utilizados, sendo que mais de 2 milhões de cartuchos são lançados mensalmente para o lixo em Portugal.

Este projeto, lançado pela AMI em 2004, conta hoje já com 8.180 entidades participantes, que através de empresas parceiras entregam os seus consumíveis informáticos e telemóveis fora de uso para reutilização. Em 2016, aderiram ao projeto 87 novas empresas.

Estes equipamentos são regenerados e encaminhados para reutilização em mercados onde existe maior dificuldade na aquisição de equipamentos novos.

REUTILIZAÇÃO DE CONSUMÍVEIS INFORMÁTICOS E TELEMÓVEIS EVOLUÇÃO DA ADEÇÃO AO PROJETO 2005-2015



FLORESTA E CONSERVAÇÃO Ecoética

Nas últimas décadas tem-se assistido em Portugal a mudanças no domínio de algumas espécies vegetais e nas áreas de distribuição dos diversos tipos de floresta, bem como a um aumento do risco de desertificação. Verifica-se assim uma crescente distribuição de espécies exóticas invasoras e a diminuição de algumas espécies autóctones. Inspirando-se em iniciativas como o Billion Tree Project das Nações Unidas, o Projeto Ecoética foi lançado em 2011 para fazer face à necessidade de reflorestação com espécies autóctones em Portugal. Este projeto conta com o apoio de empresas e cidadãos a nível nacional, quer através do finan-

ciamento das ações de conservação da natureza, quer através de trabalho voluntário, nomeadamente em ações de *teambuilding*.

Desde o início do projeto foram já financiados, atribuídos e interveniados mais de 120.000 m² de terrenos florestais, localizados em Loures (Parque Municipal do Cabeço de Montachique), Lisboa (Parque Monsanto) Melgaço e Celorico da Beira (Parque Natural da Serra da Estrela) entre outros, tendo participado no projeto até este momento várias empresas de diferentes sectores e dezenas de cidadãos particulares, com um valor total doado de mais de 60.000€.

ENERGIAS RENOVÁVEIS Energia Solar Portugal

A percentagem de energias renováveis na produção de eletricidade em Portugal Continental foi em 2016 de cerca de 64%. Assim, com o objetivo de dar o exemplo na promoção da produção de energia renovável, limpa e descentralizada, bem como tornar as infraestruturas da AMI energeticamente autossuficientes, a AMI tem instalados dois parques fotovoltaicos para produção de energia e injeção na rede elétrica nacional e um parque para aquecimento de água no seu Abrigo Noturno do Porto.

Em 2016, com a injeção na rede elétrica nacional de energia produzida pelos painéis fotovoltaicos foi possível angariar um valor de 6.567.79€.

PROJETOS INTERNACIONAIS

Também na área internacional, a AMI procurou contribuir para a proteção ambiental, através do apoio a projetos desenvolvidos por ONG locais.

GUINÉ-BISSAU

Bolama - Educação Ambiental

O projeto "Nô Cunsi Riqueza de Nô Terra Pa Nô Protegel" promoveu a realização de uma visita de estudo que pretendeu despertar o interesse dos jovens guineenses sobre áreas protegidas e sobre a importância dos ecossistemas para o desenvolvimento humano, fomentando a mudança de atitudes e a tomada de consciência sobre o perigo da degradação ambiental.

Os beneficiários diretos deste projeto foram 25 jovens estudantes de Bolama que, durante 4 dias, realizaram uma visita de estudo e pesquisa ao Parque Natural de Cacheu.

TANZÂNIA

Rufiji - Mafia Seascope - Proteção Ambiental

O projeto da organização *Sea Sense*, intitulado "*Waste to better Health in the Rufiji-Mafia Seascope*" tem como objetivo geral contribuir para a redução da degradação ambiental e ameaças à saúde humana causadas por más práticas de gestão de lixo e como objetivo específico facilitar a adoção de

práticas eficazes de gestão de resíduos nas comunidades pesqueiras no Rufiji - Mafia Seascope em benefício da saúde humana e para a preservação da biodiversidade marinha.

Pretende promover a boa gestão ambiental, através de atividades relacionadas com o controle da poluição, a gestão de resíduos e a educação ambiental para a mudança de comportamento da sociedade civil, reduzindo as ameaças para a saúde humana e criando comunidades mais resilientes.

Tanzânia



3.2.3 ALERTAR CONSCIÊNCIAS

INICIATIVAS AMI Dia Internacional para os Direitos da Mulher

Perante a impossibilidade de assinalar esta data no dia 8 de março, teve lugar no dia 18 de março, um debate com a participação de Maria Viegas (UMAR), Sílvia Vermelho (PPDM) e Marta Gautier (psicóloga) e cerca de 70 participantes beneficiários dos centros Porta Amiga de Almada, Cascais, Chelas e Olaias. Foi uma tarde de partilha e debate sobre

a evolução dos direitos das mulheres na perspetiva de várias gerações. O mote de arranque para este debate foi um filme elaborado pelos equipamentos sociais da AMI com depoimentos de diferentes gerações de famílias acompanhadas pela instituição.

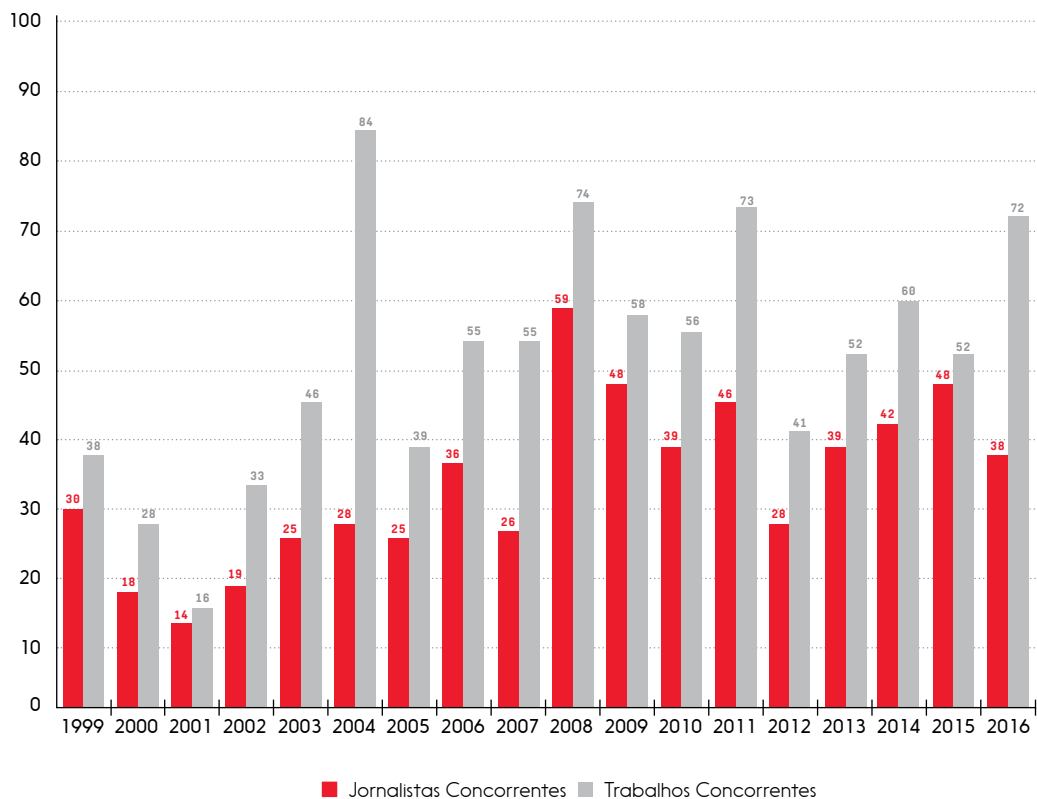
Prémio AMI - Jornalismo Contra a Indiferença

No ano de 2016 houve 38 jornalistas concorrentes ao Prémio AMI - Jornalismo Contra a Indiferença, com 72 trabalhos.

Desde 1999 até 2016, a média de trabalhos a concurso é de 51 por ano e de 34 jornalistas concorrentes.

Relativamente aos trabalhos a concurso por categoria, a tendência manteve-se. Até 2007 e entre 2013 e 2016 houve mais trabalhos de Imprensa, seguidos de Televisão, Rádio e Online.

NÚMERO DE JORNALISTAS E TRABALHOS CONCORRENTES 1999 - 2016



A média de trabalhos de Imprensa a concurso é de 21,7%, seguida de Televisão com 19,2%, Rádio 6,3% e Online apenas 2,4%.

As peças **"Os Sobreviventes"** da jornalista **Sofia Arede** da SIC e **"A Juventude em Jogo"**, um projeto de jornalismo multimédia e de dados da jornalista **Sofia da Palma Rodrigues** (Divergente), inicialmente lançado pela publicação Divergente.pt e posteriormente adaptado à imprensa e publicado no jornal "Público" foram as vencedoras da 18ª edição do Prémio AMI – Jornalismo Contra a Indiferença.

O júri, constituído por Catarina Gomes e Pedro Miguel Costa, vencedores da edição anterior, Maria José Mata, representante da Escola Superior de Comunicação Social, Francisco Lemos, Amigo da AMI, e Fernando Nobre, Presidente da AMI, decidiu distinguir também mais três trabalhos com uma menção honrosa: **"O Amor não Mata"** de **Ana Sofia Fonseca**, da SIC, **"Um Lar Debaixo da Ponte"**, de **Catarina Canelas**, da TVI, e **"O que é isso de Vida Independente"** de **Vera Moutinho**, do Público.

Sobre os trabalhos premiados, o júri, cuja decisão foi unânime, considerou que a peça de Sofia Arede dá voz através de uma criança aos milhões que arriscam a sua vida e a dos seus para chegar a porto seguro, pelo que o

júri enaltece a riqueza da abordagem e sensibilidade da narrativa; o trabalho de Sofia da Palma Rodrigues (Divergente) aborda de forma inovadora o percurso tortuoso de muitos adolescentes aliciados a vir para a Europa à procura do sonho do estrelato nas "quatro linhas", tratando-se de um projeto de jornalismo independente que aborda de forma singular o que passa ao lado de muitos espectadores.

O júri considerou, ainda, que a reportagem de Ana Sofia Fonseca sublinha um tema atual com uma qualidade técnica que a distingue; o trabalho de Catarina Canelas distingue-se por mostrar como dois homens constroem laços em ambiente adverso; e a peça de Vera Moutinho conseguiu aliar o domínio técnico à capacidade de mostrar momentos de rara intimidade. Os jornalistas galardoados com o 1.º Prémio receberam €7.500 cada e uma escultura da autoria de João Cutileiro, estendendo-se esta última distinção aos autores dos trabalhos galardoados com menções honrosas.

A entrega deste prémio, cofinanciado pelo Novo Banco, decorreu no dia 26 de abril na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) e foi antecedida por uma mesa redonda dedicada às "Agendas do Jornalismo". Ao longo do debate, Raquel Abecasis (RR), Leonídeo

Paulo Ferreira (DN), Catarina Gomes (Público) e Ricardo Alexandre (RTP/RDP), moderados pela professora Fernanda Bonacho (ESCS) abordaram algumas das questões mais sensíveis e delicadas com que jornalismo e jornalistas se defrontam.

Pelo Combate à Pobreza e Exclusão Social

Desde 2009, a AMI promove esta iniciativa a nível nacional, enquanto parte do núcleo executivo, e através de todos os seus equipamentos sociais. Esta iniciativa nasceu de um grupo de instituições que organizaram em 2009 a Marcha Contra a Pobreza, em Lisboa, e na qual se mantém a AMI, a EAPN, a Animar, a Comissão Social de Freguesia da Estrela e a Amnistia Internacional. Pretende-se mobilizar e sensibilizar a sociedade civil para as questões da pobreza e da exclusão social, enquanto efetivas violações dos mais elementares Direitos Humanos.

Em 2016, o evento "Pelo Combate à Pobreza e Exclusão Social" decorreu de 15 a 23 de outubro de 2016, tendo participado nesta iniciativa cerca de 65 entidades públicas e privadas, que dinamizaram cerca de 80 iniciativas por todo o país. O contributo da AMI concretizou-se a nível nacional, na

medida em que estiveram envolvidos na organização e participação em eventos e atividades, os Centros Porta Amiga de Cascais, Gaia, Funchal e Angra do Heroísmo e o Abrigo Noturno do Porto, nomeadamente com ações de sensibilização e atividades culturais.

Encontros Improváveis

No dia 26 de outubro, decorreu, na Fundação Calouste Gulbenkian, a quarta edição dos "Encontros Improváveis", este ano subordinada ao tema "Boa Governação – Alicerce para um Futuro Sustentável", organizado em parceria com a rede portuguesa do Global Compact (UN Global Compact Portuguese Network).

A edição de 2016 contou com oradores nacionais e internacionais especializados na matéria, e abordou os temas "Transparência e Rigor – Instrumentos de Boa Governação" e "Boa Governação e Desenvolvimento – Um binómio incontornável".

Este evento nasceu por iniciativa da AMI, como forma de difundir o UN Global Compact, um movimento da ONU, a que a AMI aderiu em 2011, e que pretende congrega empresas e organizações da sociedade civil dispostas

a alinhar, de forma voluntária, as suas estratégias e políticas com 10 princípios universalmente aceites nas áreas dos direitos humanos, práticas laborais, ambiente e anticorrupção, e a promover ações de apoio aos objetivos da ONU, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. A primeira iniciativa decorreu em setembro de 2013 e abordou a área das práticas laborais, com o tema "Novas Formas de Organização do Trabalho", a segunda decorreu em setembro de 2014 e abordou a área do Ambiente, com o tema "Uma Economia Verde num Mundo Azul", e a terceira decorreu em novembro de 2015, e abordou a área dos Direitos Humanos com o tema "Direitos Humanos: Desafios Atuais na Europa e no Mundo".

Exposição Fotográfica "Viajar contra a Indiferença. Mostrando o Mundo como ele é!"

Com o objetivo de promover o projeto Aventura Solidária e a convite da Mundicenter, decorreu de 21 de outubro a 9 de novembro a Exposição Fotográfica "Viajar contra a Indiferença. Mostrando o Mundo como ele é!" no Oeiras Parque. A iniciativa contou com o

apoio da HP que imprimiu as fotografias, e do Oeiras Parque, que disponibilizou o espaço e divulgação.

Festas de Natal

De forma a promover o convívio e o espírito natalício, realizaram-se diversas festas de Natal nos equipamentos sociais da AMI. Como já é habitual, os equipamentos do Sul e os equipamentos do Norte assinalaram esta data de forma conjunta (1 festa em Lisboa e 1 festa no Porto) tendo juntado beneficiários dos vários Centros Porta Amiga e Abrigos Noturnos das duas zonas do país. O ambiente foi de convívio e de festa, tendo contado com o apoio de vários artistas e empresas que, de forma voluntária, partilharam o seu tempo e talento.

Em Lisboa, a aula Magna do Instituto Piaget recebeu a festa dos equipamentos sociais da zona sul. Como habitualmente, foi um momento de convívio e de animação. Num espetáculo musical apresentado por Diogo Mesquita, atuaram as Vozes da Porta Amiga de Chelas, Joana Torcato, José Reza, Alia Clark, Squeeze Theeze Pleeze, Paulo Sousa e Calema.

Aventura Solidária

Dar é melhor do que receber mas, de facto, por mais que a motivação inicial fosse dar, acabei por receber muito mais, tendo sido uma experiência ímpar em termos de crescimento pessoal

Márcia Leite, Aventureira Solidária

AVENTURA SOLIDÁRIA 2007-2016 - GUINÉ-BISSAU

	Guiné-Bissau			
	Número de Projetos	Número de Participantes	Custo Projetos	Valor Angariado
2007	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2009	2	18	€12.800	€8.500
2010	2	5	€12.000	€8.620
2011	2	22	€12.789,22	€11.000
2012	1	11	€5.684,3	€4.500
2013	1	6*	€3.866	€2.500
2014	-	-	-	-
2015	2	16	€15.737,47	€7.390,24
2016	2	24	€18.300,19	€13.311
Total	12	102	€77.311,18	€55.821,24

*Na edição da Aventura Solidária à Guiné-Bissau em 2013, houve um 7.º aventureiro que financiou um projeto, mas optou por não participar na viagem

A Aventura Solidária é um projeto da AMI, que possibilita aos participantes cofinanciar e participar num projeto de desenvolvimento concreto, para além da realização de atividades de lazer sugeridas e organizadas pelas populações locais. Estas são demonstrações genuínas de grande riqueza cultural, numa mistura de crenças, fé e rituais ancestrais onde os amantes da aventura aprendem a respeitar, a cooperar e a viver a diferença e a conhecer a autenticidade de um país, sem correr o risco de passar ao lado do essencial. No ano de 2016, foi possível desenvolver 4 projetos no valor total de €30.196,19 com um cofinanciamento de €17.656.

Desde o início do projeto, 303 pessoas cofinanciaram os projetos e 299 aventureiros participaram nas viagens.

Em 2016, foram realizadas 4 Aventuras Solidárias, 1 ao Senegal, 1 ao Brasil e 2 à Guiné-Bissau.

AVENTURA SOLIDÁRIA 2007-2016 - BRASIL

	Brasil			
	Número de Projetos	Número de Participantes	Custo Projetos	Valor Angariado
2007	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2009	1	5	€6.000	€2.500
2010	2	19	€12.917	€4.000
2011	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2013	-	-	-	-
2014	2	14**	€17.232,60	€4.800
2015	-	-	-	-
2016	1	6	€8.294,69	€1.500
Total	6	44	€44.444,29	€12.800

AVENTURA SOLIDÁRIA 2007-2016 - SENEGAL

	Senegal			
	Número de Projetos	Número de Participantes	Custo Projetos	Valor Angariado
2007	2	25	€9.106	€7.380
2008	3	35	€18.880	€15.745
2009	3	36	€18.500	€16.830
2010	2	24	€12.500	€12.750
2011	1	10	€6.000	€5.100
2012	1	8	€6.758	€4.080
2013	-	-	-	-
2014	1	8	€1.634,09	€2.100
2015	1	6	€6.050	€1.200
2016	1***	14	€3.602	€3.600
Total	15	166	€83.030,09	€68.785

** Nas duas edições da Aventura Solidária ao Brasil em 2014, houve um aventureiro na primeira edição e duas aventureiras na segunda edição que financiaram o projeto, mas optaram por não participar na viagem.

*** Projeto desenvolvido em 2015, mas financiado pela Aventura Solidária de 2016.

“LINKA-TE AOS OUTROS” - 5.ª E 6.ª EDIÇÕES

Os projetos “Costuras”, “Emocionar’te”, “A importância do voluntariado na Educação e na Cidadania Global” e “Ajudar para melhorar” foram os vencedores da 6ª edição do Linka-te aos Outros. Estas quatro iniciativas dividem um apoio de 3.200 euros.

A Escola Profissional de **Aveiro** (EPA) apresentou dois projetos vencedores, ambos centrados no apoio a pessoas com necessidades especiais: “**Costuras**” e “**Emocionar’te**”. O primeiro pretende reunir brinquedos usados junto de várias entidades, e conferir-lhes uma nova vida, adaptando-os a crianças com necessidades educativas especiais. Ainda na EPA, o segundo projeto vencedor, “Emocionar’te”, visa a animação e

promoção de competências junto de utentes com multideficiência em Oliveira do Bairro através da expressão plástica e artística.

Da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia chegou-nos o projeto: “**A importância do voluntariado na Educação e na Cidadania Global**”. A proposta tem como objetivo divulgar, incentivar e promover a prática do voluntariado nas escolas da RAM (**Região Autónoma da Madeira**). A confeção e distribuição de refeições a pessoas em situação de sem-abrigo é uma das ações projetadas.

Finalmente, a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de **Marco de Canaveses** apresentou

o projeto “**Ajudar para melhorar**” que consiste em sinalizar e apoiar famílias e idosos desfavorecidos e excluídos socialmente, através da oferta de bens alimentares e outros produtos, transmissão de princípios de organização doméstica, cuidados básicos de saúde e limpeza.

Lançado em 2010 nas escolas de todo o país, o prémio “Linka-te aos Outros” já selecionou e financiou dezenas de projetos, com montantes globais de financiamento superiores a 20 mil euros.

Do apoio a famílias carenciadas ao acompanhamento a idosos, os objetivos e ações dos estudantes têm gerado um importante impacto social.



N.º de projetos selecionados	Projeto	N.º de jovens envolvidos	Beneficiários dos projetos selecionados	Montante financiado pela AMI	Área de Atuação	Localização
4	Costuras	4	Crianças portadoras de necessidades educativas especiais	481,50€	Inclusão Social	Aveiro
	Emocionar-te	3	Beneficiários com multideficiência em Oliveira do Bairro	603€	Inclusão Social	Aveiro
	A importância do voluntariado na Educação e na Cidadania Global	10	Professores, educadores e alunos das escolas da Região Autónoma da Madeira	1.800€	Voluntariado e Cidadania	Funchal
	Ajudar para melhorar	4	Famílias e idosos desfavorecidos e excluídos socialmente	333€	Apoio Social	Marco de Canaveses

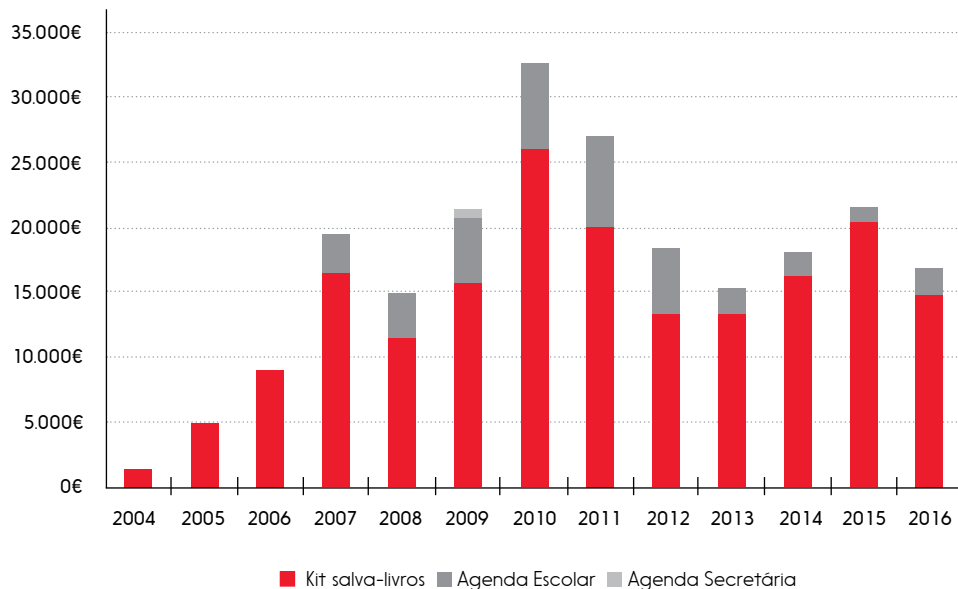


PRODUTOS SOLIDÁRIOS

Num mundo em que o paradigma da sociedade está esgotado e no qual, em pouco mais de 50 anos, a população quase triplicou e o consumo quadruplicou, a capacidade de resposta do Planeta e das instituições está a atingir o seu limite.

Torna-se, por isso, urgente alterar comportamentos e desenvolver estratégias que possam contribuir para preservar o legado que pretendemos deixar às gerações futuras. Assim, assente nas premissas da inovação e da criação de valor partilhado, a AMI procura dar o seu contributo através da promoção de produtos solidários e que promovam o consumo sustentável.

VALOR ANGARIADO POR PRODUTO



Kit Salva-Livros e Agenda Escolar

De modo a garantir a sustentabilidade dos Espaços de Prevenção da Exclusão Social (EPES), inseridos nos Centros Porta Amiga (CPA) de Vila Nova de Gaia, Chelas, Cascais e Almada, instrumentos fundamentais para a prevenção ativa da exclusão e da pobreza entre a população mais jovem, a AMI lança, no início de cada ano escolar, dois produtos com utilidade prática e uma iniciativa solidária subjacente: o Kit Salva-Livros e a Agenda Escolar.

Em 11 anos, as vendas dos produtos escolares solidários proporcionaram a angariação do montante de 226.379€. Apadrinhado pelo apresentador Salvador Nery, o Kit Salva-Livros é um produto escolar, mas acima de tudo, é uma solução inovadora e solidária com uma

importante cadeia de beneficiários, cuja mais-valia reside na possibilidade de proteger as capas dos livros e cadernos escolares e simultaneamente ajudar as crianças e jovens apoiados pela AMI.

O produto é produzido e embalado pela Handicap Internacional, que se dedica a auxiliar pessoas portadoras de deficiência e suas famílias, e apoiado pela Disney Pixar, que cede as imagens de alguns dos mais emblemáticos filmes que estão no serviço Disney Movies on Demand, disponível em alguns operadores.

Em 2016, o Kit Salva-Livros recebeu o prémio Cinco Estrelas na categoria Produto Escolar Solidário.

A Agenda Escolar, para além de ser um produto útil para os estudantes,

procura também alertar consciências para temas prementes da sociedade, como a cidadania, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a luta contra a pobreza, entre outros, com o objetivo de contribuir para a formação de jovens participativos, solidários e responsáveis.

AMI ALIMENTA

A marca AMI Alimenta foi lançada em 2012 com a designação de "SOS Pobreza" e dirige-se a todos os consumidores portugueses que, no seu dia-a-dia, tomam decisões socialmente responsáveis, optando nas suas compras por produtos nacionais e de boa relação qualidade/preço, cuja mar-

gem de lucro reverte para projetos de combate à pobreza em Portugal. Os consumidores adquirem os produtos a um preço justo, podendo apoiar uma causa sem pagar mais por isso, apenas adquirindo produtos que já comprariam para seu próprio consumo. A AMI recebe a receita líquida total da venda do produto, sendo a mesma canalizada no seu todo para os projetos que desenvolve em Portugal.

Em 2017, será apresentado o rebranding da marca e relançado o produto como "AMI Alimenta".

Durante o processo de rebranding da marca, procurou-se, em 2016, apostar em ações de brand awareness, nomeadamente, com a presença do produto na Conferência DH e nos Masters da Distribuição, no Congresso Nacional de Marketing, na 1.ª Conferência 5 Estrelas, em todos os eventos organizados pela AMI e em algumas ações de degustação em loja.

Foi, ainda, apresentada a candidatura da marca ao Prémio 5 Estrelas na categoria de Produto Solidário.

CAMPANHA IRS

Os portugueses estão cada vez mais generosos e conscientes da importância de decidir o destino dos seus impostos, pelo que, na altura de entregar o IRS, existem cada vez mais pessoas a destinar 0,5% deste imposto a instituições sociais. Se todos os contribuintes optassem por fazer esta consignação, este valor poderia atingir cerca de 58 milhões de euros.

A AMI foi a primeira instituição autorizada a receber a consignação de IRS em 2002.

A generosidade dos cidadãos eleva a nossa responsabilidade e vontade de ir mais longe na construção de um mundo mais justo e solidário.

PEDITÓRIO ANUAL DE RUA

À semelhança dos anos anteriores, nos meses de maio e outubro, centenas de colaboradores e voluntários saíram à rua e apelaram à solidariedade dos portugueses um pouco por todo o país, com o objetivo de angariar fun-

dos para aplicar nos projetos desenvolvidos pela AMI.

Os dois peditórios de rua permitiram angariar 77078,21€.

X CORRIDA PONTES DE AMIZADE – COIMBRA

A 10.ª edição da corrida Pontes de Amizade juntou no dia 10 de abril, em Coimbra, cerca de 568 participantes, designadamente 337 pessoas na corrida e 231 na caminhada.

A solidariedade e entusiasmo dos atletas e amigos da AMI venceram o mau tempo.

GALERIA AMIARTE - PORTO

Evento	Local	Data
Exposição individual de Isabel de Sousa Pinto "De Outono assim se diz"	Galeria AMIArte	28 de maio a 9 de julho
8.ª edição da Exposição ARTE URBANA em Mupis - 20 Artistas n.º "A cidade"	Cidade do Porto	29 de junho a 12 de julho
Exposição Coletiva de Verão 30 obras de 27 artistas	Galeria AMIArte	16 de julho a 17 setembro
Exposição das obras originais da oitava edição da ARTE URBANA em MUPIS.	Palacete dos Viscondes de Balsemão	3 de setembro
Exposição individual - "Tissu et poisson: une exposition-installation pour Marta de Aguiar".	Galeria AMIArte	7 de outubro a 26 de novembro
Venda de Natal	Galeria AMIArte	12 de dezembro a 6 de janeiro

GALERIA AMIARTE — PORTO

A AMIarte é um núcleo de ação cultural da AMI com uma galeria de exposições, cujo objetivo reside na organização e promoção de iniciativas de cariz cultural e artístico, com vista à angariação de fundos.

Desde o ano da sua abertura, em 2008, já promoveu mais de 70 exposições, bem como outras atividades que contribuíram para a angariação de mais de €700.000.

Apoio a Iniciativas de Terceiros

Exposição de fotografia de Luís Godinho

Decorreu entre 4 e 30 de junho, a Exposição de fotografia de Luís Godinho intitulada "Os Mariemes".

O fotógrafo, que participou na XV Aventura Solidária ao Senegal, expôs, assim, as fotografias recolhidas durante a missão, na Fábrica de Braço de Prata em Lisboa.

Lançamento do Corpo Europeu de Solidariedade

No dia 7 de dezembro, a AMI acolheu na sua sede a cerimónia nacional de lançamento do Corpo Europeu de Solidariedade. Trata-se de uma iniciativa da Comissão Europeia, lançada em simultâneo em todos os Estados-membros da União Europeia, através da qual se pretende promover e acariñar o voluntariado de jovens europeus entre os 18 e os 30 anos.

1ª Conferência das Comunidades Luso-descendentes na Ásia

A AMI incentivou, apoiou e participou nesta cimeira, que reuniu pela primeira vez comunidades de origem portuguesa de cerca de 13 países e territórios, entre os quais Malásia, Timor Leste, Singapura, Tailândia, Indonésia, Sri Lanka, Hong Kong, Macau, Myanmar, Austrália, Japão, Índia e Portugal.

A conferência foi financiada a 50% pela AMI.

"Dribla a Indiferença"

Em 2017, a AMI manteve o apoio a este projeto de sensibilização através do desporto nas escolas, promovido pelo Clube de Fans do Basquetebol.

Nos últimos 2 anos, foram abrangidos por esta iniciativa, 14.570 alunos de várias escolas do país, que foram sensibilizados e alertados para vários temas, como o consumo de drogas, de tabaco, a obesidade e a exclusão social, entre outros.

Mesa redonda com a Relatora Especial das Nações Unidas para o Direito à Habitação Adequada

A AMI foi convidada a estar presente, em Lisboa, numa mesa redonda com a Relatora Especial das Nações Unidas para o Direito à Habitação Adequada,

Leilani Farha, e organizações da sociedade civil, investigadores, advogados e juristas. O objetivo desta reunião foi dar a conhecer à relatora a situação no país em termos do reconhecimento e implementação do direito à habitação. A AMI participou também numa reunião, na cidade do Porto, no âmbito das associações que trabalham com as pessoas em situação de sem-abrigo, para debater esta mesma temática. A relatora está a elaborar um relatório sobre o acesso adequado à habitação na Europa e apresentará as suas conclusões / propostas em 2017.

Rock in Rio

Em 2016, a AMI marcou presença no evento Rock in Rio, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para os problemas relacionados com a Conservação e Proteção da Natureza, através da promoção do projeto Ecoética e do projeto *Amazônia Live*, este último promovido pelo Rock in Rio.



DELEGAÇÕES E NÚCLEOS

Em 2016, a AMI continuou a contar com o trabalho fundamental desenvolvido pelas delegações e núcleos espalhados por todo o país, que procuram disseminar a mensagem da AMI e fomentar o envolvimento da comunidade. A sua colaboração é essencial nas campanhas nacionais e na promoção de eventos locais para divulgação e angariação de fundos e bens.

DELEGAÇÕES E NÚCLEOS DA AMI

Zona Sul

Núcleo de Beja	Participação nos Peditórios nacionais de rua.
Núcleo de Mafra	Recolha de radiografias; Participação no Peditório nacional de rua em outubro.

Zona Centro

Delegação Coimbra	Organização da X edição da Corrida Pontes de Amizade;
	Participação na Feira da Saúde em Anadia;
	Participação na feira de voluntariado do Núcleo de Estudantes de Medicina da Universidade de Coimbra;
	Participação na Feira de Emprego da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
	Participação na Feira Cultural de Coimbra;
	Realização de uma feira de Natal;
	Organização e participação na recolha de bens alimentares realizada nos hipermercados Continente em Coimbra e Cantanhede;
	Realização de palestras em escolas;
	Participação nos peditórios anuais de rua;
	Recolha de radiografias, papel, roupa e óleos para reciclagem;
	Participação no Simpósio Ibérico de Voluntariado com o tema: "O Voluntariado como Pilar Fundamental da Atividade Humanitária Da Fundação AMI";
	Participação num almoço de trabalho com Dom Ximenes Belo, a convite da AMA (Associação Mão Amiga) com o objetivo de desenvolver as diligências necessárias para enviar para Timor um contentor de ajuda humanitária.

DELEGAÇÕES E NÚCLEOS DA AMI (CONTINUAÇÃO)

Delegação Centro (Coimbra) - continuação	
Núcleo da Anadia	Participação na Feira da Saúde;
	Participação na Festa da Primavera;
	Distribuição de roupa, calçado, alimentos, medicamentos, móveis e eletrodomésticos a 102 pessoas, referenciadas pela Segurança Social, pelas Juntas de Freguesia e por elementos do próprio Núcleo;
	Participação na recolha de bens alimentares realizada nos hipermercados Continente em Coimbra e Cantanhede;
	Participação nos peditórios nacionais de rua;
	Distribuição de 60 cabazes de Natal a famílias carenciadas do concelho de Anadia;
	Recolha de roupas, calçado, móveis, medicamentos, entre outros;
	Recolha de radiografias, papel, toners e tinteiros para reciclagem.
Covilhã	Participação nos peditórios nacionais de rua;
	Dinamização do Grupo de intervenção no Lar da Misericórdia, que todas as semanas, realiza atividades de leitura, teatro e acompanhamento dos utentes;
	Realização de uma feira solidária na Universidade da Beira Interior;
	Distribuição de material promocional na Gala anual de Tunas Académicas.
Figueira da Foz	Participação nos peditórios nacionais de rua;
	Realização de cursos básicos de socorrismo júnior nas escolas;
	Participação na Feira Cultural de Coimbra.
Pombal	Participação nos peditórios nacionais de rua;
	Realização de uma caminhada na Aldeia de Janeanes, com alunos e familiares, para angariação de fundos;
	Participação na recolha de bens alimentares realizada nos hipermercados Continente em Coimbra e Cantanhede;
	Participação na Feira Cultural de Coimbra.
Delegação Norte	
Delegação Porto	Reciclagem de Radiografias;
	Recolha de roupa para reciclagem;
	Realização de palestras em escolas;
	Realização de cursos de socorrismo;
	Participação nos peditórios nacionais;
	Participação na Campanha de Natal Fnac/AMI;
	Distribuição de alimentos provenientes do FEAC.
Núcleo de Bragança	Distribuição de vestuário por 2.054 utentes de diversas faixas etárias;
	Participação nos peditórios nacionais de rua;
	Participação na recolha de radiografias.

DELEGAÇÕES E NÚCLEOS DA AMI (CONTINUAÇÃO)

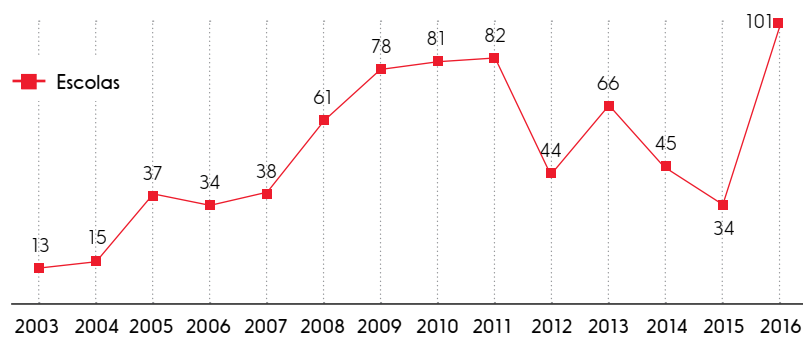
Delegação Norte (Porto) - continuação	
Núcleo de Lousada	Atendimento diário da população que se dirige ao Núcleo da AMI de Lousada;
	Atualização dos processos dos beneficiários sinalizados no Núcleo da AMI de Lousada;
	Entrevistas psicossociais de avaliação diagnóstica, para posterior apoio social;
	Entrevistas de Apoio e Aconselhamento;
	Encaminhamentos e Articulações com instituições/entidades do concelho;
	Recolha de tampas de plástico para posteriormente serem recicladas;
	Recolha de radiografias;
	Receção e triagem de roupas novas e usadas bem como calçado e brinquedos;
	Distribuição dos artigos angariados/doados como forma de atenuar as carências sentidas pelos beneficiários. Durante o ano 2016 o Núcleo da AMI de Lousada teve uma média diária de 10 pessoas a procurar este serviço;
	Parceria com o hipermercado E.Leclerc de Lousada (peditórios, rastreios de saúde, eventos, etc.);
	Parceria com os hipermercados Continente de Lousada e Continente de Paredes, para usufruto do programa de doações dos hipermercados Modelo Continente SA;
	Distribuição de cabazes semanais a beneficiários sinalizados através da parceria com os hipermercados Modelo Continente SA (Lousada e Paredes);
	Distribuição de cabazes mensais a beneficiários sinalizados;
	Participação nos dois peditórios nacionais de rua da AMI;
	Organização e Realização de peditórios de bens alimentares nos hipermercados da zona de Lousada;
	Realização de um peditório de alimentos nos dias 15, 16 e 17 de julho de 2016 no hipermercado "E-Leclerc" da vila de Lousada;
	Acolhimento de duas pessoas sentenciadas com trabalho comunitário pelo tribunal;
	Distribuição de 121 mochilas a crianças e jovens;
	Distribuição de brinquedos e livros a 112 crianças e adolescentes.

DELEGAÇÕES E NÚCLEOS DA AMI (CONTINUAÇÃO)

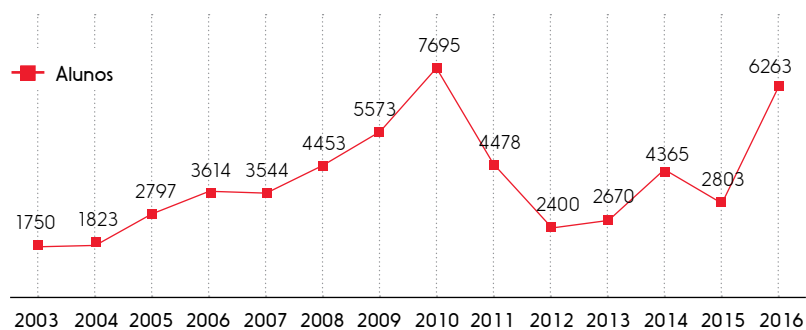
Delegação da Madeira	
Funchal	Recolha de Radiografias;
	Realização de palestras em escolas e outras instituições;
	Participação nos peditórios nacionais de rua;
	Participação na Campanha de Natal Fnac/AMI;
	Acompanhamento de 2 estagiárias do Curso de Ciências da Educação;
	Participação nas reuniões da Proteção Civil da Madeira sobre o plano de emergência regional, nomeadamente no que diz respeito à organização de voluntários não especializados no apoio à população na área de primeiros socorros;
	Participação em 10 feiras alfarrabistas;
	Realização de cursos de socorrismo;
	Plantação de árvores no Parque Ecológico do Funchal, em colaboração com a AAPE (Associação dos Amigos do Parque Ecológico).
Delegação de S. Miguel (Açores)	
Delegação de S. Miguel	Participação nos peditórios nacionais de rua;
	Realização de palestras em escolas;
	Participação na Feira Lar, Campo e Mar;
	Recolha de brinquedos e livros usados na Escola Antero de Quental e no Hospital de Ponta Delgada;
	Distribuição de livros e brinquedos, nos ATL's de Feteiras, Candelária e Sete Cidades e a famílias carenciada.
Delegação da Terceira (Açores)	
Delegação Terceira	Participação numa Feira Solidária organizada pelo Séquito Real das Festas Sanjoaninas 2016, com o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;
	Participação numa feira inserida na Festa do Dia do Emigrante;
	Recolha de Radiografias;
	Recolha de Tinteiros e Toners;
	Participação nos peditórios anuais de rua;
	Apoio ao Centro Porta Amiga de Angra do Heroísmo.
Núcleo da Horta	Participação nos peditórios nacionais de rua.

DIVULGAÇÃO NAS ESCOLAS

ESCOLAS - CONTINENTE E ILHAS



ALUNOS - CONTINENTE E ILHAS



RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Na prossecução do trabalho de parceria entre o sector empresarial e as organizações da Economia Social, a AML procurou sempre envolver as empresas, os seus colaboradores e a sociedade, ciente de que essa forma de atuação beneficia o meio envolvente, reforça a competitividade das empresas, e proporciona aos colaboradores a oportunidade de contribuírem para a concretização de muitos finais felizes, de forma a poderem desempenhar o seu papel enquanto agentes de mudança numa sociedade mais íntegra e mais solidária. Em resultado dessa parceria, **em 2016, foram desenvolvidas mais de 550 ações com empresas, que permitiram angariar mais de 1.500.000€ em dinheiro, bens, serviços e ações de divulgação e sensibilização.**

Doação de Bens e Serviços

Em 2016, a AML contou, novamente, com a doação de bens e serviços de vários parceiros, designadamente a Young & Rubicam na área da Publicidade, a Microsoft na área do software informático, os hipermercados Continente na área alimentar, a Companhia das Cores, na área do Design, a Visão na área da Comunicação Social, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PKF & Associados na área de Auditoria, os hotéis Cascais Miragem, o Grande Hotel do Porto, o Hotel Infante Sagres no Porto, o Hotel Tryp Oriente, os Hotéis Vila Galé e os Hotéis AS Lisboa, entre outros, na área da Hotelaria, para além de muitos outros apoios, a seguir descritos.

VOLUNTARIADO E SENSIBILIZAÇÃO Apoio Alimentar

A resposta à procura de bens alimentares pelos beneficiários da AML revelou-se um grande desafio em 2016, face à ausência do programa FEAC.

Assim, o apoio de vários parceiros através de doações de bens alimentares foi fundamental, destacando-se a continuação da parceria com os Queijos Santiago, a renovação da campanha "Saco Solidário", promovida pela Kelly Services, a 2.ª recolha alimentar em 7 lojas Continente, as doações da Nestlé Nutrição, e o apoio do Grupo Auchan, que permitiu a recolha de bens alimentares nas lojas Jumbo, no âmbito do programa "Quinta- feira Solidária".

IV Edição da Campanha Saco Solidário

"A Porta Amiga de Cascais abriu-se para receber a Kelly, e sabem o que encontramos? Uma família. Uma família que consegue providenciar um sistema de apoio alimentar, um sistema de higiene diário, um sistema de apoio psicológico e lúdico, bem como um sistema de formação e apoio na procura ativa de emprego. Ficámos emocionadas com a força das pessoas que o sistema afinal não "engoliu" ou "esqueceu".

Sónia Pinto. Dep. RH – Kelly Services

Em 2016, esta campanha permitiu angariar 9.500 kg de bens alimentares e de higiene para apoiar 6878 pessoas. Nos últimos 5 anos, a Campanha Saco Solidário conseguiu angariar 29,5 toneladas de bens alimentares e de higiene em prol de 57.113 beneficiários da AMI.

Doação de Bens de Higiene

A AMI recebeu várias doações de bens de higiene, nomeadamente da Sonae MC e da Kelly Services destinados aos beneficiários apoiados pela instituição.

Campanha Solidária AMI/Auchan - Vales Escolares

Em 2016, decorreu a 8.ª edição da campanha de angariação de material escolar promovida pelo Grupo Auchan, que assumiu, mais uma vez, o compromisso de fornecer o dobro do material correspondente ao valor doado pelos clientes.

A campanha, que decorreu em todas as lojas Jumbo e Pão de Açúcar, permitiu angariar 148.472€ e assim apoiar 3.532 crianças e jovens, e contou também com o apoio do Estado Maior General das Forças Armadas, a quem foi solicitado o espaço para realizar a triagem das mochilas, cedido pelo Regimento de Transportes do Exército Português, em Lisboa.

Desde o início da parceria, esta campanha já permitiu angariar 996.376€



em material escolar que reverteram a favor de 24.923 crianças e jovens dos Centros Porta Amiga da AMI.

Doação de Vestuário

Em 2016, a empresa El Corte Ingles tornou a doar vestuário novo para crianças, desta vez no valor de 39.706,3€.

Apoio na Área de Recursos Humanos, Formação e Higiene e Segurança no Trabalho

Em 2016, foram doados serviços de formação no valor de €18.951, sendo de destacar a Cegoc, a Galileu, o ISEG, a Centralmed, a British Isles, a Cenertec e o ISCTE.

Escola de Comércio de Lisboa

A parceria da AMI com a Escola de Comércio de Lisboa manteve-se em 2016, através do acolhimento de estágios curriculares e da presença de alguns dos seus alunos em várias iniciativas da instituição, nomeadamente, o Prémio AMI – Jornalismo Contra a Indiferença, a conferência "Encontros Improváveis", ações pontuais de promoção dos cafés Novo Dia e dos produtos AMI Alimenta. A AMI foi ainda convidada a fazer parte do júri de avaliação de algumas Provas de Aptidão Profissional.

CAMPANHAS E EVENTOS SOLIDÁRIOS

Companhia Nacional de Bailado (CNB) - Ensaio Geral Solidário

Em 2016, a AML foi uma das entidades beneficiárias do projeto Ensaio Geral Solidário da CNB.

A partir de um donativo de 12 euros, cada participante teve direito a um convite para assistir ao Ensaio Geral do espetáculo "O Carnaval".

Esta iniciativa permitiu angariar 1.817€.

Campanha Sibs "Ser Solidário"

Em 2016, esta campanha permitiu angariar 25.442€.

O valor angariado desde 2009 por esta campanha foi de 409.119 €, tendo sido aplicado da seguinte forma:

Projetos Financiados	Valores (€)	Ano
Residência Social São Miguel (Açores)	7 159,10 €	2009
Residência Social São Miguel (Açores)	28 506,70 €	2010
Emergência Haiti	228 945,11 €	
Emergência Madeira	39 171,88 €	
Residência Social São Miguel (Açores)	13 673,97 €	2011
Nova estrutura - Centro Porta Amiga de Almada	15 173,00 €	2012
Nova estrutura - Centro Porta Amiga de Almada	1 748,80 €	2013
Reabilitação Centro Porta Amiga das Olaias	24 412,64 €	2014
Ecoética	1 642,00 €	2015
Geral	3 056,65 €	
Missões Refugiados	9 686,19 €	
Emergência Nepal	10 401,42 €	2016
Luta Contra a Pobreza	25 541,87 €	
Total Geral	409 119,33 €	

Campanha de Natal 2016

Em 2016, a AMI lançou a VI Missão Natal, apadrinhada, mais uma vez, pelo ator Diogo Mesquita, com o objetivo de proporcionar às 1.907 famílias / 6.172 pessoas, alvo desta campanha, um cabaz de bens alimentares típicos da época natalícia e, ainda, assegurar parte do acompanhamento social essencial a essas famílias, através dos equipamentos sociais da AMI.

À semelhança do ano anterior, a VI Missão Natal permitiu a aquisição dos bens essenciais aos cabazes e a entrega direta às famílias e ainda, o financiamento de consultas de acompanhamento social para os beneficiários apoiados nos vários Centros Porta Amiga.

Contribuíram, ainda, alguns organismos/estruturas do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), como a Autoridade para as Condições do Trabalho, Centro de Relações Laborais, Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSSS, Gabinetes Ministeriais do MTSSS, Inspeção-Geral do MTSSS, Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da

Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e a Secretaria Geral do MTSSS.

De 15 a 23 de dezembro foram entregues os cabazes às 1.907 famílias beneficiárias desta campanha.

No âmbito desta campanha, foram ainda distribuídos presentes às crianças e idosos apoiados nos Espaços de Prevenção da Exclusão Social (EPES) da AMI e proporcionadas atividades lúdicas e momentos de descontração e diversão, uma iniciativa tornada realidade graças à generosidade de várias empresas. No total, foram distribuídos 778 presentes, 145 a idosos e 633 a crianças.

Foram ainda promovidas duas atividades socioculturais, designadamente a participação das crianças do EPES Junior de Gaia numa oficina de experiências científicas da Science4you, e a oferta de 200 bilhetes para o Circo no Coliseu dos Recreios no dia 18 de dezembro.

Em parceria com a empresa Eat Tasty foi também desenvolvida uma campanha de angariação de bens para a confeção de doces natalícios para a festa de natal da AMI em Lisboa.

Finalmente, pela primeira vez, graças ao apoio do Bankinter e da Science4You (que disponibilizou presentes a

preços solidários), foi possível assegurar prendas novas para as 371 crianças dos 0 aos 12 anos apoiadas pela AMI nas ilhas dos Açores e da Madeira.

Campanha de Natal “Dá o melhor de ti a quem mais precisa” - Fnac

Durante o mês de dezembro de 2016, os clientes da FNAC doaram um total de 26.198€ para o combate à pobreza e à exclusão social em Portugal, numa campanha solidária de angariação de fundos para a AMI.

Desde o início da parceria para a campanha de Natal, em 2004, foi possível angariar 322.642€.

Pontos Solidários

A AMI beneficiou, novamente, em 2016, da conversão de pontos de fidelização em donativos de três entidades, nomeadamente a Portugal Telecom, o Millennium BCP e a REPSOL, cujas receitas angariadas reverteram a favor da missão de emergência na Madeira, da luta contra a pobreza em Portugal, do projeto Ecoética e do Serviço de Apoio Domiciliário, respetivamente.

Plataforma de Doação Online - Gatewit

Em 2016, a Gatewit disponibilizou-se para remodelar a plataforma de angariação de fundos online que havia desenvolvido para a AML em 2013. Refira-se que, em 2016, foram angariados 8.804€ através desta plataforma. Para além desta plataforma de angariação de fundos, a Gatewit disponibilizou, ainda, à AML a utilização gratuita de uma plataforma e-procurement - Gatewit Sourcing, que permite otimizar o processo de compras da AML, reduzindo os custos.

VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

Em 2016, a AML continuou a contar com várias ações de voluntariado empresarial, num total de, aproximadamente, 1000 horas, envolvendo mais de 25 entidades e cerca de 130 colaboradores, destacando-se as seguintes:

VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

Projeto/Equipamento Social Intervencionado	Ação de Voluntariado	N.º de colaboradores/ N.º de empresas
Beneficiários dos Centros Porta Amiga da AML	Triagem de material escolar	+ de 80 colaboradores de 1 empresa
Abrigo da Graça	Renovação do jardim	8 colaboradores de 1 empresa
EPES (Espaço de Prevenção da Exclusão Social) do Centro Porta Amiga de Chelas	Impact Day - dinamização de atividades desportivas no Adventure Park, garantindo ainda o transporte e alimentação	3 colaboradores de 1 empresa
Beneficiários dos Centros Porta Amiga da AML	Distribuição de cabazes de Natal	22 colaboradores de 12 empresas
EPES (Espaço de Prevenção da Exclusão Social) da AML	Distribuição de presentes e dinamização de atividades lúdicas	14 colaboradores de 6 empresas





Handwritten text on a piece of paper pinned to the wall, likely a notice or advertisement.



“A FUNDAÇÃO AMI ENCERROU MAIS UMA VEZ O ANO COM RESULTADOS POSITIVOS E SUSTENTADOS EM TODOS OS DOMÍNIOS DA SUA ATIVIDADE, PODENDO PERSPETIVAR 2017 COM CONFIANÇA E EMPENHO REFORÇADOS!”

CAPÍTULO

4

RELATÓRIO DE CONTAS 2016

4.1 ORIGEM DE RECURSOS

Parte dos principais indicadores económicos revelaram em 2016 valores muito mais animadores do que os observados nos anos anteriores, principalmente enquanto Portugal esteve sujeito a um programa de resgate.

O défice orçamental superou as melhores expectativas, o crescimento do PIB, se bem que ténue, apresentou valores positivos e a taxa de desemprego começou a aproximar-se de parâmetros com um só dígito.

Constatamos, no entanto, que as melhorias introduzidas, nomeadamente algumas atualizações salariais e redução da carga fiscal, atingiram apenas algumas franjas dos extratos sociais, deixando ainda uma parte considerável da população portuguesa em situação de fragilidade.

Daí que os Equipamentos Sociais da AMI, não tendo sido sujeitos à mesma

pressão de anos anteriores, serviram ainda de refúgio para quem se viu confrontado com dificuldades em satisfazer as suas necessidades básicas.

RECEITAS

A AMI prosseguiu em 2016 com uma política de diversificação de receitas de forma a não diminuir a capacidade de resposta às inúmeras solicitações com origem, quer em Portugal, quer nos diversos países onde atua.

Nesse sentido, afetou uma parte das suas disponibilidades financeiras à compra de alguns imóveis destinados ao mercado de arrendamento e alojamento local.

O apoio disponibilizado pelos Equipamentos Sociais à população mais carenciada só foi possível com a participação do Ministério do Trabalho,

Solidariedade e Segurança Social através dos diversos protocolos acordados. No âmbito internacional foi importante a parceria com a UNICEF para alguns dos projetos em curso na Guiné Bissau. Foram também estabelecidos protocolos com a Câmara Municipal de Lisboa para comparticipação no funcionamento de um Abrigo Noturno e com as Câmaras Municipais de Cascais e Funchal para pagamento de despesas relativas a necessidades básicas de municípios dos respetivos concelhos.

No âmbito empresarial são de destacar os apoios da Microsoft, Novo Banco, Esegur, Fnac, SIBS, João Semedo & Associados, Petrotec, Ocidental Companhia de Seguros e PKF & Associados.

A nível fundacional foi possível contar com o apoio das Fundações Axa e Stanley Ho.

Foram desenvolvidas diversas campanhas de angariação de fundos nomeadamente:

- Peditórios de Rua;
- Mailings dirigidos aos doadores habituais;
- Recolha e reciclagem de radiografias, óleos alimentares usados, telemóveis, artigos elétricos e eletrónicos, papel e roupa usada.

A AMI foi escolhida por um elevado número de contribuintes na consignação do IRS, no recebimento de multas e como beneficiária de legados testamentários.



As receitas provenientes do Cartão de Saúde e do Cartão de Crédito foram também significativas.

As disponibilidades financeiras foram geridas de forma atenta, contribuindo para o resultado obtido, sem correr riscos descontroláveis.

EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS

As receitas de entidades internacionais resultaram da parceria com a Unicef.

Os financiamentos públicos reduziram para 19%.

Os valores provenientes de outras receitas foram incrementados com a valorização de empresas participadas, arrendamentos e venda de produtos recicláveis.

	2014	2015	2016
Entidades Internacionais	0%	2%	2%
Entidades Públicas	24%	21%	19%
Entidades Privadas	2%	1%	3%
Donativos	15%	7%	7%
Donativos em Espécie	4%	5%	6%
Ganhos Financeiros	16%	22%	16%
Outras Receitas	12%	13%	18%
Cartão de Saúde	27%	29%	29%
Total	100%	100%	100%



4.2 BALANÇO

Unidade Monetária: Euros

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis afetos à atividade operacional	4.1	4 767 841,98	5 557 436,75
Ativos fixos tangíveis afetos à propriedades de investimento	4.2	5 954 968,16	1 534 489,48
Investimentos em curso	4.3	4 253 027,19	497 160,54
Ativos Intangíveis	5	512 125,75	
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	11.1	5 934 526,45	5 148 171,45
Outros investimentos financeiros	11.2.1	330 973,44	891 407,87
Depósitos bancários	16.2.1	370 522,91	754 846,59
Outros instrumentos financeiros	11.2.2	10 676 700,10	14 625 201,80
		32 800 685,98	29 008 714,48
Ativo corrente			
Inventários	7	54 674,34	62 102,29
Clientes	16.2.2	14 405,34	25 819,74
Estado e outros entes públicos	16.2.7	392,30	392,30
Outras contas a receber	16.2.3	973 082,34	948 061,74
Diferimentos	16.2.4	47 354,82	22 739,95
Outros instrumentos financeiros	11.2.2	533 680,00	1 064 933,10
Caixa e depósitos bancários	16.2.1	2 996 218,70	4 953 064,83
Total do Ativo		37 420 493,82	36 085 828,43
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundo inicial	11.3.1	24 939,89	24 939,89
Resultados transitados	11.3.2	31 674 696,00	31 779 839,57
Ajustamentos em ativos financeiros	11.3.3	806 002,83	806 002,83
Excedentes de revalorização	11.3.4	1 218 187,34	1 218 187,34
Outras variações nos fundos patrimoniais	11.3.5	864 802,30	360 126,55
		34 588 628,36	34 189 096,18
Resultado líquido do período		835 933,19	(85 143,57)
Total do fundo de capital		35 424 561,55	34 103 952,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	353 704,24	388 317,05
		353 704,24	388 317,05
Passivo corrente			
Fornecedores	16.2.5	82 595,70	125 553,07
Pessoal	16.2.6	4 234,69	3 080,00
Estado e outros entes públicos	16.2.7	94 735,83	95 728,92
Outras contas a pagar	16.2.8	1 283 625,41	1 206 384,68
Diferimentos	16.2.4	177 036,40	162 812,10
		1 642 228,03	1 593 558,77
Total do Passivo		1 995 932,27	1 981 875,82
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		37 420 493,82	36 085 828,43


Leonor Nobre
Vice-Presidente


Fernando Nobre
Presidente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		Ano 2016	Ano 2015
Vendas e serviços prestados	8,1	3 636 412,23	3 325 845,70
Subsídios, doações e legados à exploração	8,2	4 303 353,56	3 878 994,66
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8,3	(26 482,78)	(2 082,50)
Fornecimentos e serviços externos	8,4	(5 319 007,59)	(4 770 674,37)
Gastos com o pessoal	8,5	(2 871 614,49)	(2 947 811,65)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	8,6	331 335,15	(17 303,33)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8,6	6 485,81	(6 361,85)
Imparidade de instrumentos financeiros (perdas/reversões)	8,6	4 297,21	(9 008,28)
Imparidade de investimentos financeiros (perdas/reversões)	8,6	7 310,84	(7 980,00)
Imparidade de propriedade de investimento (perdas/reversões)	8,6	(168 000,00)	38 000,00
Imparidade de ativos fixos tangíveis (perdas/reversões)	8,6		156 000,00
Provisões (aumentos/reduções)	9	34 612,81	(95 598,70)
Aumentos/reduções de justo valor	11,2,2	206 030,29	(183 543,78)
Outros rendimentos	8,7	1 230 116,34	899 506,18
Outros gastos	8,8	(424 308,43)	(686 687,75)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		950 540,95	(428 705,67)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	4,1 4,2 8,9	(528 081,03)	(184 257,35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		422 459,92	(612 963,02)
Juros e rendimentos similares obtidos	8,10	413 473,27	527 819,45
Resultado antes de impostos		835 933,19	(85 143,57)
Imposto sobre o rendimento do período	3,1,1 v)		
Resultado líquido do período		835 933,19	(85 143,57)


 Leonor Nobre
 Vice-Presidente


 Fernando Nobre
 Presidente

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

	Ano 2016	Ano 2015
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes e utentes	6 999 961,74	6 597 851,83
Pagamentos de subsídios		
Pagamentos de apoios		
Pagamento de bolsas		
Pagamento a Fornecedores	(4 353 567,28)	(4 181 750,01)
Pagamento ao Pessoal	(2 870 459,80)	(2 946 658,44)
Fluxo gerado pelas Atividades Operacionais	(224 065,34)	(530 556,62)
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos / pagamentos	(20 418,34)	(243 332,79)
	(244 483,68)	(773 889,41)
Atividades de Investimento		
Pagamentos de		
Ativos Fixos Tangíveis	(200 183,21)	(10 300,09)
Ativos Fixos Intangíveis		
Propriedades de Investimento	(3 819 466,36)	0,00
Investimentos Financeiros	(1 131 248,18)	(2 087 454,75)
Outros Ativos (Investimentos em Curso)	(3 755 866,65)	(80 187,54)
Recebimentos de		
Investimentos Financeiros	1 916 850,20	1 886 398,80
Subsídios ao Investimento		
Juros e Rendimentos similares	413 473,27	527 819,45
Fluxo gerado pelas Atividades de Investimento	(6 576 440,93)	236 275,87
Atividades de Financiamento		
Recebimentos de		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		(45 600,00)
Fluxo gerado pelas Atividades de Financiamento	0,00	(45 600,00)
Variação de Caixa e Equivalentes	(6 820 924,61)	(583 213,54)
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e Equivalentes no Início do Período	21 398 046,32	21 981 259,86
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	14 577 121,71	21 398 046,32
	(6 820 924,61)	(583 213,54)


Leonor Nobre
Vice-Presidente


Fernando Nobre
Presidente

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL - FUNDAÇÃO AMI

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

Descrição	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes Revalorização	Ajustamentos /outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período N-1	24 939,89			31 653 933,26	1 218 187,34	1 173 579,38	166 871,92	34 237 511,79
Alterações no Período								0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00
Alterações de políticas contábeis								0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00
Realização de excedentes de revalorização								0,00
Excedentes de revalorização								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				125 906,31		-7 450,00	-166 871,92	-48 415,61
Sub total	0,00	0,00	0,00	125 906,31	0,00	-7 450,00	-166 871,92	-48 415,61
Resultado Líquido do Período							-85 143,57	-85 143,57
Resultado Integral							-252 015,49	-252 015,49
Posição no final do Período de 2015								
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados								0,00
Distribuições								0,00
Outras operações								0,00
Sub total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período N-1	24 939,89	0,00	0,00	31 779 839,57	1 218 187,34	1 166 129,38	-85 143,57	34 103 952,61


 Leonor Nobre
 Vice-Presidente


 Fernando Nobre
 Presidente

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL - FUNDAÇÃO AMI

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO (2016)

Unidade Monetária: Euros

Descrição	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes Revalorização	Ajustamentos /outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período N-1	24 939,89	0,00	0,00	31 779 839,57	1 218 187,34	1 166 129,38	-85 143,57	34 103 952,61
Alterações no Período								0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00
Realização de excedentes de revalorização								0,00
Excedentes de revalorização								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-105 143,57		-314 726,25	85 143,57	-334 726,25
Sub total	0,00	0,00	0,00	-105 143,57	0,00	-314 726,2	85 143,57	-334 726,25
Resultado Líquido do Período							835 933,19	835 933,19
Resultado Integral							921 076,76	921 076,76
Posição no final do Período de 2015								0,00
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados						819 402,00		819 402,00
Distribuições								0,00
Outras operações								0,00
Sub total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	819 402,00	0,00	819 402,00
Posição no Fim do Período N	24 939,89	0,00	0,00	31 674 696,00	1 218 187,34	1 670 805,13	835 933,19	35 424 561,55


Leonor Nobre
Vice-Presidente


Fernando Nobre
Presidente



4.3 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação de Assistência Médica Internacional – FUNDAÇÃO AMI – adiante designada por AMI é uma instituição de utilidade pública (NIPC 502744910), fundada em 05 de dezembro de 1984. A AMI é uma Organização Não Governamental (ONG) portuguesa, privada, independente, apolítica e sem fins lucrativos que tem como objetivos lutar contra a pobreza, a exclusão social, o subdesenvolvimento, a fome e as sequelas da guerra, em qualquer parte do Mundo; tem como atividade principal a prestação de ajuda humanitária quer em território nacional, quer em largas parcelas do resto do Mundo. **A AMI tem sede na Rua José do Patrocinio, 49 1959-003 LISBOA.**

Constituem receitas da AMI donativos em dinheiro e em espécie efetuados por empresas e particulares, financiamentos públicos e particulares como contrapartida de atividades suportadas pela AMI e rendimentos provenientes de investimentos imobiliários, financeiros e de outras iniciativas. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Fundação em reunião de 21 de março de 2017. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. Todos os valores apresentados são expressos em euros.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com o Decreto Lei nº 98/2015 de 2 de junho que transpõe para a ordem Jurídica Interna a Diretiva nº 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 que inclui as normas contabilísticas e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, os Modelos de Demonstrações Financeiras constantes do artigo 4º da portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

Sempre que o ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros e foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade das operações e em conformidade com o regime de acréscimos, tendo em conta as seguintes características qualitativas: compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna,

da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

3 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 - Principais políticas contabilísticas

a) As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, com exceção da rubrica de Instrumentos Financeiros detidos para Negociação, a qual se encontra reconhecida ao justo valor e da rubrica de Participações Financeiras que se encontra avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

Dado que em 2016 a Administração optou por uma alteração da política de aplicação dos recursos financeiros disponíveis, optando por incrementar o investimento em propriedades de investimento, diminuindo as aplicações no mercado financeiro, por razões de segurança e rendibilidade, foi decidido efetuar a avaliação económica por entidade independente do conjunto das propriedades (de investimento e operacionais) que constituem o património da Fundação (cerca de 40% do total do Ativo). O resultado global da avaliação foi superior ao valor contabilístico em cerca de 1,38 % (€ 208,000), embora no que se refere apenas às propriedades de investimento exista uma diferença negativa de valorização da ordem 2,3% (€ 226,000).

No final do exercício de 2016 foi reforçada a imparidade de propriedades de investimento constituída em anos anteriores em €168,000 (cento e sessenta e oito mil euros) e que foi reconhecido como custo no exercício de 2016, de modo a que o seu valor final corresponda ao diferencial assinalado no parágrafo anterior.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos pontos seguintes. A aplicação destas políticas foi efetuada de forma consistente nos períodos comparativos.

3.1.1 - Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis afetos à atividade operacional.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, deduzido das respetivas amortizações.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e do seu eventual valor residual e registadas por con-

trapartida na rubrica "Amortizações e Depreciações" da Demonstração de Resultados.

As taxas anuais de amortizações utilizadas foram as seguintes, por percentagem:

Edifícios e outras construções	2
Equipamento básico	10 – 20
Equipamento de transporte	25 – 50
Ferramentas e utensílios	25 – 12,25
Equipamento administrativo	10 – 33,33
Bens em estado de uso	50

Na data da transição para as NCRF, a Fundação AML decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era comparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7. Os Imóveis adquiridos até 31 de dezembro de 1999 foram reavaliados com base em avaliação económica efetuada por entidade credível e independente, de acordo com as disposições legais em vigor, e o valor da respetiva Reserva de Reavaliação consta dos fundos Patrimoniais da Fundação.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa

da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registrados como gasto do período em que são suportados.

b) Ativos Fixos tangíveis afetos a propriedades de investimento

Também os ativos fixos tangíveis afetos a propriedades de investimento se encontram registrados ao custo de aquisição e/ou doação que compreende o seu preço de compra, incluindo os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar este bem em condições de ser colocado no mercado para rentabilização, deduzido das respectivas amortizações.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e do seu eventual valor residual e registradas por contrapartida na rubrica "Amortizações e Depreciações" da Demonstração de Resultados.

As taxas anuais de amortizações utilizadas foram as seguintes, por percentagem:

Edifícios e outras construções	2
--------------------------------	---

c) Investimentos em curso

O valor destes ativos é constituído pelos sucessivos gastos de aquisição, construção e outros necessários para a entrada em funcionamento dos equipamentos. Quando se encontrarem concluídos serão transferidos para Ativos Fixos Tangíveis ou para Propriedades de Investimento.

d) Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial

As participações financeiras em associadas ou participadas são registadas pelo método de equivalência patrimonial. Consideram-se como associadas empresas em que a Fundação AMI detém uma participação superior a 20% exercendo dessa forma uma influência significativa nas suas atividades; consideram-se como participadas quando a participação é inferior a 20%.

e) Outros investimentos financeiros

Outros investimentos financeiros da Fundação AMI sem reconhecimento oficial em mercados normalizados (arte e filatelia) são valorizados ao custo de aquisição e/ou de doação diminuído de imparidades eventualmente verificadas.

f) Depósitos a Prazo

Estes meios monetários estão contratualizados por períodos superiores a um ano e encontram-se valorizados pelo montante imobilizado, assumindo-se que a remuneração a obter será igual ou superior ao valor de desconto deste ativo.

g) Instrumentos financeiros detidos para negociação

Desde sempre a Fundação AMI utilizou como critério de valorização o valor atual do instrumento financeiro à data de Balanço, valor esse indicado pela entidade gestora do instrumento. Valorizações positivas ou negativas ocorridas durante o exercício são reconhecidas como ganhos ou perdas de justo valor

h) Imparidades de Ativos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração das circunstâncias que identifiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperável, é efetuada uma avaliação da imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada conjunto de ativos, com especial relevo nos ativos fixos tangíveis (quer os afetos à atividade operacional, quer os afetos a propriedades de investimento) onde é avaliado e comparado o "portfólio" do conjunto de bens existentes.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos e de dificuldades financeiras conhecidas nos devedores.

As perdas por imparidade nos inventários são registadas tendo em atenção que a sua origem (no caso de inventários doados à Fundação), quer o seu destino (o uso em missões nacionais e internacionais); nestas condições considera-se que o valor de mercado é nulo, pelo que o valor da imparidade iguala o valor daqueles ativos. Nos restantes inventários apenas se registam imparidades quando o valor previsto de realização é inferior ao do custo registado e por aquela diferença.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

i) Inventários

Os inventários da Fundação AMI dividem-se nos seguintes três grupos:

a) Inventários destinados a comercialização que são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, tais como, as despesas de transporte.

b) Inventários destinados às missões nacionais e internacionais, oriundos de doações e reconhecidos pelo valor atribuído a essas doações; tal como referido na alínea i) anterior considera-se nulo o seu valor de mercado pelo que se regista a correspondente imparidade.

c) Inventários destinados às missões de emergência em epidemia de cólera na Guiné-Bissau, o qual inclui as despesas adicionais de compra, tais como as despesas de transporte e desalfandegamento.

Para qualquer dos três grupos acima referidos o método utilizado no custeio das saídas é o custo médio ponderado e, no caso dos inventários destinados às missões nacionais e internacionais, a respetiva reversão da imparidade.

j) Clientes e outras contas a receber

As vendas e outras operações são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a créditos de curto prazo e não incluem juros debitados.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

k) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de um ano e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos". Esta conta inclui todas as rubricas que tenham liquidez imediata e cujo valor presente seja igual ao valor nominal.

Moeda Funcional e Transações em Moeda Estrangeira – A moeda funcional adotada pela Fundação é o euro. Esta escolha é determinada pelo domínio quase exclusivo das transações em Euros e reforçada pelo facto de a moeda de relato ser também o Euro. As transações expressas em moeda estrangeira são convertidas em Euros utilizando taxas de câmbio que se verificaram no momento da troca de moeda ou que se aproximam das taxas oficiais vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às paridades vigentes nessa data, integram os resultados correntes do exercício.

l) Classificação dos fundos patrimoniais ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

n) Fornecedores

e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas de curto prazo, para os quais o efeito do desconto é imaterial.

o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela

ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

p) Rédito e especialização dos exercícios

Os ganhos decorrentes das vendas e prestações de serviços são reconhe-

cidos na demonstração de resultados do período em que ocorrem e os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Estes valores são reconhecidos líquidos de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os subsídios à exploração correspondem essencialmente a donativos de pessoas singulares ou coletivas e subsídios de Entidades Públicas Nacionais ou Internacionais, que se destinam a financiar parcialmente a atividade da Fundação; são reconhecidos com crédito no momento do seu recebimento, ou quando existe a forte probabilidade de tal ocorrer em momento futuro.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "outras contas a pagar ou a receber".

Os rendimentos e gastos são registados independentemente do momento do recebimento e do pagamento, respetivamente.

Quando os recebimentos ou os pagamentos acontecem antes dos rendimentos e gastos há lugar ao registo de Diferimentos, Passivos ou Ativos, respetivamente. Se os recebimentos e os pagamentos antecipados não estiverem afetos a uma transação específica, então não deverão ser considerados como diferimentos mas sim como adiantamentos de devedores ou a credores.

q) Recebimento da consignação de 0,5% de IRS

De acordo com a Lei nº 16/2001 os contribuintes podem livremente dispor de 0,5 % do seu IRS, atribuindo-o a instituições que se tenham candidatado a essa consignação. Desde o primeiro momento em que tal foi possível a Fundação AMI tem-se candidatado a esta consignação.

Dada a incerteza que envolve a generosidade dos contribuintes e o número de instituições que se candidatam aquela consignação – a partir do ano de 2011 o número de candidatos foi multiplicado por nove – a AMI decidiu apenas considerar como proveito de consignação de 0,5 % IRS no momento do seu efetivo recebimento.

Os valores recebidos durante os exercícios de 2015 e de 2016, respeitam respetivamente ao IRS referente aos rendimentos auferidos em 2013 e 2014 e de que os contribuintes fazem as declarações em 2014 e 2015.

Foram considerados como rendimentos dos exercícios de 2015 e de 2016 €239.750,24 (duzentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta euros e vinte e quatro centavos) e €142.287,21 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta e sete euros e vinte e um centavos) respetivamente, dado que a Fundação entende que estes valores se destinam a financiar a sua atividade corrente.

Igualmente para financiar a atividade corrente se consideraram os recebimentos em 2016 e 2015 de €17.749,59 (dezassete mil, setecentos e quarenta e nove euros e cinquenta e nove centavos) e de € 13.185,01 (treze mil, cento e oitenta e cinco euros e um centavo) resultantes da doação do IVA suportado pelos contribuintes e passível de ser deduzido em IRS que estes decidiram doar à Fundação AMI juntamente com os 0,5% referidos nos parágrafos anteriores.

A Autoridade Tributária e Aduaneira ainda não transferiu o valor da consignação do IRS ou do IVA de 2015. No entanto, a Fundação AMI manterá a política contabilística, pelo que aqueles valores serão reconhecidos como rendimento no exercício de 2017 dado que se destinam a financiar a atividade daquele exercício.

r) Testamentos

A AMI tem recebido ao longo dos anos heranças em dinheiro, ativos financeiros e ativos imobiliários que a generosidade dos testamenteiros lhe resolve atribuir.

s) Obras de arte

A Fundação AMI recebe a título de donativo, obras de arte (pinturas, esculturas) que a generosidade dos artistas lhe atribui. Estas estão consideradas no ativo da AMI como Outros Investimentos Financeiros – ver nota 11.2.1 deste Anexo – e se se perspetivar que o valor contabilístico é inferior ao do mercado, é registada a imparidade correspondente.

t) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais.

u) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Fundação adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no

seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Análises de imparidade, nomeadamente de participações financeiras, investimentos financeiros, contas a receber, inventários;
- Provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na expectativa de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por esse motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das

demonstrações financeiras são descritas nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

v) Imposto sobre o Rendimento

A Fundação AMI encontra-se isenta de IRC (Despacho da Direção Geral de Contribuições e Impostos de 17 de fevereiro de 1994, publicado no Diário da República III Série nº 101 de 2 de maio de 1994) pelo que não há lugar a gasto com imposto sobre o rendimento quer corrente quer diferido, para além das tributações autónomas apuradas no âmbito da legislação fiscal.



4 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**4.1 - Ativos fixos tangíveis afetos à atividade operacional**

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:

Ativo Bruto	Terrenos	Ed. Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equip. Administr.	Outros At. Fixos Tang.	Total Ativos Fixos Tangíveis
Sd inicial em 01/01/2016	974 247,64	6 259 074,49	291 057,26	266 346,65	476 662,98	119 877,94	8 387 266,96
Aumentos	25 000,00	75 000,00	19 534,60	11 685,00	68 963,61	0,00	200 183,21
Transferências/Abates	-131 312,66	-830 152,30					-961 464,96
Reversão imparidades							0,00
Sd final em 31/12/2016	867 934,98	5 503 922,19	310 591,86	278 031,65	545 626,59	119 877,94	7 625 985,21

Amortizações acumuladas	Terrenos	Ed. Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equip. Administr.	Outros At. Fixos Tang.	Total Ativos Fixos Tangíveis
Sd inicial em 01/01/2016	0,00	1 709 167,85	283 866,39	244 852,21	472 065,82	119 877,94	2 829 830,21
Aumentos		123 353,90	7 762,38	243,44	22 636,24	0,00	153 995,96
Transferências/Abates		-125 682,94					-125 682,94
Sd final em 31/12/2016	0,00	1 706 838,81	291 628,77	245 095,65	494 702,06	119 877,94	2 858 143,23

Ativo líquido	Terrenos	Ed. Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equip. Administr.	Outros At. Fixos Tang.	Total Ativos Fixos Tangíveis
Sd inicial em 01/01/2016	974 247,64	4 549 906,64	7 190,87	21 494,44	4 597,16	0,00	5 557 436,75
Sd final em 31/12/2016	867 934,98	3 797 083,38	18 963,09	32 936,00	50 924,53	0,00	4 767 841,98

O edifício sito na Rua Fernandes Tomás 1 a 11 em Coimbra e o edifício da Rua de Santa Clara, 178-180 em Ponta Delgada, o primeiro em remodelação e o segundo, antiga Residência Social de

S. Miguel, foram transferidos de propriedade operacional para propriedade de investimento, atendendo ao fim para o qual vão ser utilizados em 2017.

Nesta rubrica também se encontra registado um terreno sito na freguesia de S. Domingos de Rana, concelho de Cascais, que se destina à construção da futura sede da AMI.

Em 2016 foi decidido elaborar um projeto que, além do edifício sede, contemple edifícios que se destinem a creche, residências assistidas, cuidados continuados e que permitam ajudar a solucionar algumas das carências do concelho de Cascais. O projeto irá ser submetido à Câmara Municipal de Cascais no final do primeiro trimestre de 2017.

4.2 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS AFETOS A PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o detalhe dos ativos fixos tangíveis afetos a Propriedades de Investimento, respetivas amortizações e imparidades era o seguinte:

Rubricas	Ativo Bruto			Amortizações			Ativo Líquido
	Terrenos	Ed. Outras Construç.	Total	Terrenos	Ed. Outras Construç.	Total	Total
Sd bruto em 31/12/2015	480 079,39	1 438 077,23	1 918 156,62	0,00	325 667,14	325 667,14	1 592 489,48
Imparidades		58 000,00	-58 000,00				-58 000,00
Sd líquido em 31/12/2015			1 860 156,62				1 534 489,48
Aumentos	1 081 517,86	3 699 413,46	4 780 931,32		192 452,64	192 452,64	4 588 478,68
Imparidades		-168 000,00	-168 000,00				-168 000,00
Sd final em 31/12/2016	1 561 597,25	4 911 490,69	6 473 087,94	0,00	518 119,78	518 119,78	5 954 968,16

Tal como referido no ponto 3.1 e como resultado da avaliação económica independente de todo o património edificado da Fundação AMI foi decidido reforçar as imparidades desta rubrica, tal como indicado no quadro acima, de modo a fazer corresponder o valor contabilístico ao valor da avaliação.

4.3 - INVESTIMENTOS EM CURSO

A composição desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
Imóvel Restauradores	3 002 565,76	
Imóvel Monte do Estoril	568 154,76	
Obras Coimbra - Almedina	138 190,67	80 187,54
Nova Sede	544 116,00	416 973,00
Total	4 253 027,19	497 160,54

No ano de 2016 e no seguimento da política de afetação de excedentes financeiros referida no ponto 3.1 foram adquiridos como propriedades de investimento dois imóveis (na Praça dos Restauradores em Lisboa e no centro do Monte Estoril, concelho de Cascais) que estão registados nesta rubrica, dado estarem em curso obras de melhoramento e adaptação.

5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 o detalhe dos ativos intangíveis e respetivas amortizações era o seguinte:

Rubricas	Ativo Bruto		Amortizações		Ativo Líquido
	Programas Informáticos	Total	Programas Informáticos	Total	Total
Sd final em 31/12/2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos	819 402,00	819 402,00	307 276,25	307 276,25	512 125,75
Reversões/ imparidade				0,00	0,00
Sd final em 31/12/2016	819 402,00	819 402,00	307 276,25	307 276,25	512 125,75

Esteve na origem deste ativo a doação em 2016 por parte da Microsoft do licenciamento integral do parque informático da Fundação por um período de dois anos e que será depreciado no mesmo período

6 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A Fundação AMI não contraiu empréstimos.

7 - INVENTÁRIOS

Os inventários são constituídos por 3 grupos, todos valorizados ao custo médio de entrada:

- Mercadorias que se destinam a comercialização;
- Medicamento para fazer face a potenciais missões de emergência de epidemia de cólera na Guiné-Bissau;
- Mercadorias que se destinam às missões nacionais e internacionais e que são provenientes de doações.

No que se refere a estas últimas e dada a sua origem (de doações) e o fim a que se destinam (as nossas missões) considera-se nulo o seu valor de mercado, pelo que se optou pelo registo de imparidade para que o valor daquele ativo seja nulo.

No que às segundas diz respeito foi registada em 2015 uma imparidade parcial dado o prazo de validade destes medicamentos se aproximar do seu termo – início de 2016, tendo o restante sido utilizado no decurso deste último exercício.

Para os primeiros foi constituída em 2015 e reforçada em 2016 imparidade que reflete o risco de não venda por parte de alguns dos bens que compõem o inventário.

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
Mercadorias para venda	119 740,02	117 323,75
Perdas por imparidade Acum	-65 065,68	-55 221,46
Medicamentos Guiné-Bissau	0,00	2 142,09
Mercadorias para missões	91 398,02	430 435,30
Perdas por imparidade Acum	-91 398,02	-432 577,39
Total	54 674,34	62 102,29

8 - RENDIMENTOS E GASTOS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito encontram-se referidas no ponto 3.1 alíneas p), q) e r).

O detalhe de algumas das rubricas de Rendimentos e Gastos encontra-se descrito nos pontos seguintes:

8.1. - Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados realizadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são unicamente suporte à atividade principal da Fundação.

Vendas e serviços prestados	2016	2015
Vendas (artigos diversos)	108 196,44	48 788,15
P. Serviços - Ação Social	105 378,56	107 092,45
P. Serviços - Cartão Saúde	3 314 888,75	3 097 086,30
P. Serviços - Outros	107 948,48	72 878,80
Total	3 636 412,23	3 325 845,70

8.2 - Subsídios, doações e legados à exploração

Nesta rubrica são considerados todos os subsídios e donativos recebidos quer em meios monetários quer em espécie, por pessoas coletivas públicas ou privadas e por pessoas singulares, nacionais ou estrangeiras, destinados a financiar uma ação específica da Fundação ou o conjunto das suas atividades.

A sua composição, por rubricas principais, consta do quadro seguinte:

Subsídios, doações e legados à exploração	2016	2015
Subsídios públicos nacionais	2 149 019,26	2 208 868,69
Subsídios públicos internacionais	203 298,23	203 557,59
Subsídios outras entidades	26 856,00	34 476,19
Doações e heranças	863 205,32	637 659,98
0,5 % decl anual IRS + IVA deduzido em IRS	257 499,83	155 472,22
Mallings	78 013,96	54 490,90
Donativos em espécie	725 460,96	584 469,09
Total	4 303 353,56	3 878 994,66

8.3 - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e consumidas nos exercícios de 2016 e 2015 foi determinado como segue:

Custo mercadorias vendidas mat. consum.	2016	2015
Existências iniciais	549 901,14	542 302,45
Entradas	35 365,83	11 201,40
Regularização existências	-359 328,58	-1 520,21
Existências finais	199 455,61	549 901,14
Total	26 482,78	2 082,50

8.4 - Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o detalhe dos fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2016	2015
Fornec. Serv. relacionados c/ cartão de saúde	2 348 774,88	2 257 907,11
Fornecimento refeições equip sociais	495 473,22	505 921,18
Deslocações estadas	344 649,57	345 770,44
Donativos em espécie	846 511,12	549 230,40
Fornecimentos serviços diversos	1 283 598,80	1 111 845,24
Total	5 319 007,59	4 770 674,37

GASTOS COM PESSOAL

8.5 - Gastos com pessoal

A decomposição dos gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é apresentada no quadro ao lado.

Gastos com pessoal	2016	2015
Remunerações do pessoal	2 164 918,98	2 222 723,34
Encargos sobre remunerações	430 874,82	427 468,78
Remunerações nas missões internacionais	120 737,87	125 335,51
Seguros	87 846,50	90 447,95
Outros gastos com pessoal	67 236,32	81 836,07
Total	2 871 614,49	2 947 811,65

8.6 - Imparidades (perdas/reversões)

A evolução destas rubricas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, divididas por tipo de imparidades, consta dos quadros abaixo:

De inventários	Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Reversões	Gasto/Rend.	Saldo Final
Ano 2015						
Mercadorias	470 495,52	18 618,86		1 315,53	17 303,33	487 798,85
Ano 2016						
Mercadorias	487 798,85	14 132,64		345 467,79	-331 335,15	156 463,70

De dívidas a receber	Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Reversões	Gasto/Rend.	Saldo Final
Ano 2015						
Clientes	12 043,10			2 260,60	-2 260,60	9 782,50
Outras div. terceiros	161 244,21	8 622,45			8 622,45	169 866,66
Total	173 287,31	8 622,45		2 260,60	6 361,85	179 649,16
Ano 2016						
Clientes	9 782,50				0,00	9 782,50
Outras div. terceiros	169 866,66	2 242,25		8 728,06	-6 485,81	163 380,85
Total	179 649,16	2 242,25		8 728,06	-6 485,81	173 163,35

De Instru. financ.	Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Reversões	Gasto/Rend.	Saldo Final
Ano 2015						
Ajustamento BPP	96 126,94			8 503,89	-8 503,89	87 623,05
Ajust. Liminorke	557 304,60	28 826,10			28 826,10	586 130,70
Ajust.Kendal II	19 095,88			11 313,93	-11 313,93	7 781,95
Total	672 527,42	28 826,10	0,00	19 817,82	9 008,28	681 535,70
Ano 2016						
Ajustamento BPP	87 623,05				0,00	87 623,05
Ajust. Liminorke	586 130,70			9 608,70	-9 608,70	576 522,00
Ajust.Kendal II	7 781,95	5 311,49			5 311,49	13 093,44
Total	681 535,70	5 311,49	0,00	9 608,70	-4 297,21	677 238,49
De invest.financ.	Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Reversões	Gasto/Rend.	Saldo Final
Ano 2015						
Inv. Financ. Obras arte	121 901,59	7 980,00			7 980,00	129 881,59
Inv. Financ. V. Filatelicos	344 738,17				0,00	344 738,17
Empresas Associadas	88 750,00		88 750,00		0,00	0,00
Total	555 389,76	7 980,00	88 750,00	0,00	7 980,00	474 619,76
Ano 2016						
Inv. Financ. Obras arte	129 881,59	8 201,70			8 201,70	138 083,29
Inv. Financ. V. Filatelicos	344 738,17			15 512,54	-15 512,54	329 225,63
Empresas Associadas	0,00					0,00
Total	474 619,76	8 201,70	0,00	15 512,54	-7 310,84	467 308,92
De Propriedades de Investimento	Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Reversões	Gasto/Rend.	Saldo Final
Ano 2015						
Propried. Investimento	96 000,00			38 000,00	-38 000,00	58 000,00
Total	96 000,00	0,00	0,00	38 000,00	-38 000,00	58 000,00
Ano 2016						
Propried. Investimento	58 000,00	168 000,00			168 000,00	226 000,00
Total	58 000,00	168 000,00		0,00	168 000,00	226 000,00
De Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Reversões	Gasto/Rend.	Saldo Final
Ano 2015						
Ativos fixos tangíveis	156 000,00			156 000,00	-156 000,00	0,00
Total	156 000,00	0,00	0,00	156 000,00	-156 000,00	0,00
Ano 2016						
Ativos fixos tangíveis					0,00	0,00
Total	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00

Outros rendimentos	2016	2015
Rendimentos suplementares	15 235,16	27 177,96
Aplicação método equivalência patrimonial	891 567,46	720 628,84
Alienações não financeiras		
Diferenças câmbio favoráveis	30 190,97	11 491,45
Rendas	277 887,69	119 560,00
Outros rendimentos e ganhos	15 235,06	20 647,93
Total	1 230 116,34	899 506,18

8.7 - Outros rendimentos

Entre outros são considerados nesta rubrica o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial às empresas associadas e participadas.

Outros gastos	2016	2015
Impostos	9 616,83	4 159,50
Subsídios a Pipol	211 752,82	343 281,56
Outros subsídios/Prémios	45 706,59	17 581,20
Diferenças câmbio desfavoráveis	99 990,79	147 818,98
Aplicação método equival patrimonial		5 474,40
Cobertura prejuízos associadas	1 281,13	45 701,00
Tributação autónoma	29 488,84	28 797,28
Roubo	7 879,28	18 500,00
Outros gastos e perdas	18 592,15	75 373,83
Total	424 308,43	686 687,75

8.8 - Outros gastos

Gastos/reversões deprec amortiz.	2016	2015
Ativos fixos tangíveis	154 035,08	155 495,85
Ativos fixos intangíveis	307 276,25	
Propriedades de investimento	66 769,70	28 761,50
Total	528 081,03	184 257,35

8.9 - Gastos/reversões de depreciação e amortização

Juros e out rend similares obtidos	2016	2015
De depósitos	47 413,14	77 274,52
De outras aplicaç meios financeiros	353 208,56	444 777,32
Dividendos obtidos	12 851,57	5 767,61
Total	413 473,27	527 819,45

8.10 - Juros e rendimentos similares obtidos

Outros gastos	Sd Inicial	Aumento	Utilização	Reversões	Gasto/Rend.	Sd final
Ano 2015						
Cartão de Saúde AMI	292 718,35	97 263,70		1 665,00	95 598,70	388 317,05
Emergeit, Lda	85 200,00		85 200,00		0,00	0,00
Total	377 918,35	97 263,70	85 200,00	1 665,00	95 598,70	388 317,05
Ano 2016						
Cartão de Saúde AMI	388 317,05			34 612,81	-34 612,81	353 704,24
Emergeit, Lda					0,00	0,00
Total	388 317,05	0,00	0,00	34 612,81	-34 612,81	353 704,24

9 - PROVISÕES (PERDAS/REVERSÕES)

Existem dois tipos de provisões:

- Provisão para Cartão Saúde AMI que se destina a fazer face a um potencial súbito encerramento da atividade do cartão de saúde, resultante de inesperado encerramento da empresa que assegura a sua gestão comercial e administrativa.
- Provisão para fazer face ao dispêndio que a Fundação incorreu com a dissolução da sociedade EMERGE IT Lda., provisão criada no exercício de 2014 e utilizado no exercício de 2015, dado que a sociedade foi liquidada e dissolvida em 28 de dezembro de 2015. A sua evolução nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 encontra-se detalhada no quadro acima.

tratação, ou de pequenos donativos de outros organismos públicos.

No que se refere às entidades públicas internacionais, os financiamentos dizem respeito a financiamento de projetos de intervenção humanitária na República da Guiné Bissau (UNICEF) e de um projeto de investigação sobre reconstrução após catástrofe (UE).

Os restantes donativos recebidos também são considerados como proveitos do exercício (cfr nota 8.2) e provenientes de doadores individuais e coletivos. No ano de 2016 merece especial referência o donativo recebido da Microsoft de licenças de software, considerado como ativo intangível e evidenciado na nota 5.

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Subsid e outros apoios de entid públicas	2016	2015
Subsídios públicos nacionais		
Inst. Solid. Segurança Social	1 834 708,28	1 810 717,90
Inst. Emprego Formaç. Profissional	132 936,07	179 321,77
Cam. Mun. Lisboa	142 099,11	134 412,00
Cam. Mun. Cascais	16 025,80	37 444,60
Outros organismos públicos	23 250,00	46 972,42
Total subs públicos nacionais	2 149 019,26	2 208 868,69
Subsídios públicos internacionais		
Unicef	203 298,23	186 649,54
UE		16 908,05
Total subs públicos internacionais	203 298,23	203 557,59

10 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Os apoios recebidos de entidades públicas nacionais resultam de contratos programas celebrados com as referidas entidades, de apoios à con-

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
- MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

**Pacaça Comércio de Artigos de Artesanato
e para Medicina, Lda.**

Sede	Rua José do Patrocínio, 49, 1959-003 Lisboa Concelho de Lisboa
Percentagem detida	99%
Resultado apurado	Lucro de € 5,579.41
Capitais Próprios	(53.885.33€)
Valor contabilístico	1,00€

Hospital Particular do Algarve, S.A.

Sede	Cruz da Bota, Alvor Concelho de Portimão
Percentagem detida	20,94%
Resultado apurado (2015)	Lucro de 3.873.232,21€
Capitais Próprios (2015)	24.932.635,62€
Valor contabilístico (2015)	5.220.823,90€
Resultado estimado (2016)	Lucro de 3.650.000,00€
Cap. Próprios estimados (2016)	28.074.710,00€
Valor contabilístico (2016)	5.878.844,09€

Hotel Salus, S.A.

Sede	Cruz da Bota, Alvor Concelho de Portimão
Percentagem detida	2,5%
Resultado (2015)	Prejuízo de 1.600,00€
Capitais Próprios (2015)	2.224.192,29€
Valor contabilístico (2015)	55.681,36€

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Tendo em vista obter a melhor rentabilidade dos seus recursos financeiros, sem nunca descurar o minorar de risco associado aos investimentos financeiros, a Fundação AMI optou desde sempre por diversificar as suas aplicações.

Nos pontos seguintes descrevem-se os principais tipos de investimento:

**11.1 - Participações financeiras
- método de equivalência
patrimonial**

A Fundação AMI, à data de 31.12.2016 tem participações financeiras valorizadas pelo método da equivalência patrimonial nas seguintes entidades:

**11.2 - Outros investimentos e
instrumentos financeiros**

**11.2.1 - Outros investimentos
financeiros**

Dada a natureza diversificada deste tipo de investimentos, são observados diferentes critérios de valorização.

a) Obras de arte

A Fundação AMI recebe a título de donativo, obras de arte (pinturas, esculturas) que a generosidade dos artistas lhe atribui; se se perspetivar que o valor contabilístico é inferior ao do mercado, é registada a imparidade correspondente.

b) Valores filatélicos

De salientar que os investimentos em Filatelia, com valor de mercado 0 reconhecido desde o final de 2006, tem uma probabilidade de recuperação parcial que só será reconhecida no momento da sua concretização. No exercício de 2016 a

Fundação AMI foi ressarcida de 5% do seu investimento, €15,512.54 (quinze mil, quinhentos e doze euros e cinquenta e quatro centimos), conseguindo até ao momento recuperar 10% do investimento inicial.

c) Gold Trust

A Administração decidiu terminar o investimento em ouro "Gold Trust" iniciado em 2012, investimento que se encontrava valorizado ao valor de mercado decorrente da cotação do metal à data de 31 de dezembro de cada ano.

11.2.2 - Outros Instrumentos Financeiros

Outros Instrumentos Financeiros correspondem a aplicações efetuadas pela Fundação AMI – em ações, obrigações, e fundos de investimento – com o único objetivo de melhor rentabilizar ativos financeiros procurando minimizar o risco pela sua diversificação e maximizar o rendimento. A sua divisão entre Ativo Corrente e Ativo Não Corrente resulta do período contratualizado para a imobilização do investimento.

Desde sempre a Fundação AMI utilizou como critério de valorização o valor atual do instrumento financeiro à data de Balanço, valor esse indicado pela entidade gestora do instrumento. Valorizações positivas ou negativas ocorridas durante o exercício são reconhecidas como ganhos ou perdas de justo valor.

No quadro abaixo encontram-se registados os aumentos e/ou reduções do justo valor das aplicações financeiras da Fundação AMI – em ações, obrigações, fundos de investimento e investimentos financeiros (Gold Trust) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

GOLD TRUST

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o detalhe de outros investimentos financeiros era o seguinte:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
FRSS-F. Reestruturação Sect. Social	3 779,11	3 779,11
Gold Trust	0,00	579 571,73
Obras Arte (de doações)	460 277,62	432 938,62
Habitação	5 000,00	5 000,00
Filatelia	344 738,17	344 738,17
Total	813 794,90	1 366 027,63
Perdas p/imparidades acum.		
Prov. p/valores Filatelicos	-344 738,17	-344 738,17
Prov. p/obras de arte	-138 083,29	-129 881,59
Total	-482 821,46	-474 619,76
Total Líquido	330 973,44	891 407,87

OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Aumentos/reduções justo valor	2016	2015
Ganhos por aumento justo valor		
Obrig. e títulos de participação	328 149,90	123 496,48
Outras aplicações financeiras	900 860,98	1 621 213,61
Em Investimentos Financeiros		
Outras aplicações financeiras	108 267,59	159 200,88
Total	1 337 278,47	1 903 910,97
Perdas por redução justo valor		
Obrig. e títulos de participação	54 743,06	262 712,37
Outras aplicações financeiras	1 044 151,26	1 662 850,95
Em Investimentos Financeiros		
Outras aplicações financeiras	32 353,86	161 891,43
Total	1 131 248,18	2 087 454,75
Aumentos/Reduções justo valor	206 030,29	-183 543,78

11.3 - Fundos patrimoniais

11.3.1 - Fundo inicial

Corresponde ao valor inicial colocado pelo fundador no momento da constituição da Fundação AMI.

11.3.2 - Resultados Transitados

Dado a sua natureza e a vontade expressa quer pelo fundador, quer pela Administração, os excedentes económicos obtidos ao longo dos 32 anos de existência da Fundação foram sempre transferidos para esta conta.

11.3.3 - Ajustamentos em ativos financeiros

A decomposição desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (que decorre da transição POC/SNC) encontra-se detalhada no mapa seguinte:

11.3.4 - Excedentes de revalorização

A Fundação procedeu no exercício de 1999 à reavaliação dos terrenos e edifícios registados no seu imobilizado, com base em avaliação económica independente.

O valor dessa Reserva foi reclassificado na transição POC SNC nesta rubrica; o seu saldo detalhado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser consultado no quadro seguinte:

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
Ajustamentos anteriores a 01.01.2009		
HPA	-10 470,00	-10 470,00
Ajustamentos dec da transição POC SNC		
HPA	697 591,26	697 591,26
Correção de erros cometidos segundo as normas contabilísticas anteriores		
HPA	-32 159,46	-32 159,46
Reflexo de ajustamentos de ativos financeiros e Res. Trans. em associadas		
HPA	177 094,78	177 094,78
HPA (ano 2011)	-44 745,08	-44 745,08
Hotel Salus	18 691,33	18 691,33
Total	806 002,83	806 002,83

EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
Reav. económica à data de 31.12.1999		
Terrenos	183 978,05	183 978,05
Edifícios e outras construções	970 100,32	970 100,32
Correção de erros cometidos segundo as normas contabilísticas anteriores		
Valorização edifício Porta Amiga Cascais	53 882,72	53 882,72
Recuperação de veículo sinistrado	10 226,25	10 226,25
Total	1.218.187,34	1.218.187,34

11.3.5 - Outras variações nos fundos patrimoniais

A composição destas rubricas à data de 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão representadas no quadro abaixo:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
Ajustamentos decorrentes da transição POC/SNC e SNC/ESNL		
Subsídios ao investimento		
Subsídios ao investimento (valor acumulado)	322 626,55	330 076,55
Imputação quota parte ano	-7 450,00	-7 450,00
Sub Total	315 176,55	322 626,55
Doações		
Loja Penha França	37 500,00	37 500,00
Licenças Software (Microsoft)	819 402,00	
Imputação quota parte ano	-307 276,25	
Sub Total	549 625,75	37 500,00
Total outras variações fundos patrimoniais	864 802,30	360 126,55

11.4 - Ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor

Não existem, nem nunca existiram ativos financeiros dados como garantia ou penhor.

12 - BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

12.1 - Número médio de empregados

Durante o exercício de 2016 a Fundação AMI teve em média 161 empregados.

12.2 - Compromissos existentes em matéria de pensões

Não existem compromissos em matéria de pensões.

12.3 Relações com os órgãos de Administração, Direção de Supervisão

Não existem adiantamentos ou outros créditos ou débitos sobre os membros da Administração ou do Conselho Fiscal nem compromissos assumidos em seu nome.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não são remunerados; a seguir se detalha as remunerações da Direção Geral (3 elementos).

Rubricas	2016
Remunerações	164 004,55
Enc. s/remunerações	31 020,82
Total	195025,37

13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do Balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais.

16 - OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1 - Divulgação de operações com partes relacionadas

O volume de negócios com empresas relacionadas e participadas foi o seguinte:

Entida	Ano 2016	
	FUND AMI como cliente	FUND AMI como fornecedor
Pacaça Lda	105,61	19 200,00
Total	105,61	19 200,00

No final do exercício de 2016 os saldos das empresas associadas e subsidiárias com a Fundação AMI eram os seguintes:

Entidade	Ano 2016	
	sd devedor	sd credor
Pacaça Lda	94 715,02	
Total	94 715,02	0,00

16.2 - Outras divulgações relevantes

Para melhor compreensão das demonstrações financeiras da Fundação, considera-se útil divulgar as seguintes rubricas:

16.2.1 - Caixa e Depósitos bancários

A caixa e os depósitos bancários não têm qualquer restrição quanto à liqui-

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Não Corrente	370 522,91	754 846,59
Depósitos a Prazo	370 522,91	754 846,59
Ativo Corrente	2 996 491,59	4 953 064,83
Caixa	63 726,47	26 638,39
Depósitos à Ordem	1 858 443,90	2 012 549,67
Depósitos a Prazo	1 074 321,22	2 913 876,77

dez. A sua divisão entre Ativo Corrente e Ativo Não Corrente resulta do período contratualizado para a imobilização de depósitos a prazo (com imobilização superior a 1 ano é considerado Não Corrente).

Os saldos das diversas componentes de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso; no caso dos últimos a sua mobilização imediata não implica a perda de juros vencidos.

No Ativo Corrente estão incluídos saldos em moeda estrangeira como abaixo se indicam:

ATIVO CORRENTE

Rubricas	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor moeda Estrangeira	Câmbio	Valor Euros	Valor moeda Estrangeira	Câmbio	Valor Euros
Ativo Corrente						
Caixa						
Caixa USD	7 179,18	1,0464	6 813,11	9 516,60	1,0927	8 709,25
Caixa ECV	125,00	1106190	1,13	125,00	1106195	1,13
PCaixa Reais	102,75	3,4570	29,72	102,75	4,2670	24,08
Caixa Meticals	11 750,00	75,6016	155,42	11 750,00	51,5532	227,92
Depósitos à Ordem						
Rothschild USD	1 434,92	1,0521	1 363,86	106 031,86	1,0859	97 644,10
Rothschild GBP	178,35	0,8523	209,25	156 196,17	0,7368	211 984,60
Rothschild JPY	-388,00	123,1746	-3,15	0,00	0,0000	0,00
BPI Private USD	12 737,50	1,0541	12 083,77	0,00	0,0000	0,00
Finantia USD	150,00	1,0541	142,30	13 367,88	1,0887	12 278,75
Golden USD	4 840,99	1,0541	4 592,53	173,69	1,0888	159,53

16.2.2 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica Clientes apresentava saldos com as seguintes maturidades:

16.2.3 - Outras Contas a Receber

Os saldos desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 tem a composição constante do quadro abaixo, com base na maturidade dos seus saldos. Dada a forte probabilidade de não recebimento de algumas daquelas quantias foram reconhecidas as correspondentes imparidades.

16.2.4 - Diferimentos ativos e passivos

A composição destas rubricas à data de 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão representadas no quadro abaixo.

CLIENTES

Clientes	31/12/2016	31/12/2015
< a 180 dias	14 405,34	25 819,74
de 180 a 365 dias		
> a 365 dias	9 782,50	9 782,50
Perdas por imparidades acumuladas	-9 782,50	-9 782,50
Total	14 405,34	25 819,74

OUTRAS CONTAS A RECEBER

Outras Contas a Receber	31/12/2016	31/12/2015
< a 180 dias	973 082,34	948 061,74
de 180 a 365 dias		
> a 365 dias	163 380,85	169 866,66
Perdas por imparidade Acumuladas	-163 380,85	-169 866,66
Total	973 082,34	948 061,74

DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
Diferimentos ativos		
Subsídios p/missões	3 800,00	10 000,00
Seguros Diferidos	43 554,82	12 739,95
Total	47 354,82	22 739,95
Diferimentos passivos		
Fundo contra indiferença	8 581,25	8 581,25
Rendas	23 402,00	4 050,00
IEFP	3 791,61	14 267,92
Proj Internacionais	2 130,00	1 010,00
Unicef-Proj. Quinara	42 621,52	43 122,87
C.MLisboa BIP/ZIP PA Olaias	7 257,45	
Aventura Solidária	1 500,00	
Fundo Proj. Emergência	48 215,38	48 215,38
Fundo Emergência Madeira	5 764,07	
Fundo Desenvol. Prom.Social	9 793,87	17 961,68
Fundo Universitário AMI	19 200,00	15 200,00
Fundo Formação PA Chelas	4 779,25	10 403,00
Total	177 036,40	162 812,10

16.2.5 - Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 esta rubrica apresentava as seguintes maturidades:

Fornecedores	31/12/2016	31/12/2015
<a 30 dias	70 990,07	113 947,44
de 31 a 60 dias	0,00	0,00
de 61 a 90 dias	0,00	0,00
>a 91 dias	11 605,63	11 605,63
Total	82 595,70	125 553,07

16.2.6 - Pessoal

A composição desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está evidenciada no quadro abaixo; o valor a pagar aos voluntários expatriados em missões internacionais deriva das condições contratuais, dado que nos seus contratos está previsto que o pagamento seja efetuado no mês seguinte aquele em que se verificou a sua colaboração.

16.2.7 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o saldo desta rubrica consta do quadro ao lado, não existindo quaisquer valores em mora:

16.2.8 - Outras contas a pagar

Os saldos desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 tem a composição constante do seguinte quadro:

PESSOAL

Pessoal	31/12/2016	31/12/2015
Saldos Passivos		
Remunerações a pagar	4 234,69	3 080,00
Total	4 234,69	3 080,00

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Estado e outros entes públicos	31/12/2016	31/12/2015
Saldos Ativos		
Retenção Seg. Social	392,30	392,30
Total	392,30	392,30
Saldos Passivos		
Retenção de imposto s/ rendimento		
de trabalho dependente	15 455,10	17 296,00
de trabalho independente	395,30	105,13
sobretaxa IRS	53,00	69,00
Contribuições para segurança social	49 148,04	49 324,79
Outras Tributações		
Tributação Autónoma	29 488,84	28 797,28
Fundos Compensação do Trabalho		
FCT	180,88	126,48
FGCT	14,67	10,24
Total	94 735,83	95 728,92

OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras Contas a Pagar	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de investimento	516,59	11 878,10
Remunerações a liquidar	344 268,16	344 914,70
Acréscimos gastos cartão saúde	136 591,82	156 379,34
Gastos portas amigas	14 685,46	15 754,91
Outros fornec. serviços a liquidar	54 071,72	65 877,00
Cartão Saúde	726 699,66	611 580,63
Outros credores	6 792,00	0,00
Total	1 283 625,41	1 206 384,68



Leonor Nobre
Vice-Presidente



Fernando Nobre
Presidente

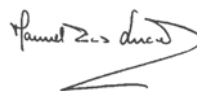


4.4 PARECER DO CONSELHO FISCAL


1. No cumprimento das disposições legais e estatutárias o Conselho Fiscal emite o seu Parecer sobre o Relatório, Balanço e Demonstração de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração, e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Acompanhámos durante o ano as atividades da Fundação bem como a evolução dos principais indicadores financeiros.
3. Constatámos que os Equipamentos Sociais da AMI, não tendo sido confrontados com a mesma pressão de anos anteriores, continuaram a ser procurados por inúmeros utentes que não conseguiram, por si só, satisfazer as suas necessidades básicas.
4. A AMI continuou a contar com o contributo dos principais financiadores bem como com a ajuda de inúmeros doadores individuais e empresas. Estes donativos, adicionados às receitas conseguidas com as diversas atividades desenvolvidas e com os resultados da gestão cuidada dos recursos financeiros e imobiliários, permitiram manter os apoios concedidos pela AMI quer em Portugal quer nos restantes países onde está presente.
5. Na sequência dos exames a que procedemos, e uma vez que o Balanço e Demonstração de Resultados refletem com rigor a situação financeira e patrimonial da Fundação, o Conselho Fiscal dá parecer positivo à aprovação das contas apresentadas pela Administração.

Lisboa, 21 de março de 2017

O Conselho Fiscal



Manuel Dias Lucas
(Presidente)

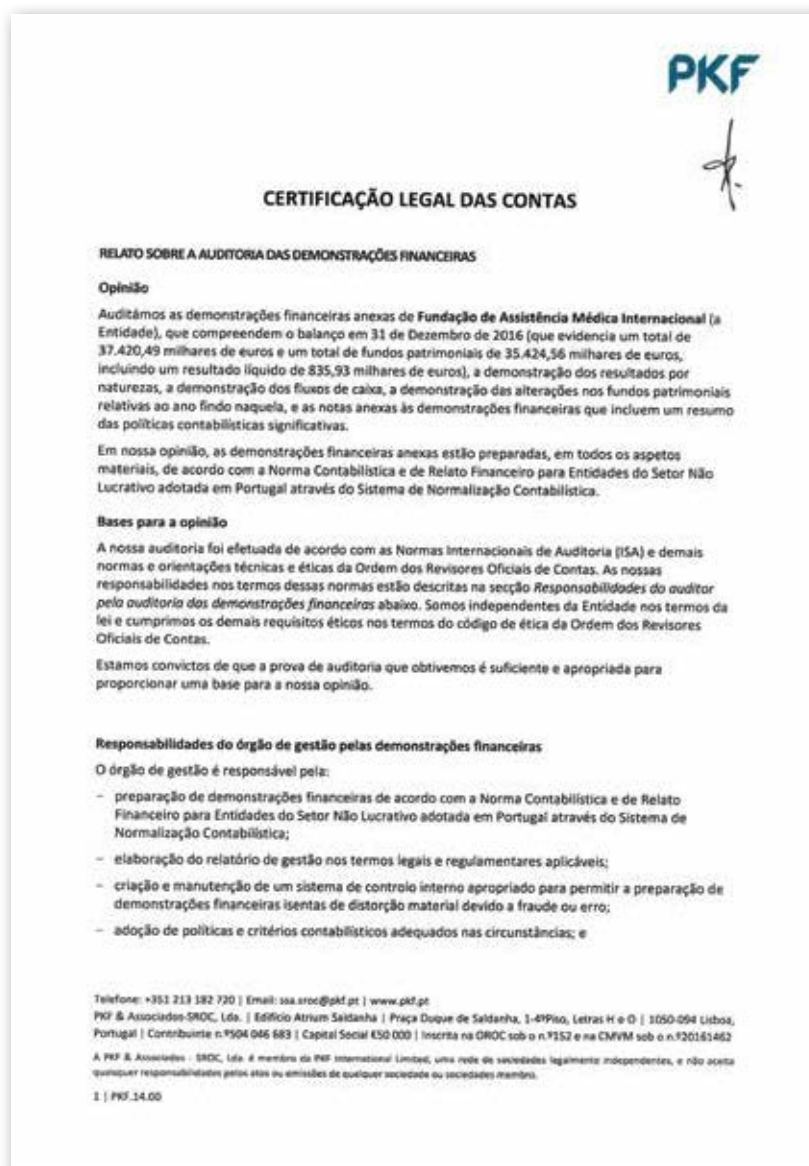


Feliciano Manuel Leitão Antunes



Tânia Cristina Lourenço Baptista Amado

4.5 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório anual.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório anual

Em nossa opinião, o relatório anual foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de Abril de 2017

PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Paulo Jorge Macedo Gamboa (ROC n.º 1068 / CMVM n.º 20160680)



“

EM TERMOS OPERACIONAIS, CONTINUAM A SER EIXOS PRIORITÁRIOS DA AMI, O COMBATE À POBREZA, AS MIGRAÇÕES E AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, ATRAVÉS DE PROJETOS ALINHADOS COM OS ODS E NUMA LÓGICA DE AGIR - MUDAR - INTEGRAR.

5

CAPÍTULO

PERSPETIVAS FUTURAS

5. PERSPETIVAS FUTURAS

Quando a AMI nasceu, em 1984, o sonho era grande e as dificuldades imensas, mas a AMI cresceu e os anos passaram a uma velocidade inacreditável...

E nada disto seria possível sem a coragem e o altruísmo de todos os voluntários que nos acompanham, sem o apoio fundamental de todos os nossos parceiros, públicos e privados, que acreditam no nosso trabalho, e sem a entrega de cada um dos colaboradores, que escolheram trabalhar em prol de um mundo melhor.

Em 2017, assinalaremos 30 anos de missões, tendo sido a primeira na Guiné-Bissau, em 1987. 30 anos a lutar contra a intolerância e contra a indiferença, 30 anos a acreditar num futuro diferente e melhor, 30 anos a cooperar pela construção de um mundo mais justo, 30 anos a agir, mudar e integrar.

No ano proclamado pela ONU como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, a AMI assinala também 10 anos do projeto Aventura Solidária (que arrancou em 2007, no Senegal). 10 anos a estimular o diálogo intercultural e a economia local, a promover a criação de emprego e a fixação das populações no Senegal, na Guiné-Bissau e no Brasil.

Mas a AMI pretende fazer mais. De acordo com a sua visão, continuará a desenvolver missões de ação social em Portugal e promover novas respostas de apoio à população mais vulne-

rável, adaptadas a uma realidade em constante mutação; manter a aposta no financiamento de projetos internacionais em parceria com organizações locais; continuar a desenvolver projetos de desenvolvimento com equipas expatriadas; responder aos apelos de ajuda internacional, onde a sua intervenção seja necessária; alertar para questões prementes da humanidade, fomentando o envolvimento e a participação da sociedade civil.

Em termos operacionais, continuam a ser eixos prioritários da AMI, o combate à pobreza, as migrações e as alterações climáticas, através de projetos alinhados com os ODS e numa lógica de Agir – Mudar – Integrar.

Um dia, talvez a AMI acabe, mas até lá continuará a sua ação com convicção, de forma interventiva, atenta, humilde e solidária.

30 anos depois, a missão continual



© Alfredo Cunha

CALENDÁRIO 2017

janeiro	Inauguração da exposição "Um Click pela Inclusão Social"
	Lançamento do 19.º Prémio AMI – Jornalismo Contra a Indiferença
	Formação a Voluntários Internacionais I Intervenção em Emergência
março	Comemoração do Dia Internacional da Mulher
	Reunião Anual dos Quadros da AMI
abril	Lançamento da Campanha IRS
	XI Corrida Pontes de Amizade – Coimbra
	Aventura Solidária ao Senegal
	10 anos de Aventuras Solidárias
maio	Arranque da Campanha "AMI Alimenta"
junho	Peditório Nacional de Rua
	Entrega 19.º Prémio AMI – Jornalismo Contra a Indiferença
	Aventura Solidária ao Brasil
agosto	Início da Campanha Escolar
	Comemoração do Dia Internacional Humanitário
setembro	Lançamento da 20.ª Campanha de recolha de radiografias
	30 anos de Missões Internacionais
outubro	Peditório Nacional de Rua
	Lançamento da 7.ª Edição do Prémio "Linka-te aos Outros"
	Comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza
novembro	Formação a Voluntários Internacionais I Geral
	Arranque da Campanha de Natal 2017
	Aventura Solidária ao Senegal
dezembro	Aventura Solidária à Guiné-Bissau
	Comemoração do Dia Internacional do Voluntário



“

EM 2017, ESPERAMOS PODER
CONTINUAR A BENEFICIAR
DA CONFIANÇA E DO APOIO
FUNDAMENTAL DOS NOSSOS
PARCEIROS QUE PERMITEM QUE
A NOSSA MISSÃO CONTINUE”

6

CAPÍTULO

AGRADECIMENTOS

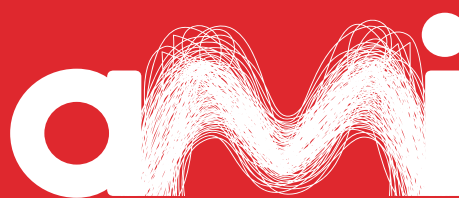
6. AGRADECIMENTOS

Para a AMI, é um imenso orgulho contar com a confiança e generosidade de parceiros que acreditam, como nós, que é necessário Agir, Mudar e Integrar para a construção de um Mundo melhor, contribuindo, assim, para que milhares de vidas se tornem mais dignas e felizes.

Em 2017, tudo faremos para continuar a merecer essa confiança e apoio que permitem que a nossa missão continue.

Destacamos, de seguida, alguns dos Parceiros mais dedicados a apoiar as atividades da AMI em 2016:

- Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Câmara Municipal de Almada
- Câmara Municipal de Cascais
- Câmara Municipal de Lisboa
- Câmara Municipal do Funchal
- Amigos e Doadores da AMI
- ANF
- Novo Banco
- Barclay Card
- Companhia das Cores
- El Corte Inglés
- Era Telheiras Lumiar - João Semedo e Associados
- Esegur
- Estreia
- Fnac
- Gatewit
- Gracentour – Hotel Cascais Miragem
- Grupo Auchan
- Endutex
- José Salgado Lda.
- Lidergraf
- Kelly Services
- Marketeer
- MEO
- Microsoft
- Nestlé – Nutrição Infantil
- Plateia
- PKF & Associados, Lda.
- Prémio Cinco Estrelas
- Grupo Santiago
- Staples Office Center
- Semente
- SIBS
- Sonae MC
- TNT
- Unicef
- Visão
- Young & Rubicam



Fundação de Assistência Médica Internacional

Rua José do Patrocínio, 49, 1959-003 Lisboa

Tel. 21 836 2100 • Fax 21 836 2199 • E-mail: fundacao.ami@ami.org.pt

WWW.AMI.ORG.PT